



**KLS**

# História Medieval



# História Medieval

---

Leandro Eliel Pereira de Moraes  
Thiago Juarez Ribeiro da Silva

© 2019 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

#### **Presidente**

Rodrigo Galindo

#### **Vice-Presidente Acadêmico de Graduação e de Educação Básica**

Mário Ghio Júnior

#### **Conselho Acadêmico**

Ana Lucia Jankovic Barduchi

Danielly Nunes Andrade Noé

Grasiele Aparecida Lourenço

Isabel Cristina Chagas Barbin

Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

#### **Revisão Técnica**

Rafael Pavani da Silva

#### **Editorial**

Elmir Carvalho da Silva (Coordenador)

Renata Jéssica Galdino (Coordenadora)

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Moraes, Leandro Eliel Pereira de  
M827h História medieval / Leandro Eliel Pereira de Moraes,  
Thiago Juarez Ribeiro da Silva. – Londrina : Editora e  
Distribuidora Educacional S.A., 2019.  
168 p.

ISBN 978-85-522-1411-3

1. História Medieval. 2. Igreja Católica. 3. Feudalismo.  
I. Moraes, Leandro Eliel Pereira de. II. Silva, Thiago Juarez,  
Ribeiro da. III. Título.

CDD 930

Thamiris Mantovani CRB-8/9491

2019

**Editora e Distribuidora Educacional S.A.**

Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza

CEP: 86041-100 — Londrina — PR

e-mail: editora.educacional@kroton.com.br

Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

# Sumário

---

## Unidade 1

A transição da Antiguidade ao Feudalismo..... 7

### Seção 1.1

A Antiguidade e o modo de produção escravista..... 9

### Seção 1.2

Os povos germânicos ..... 22

### Seção 1.3

As invasões bárbaras ..... 34

## Unidade 2

A Alta Idade Média ..... 47

### Seção 2.1

A fusão dos modos de produção antigo e primitivo..... 49

### Seção 2.2

O surgimento da Europa ..... 61

### Seção 2.3

Os povos árabes e o islamismo ..... 73

## Unidade 3

A Consolidação Feudal..... 87

### Seção 3.1

O Império Carolíngio ..... 88

### Seção 3.2

O feudalismo na Europa Ocidental..... 101

### Seção 3.3

Cultura, religiosidade e movimentos populares na  
Idade Média..... 112

## Unidade 4

A baixa idade média..... 125

### Seção 4.1

A crise feudal..... 127

### Seção 4.2

Renascimento urbano, comercial e cultural..... 139

### Seção 4.3

A “Idade Média” e os medievalistas ..... 150



## Palavras do autor

---

**C**aro aluno, neste percurso você encontrará a transição da Antiguidade ao Feudalismo por meio de um resgate das principais características dos povos e das sociedades que formaram a Europa Medieval: os romanos e seu escravismo clássico, e os germânicos com suas formas sociais que transitavam do modo de produção primitivo para formações sociais mais complexas. Além disso, encontrará o processo de consolidação do cristianismo, as denominadas invasões bárbaras e a formação do Império Bizantino.

Em seguida, você estará diante da Alta Idade Média, estudando a consolidação do modo de produção feudal, desde a sua gênese, com a fusão dos modos de produção escravista e primitivo, até a tentativa de construção da unidade política europeia com a construção do Império Carolíngio.

É nesse momento que se dá a consolidação feudal, cujas características e diferenciações na Europa Ocidental e Oriental você analisará, buscando suas particularidades, que também serão estudadas a partir do enfoque à cultura popular, sua religiosidade e de sua cultura.

Finalizando nossos estudos, você encontrará, na Baixa Idade Média, os elementos que proporcionaram a crise do sistema feudal por meio do renascimento comercial, urbano e cultural. Nesta unidade também estudaremos o desenvolvimento e a crise do Império Bizantino.

Aos estudos!



# Unidade 1

---

## A transição da Antiguidade ao Feudalismo

### Convite ao estudo

Nesta primeira unidade, você encontrará o processo histórico de transição da sociedade Antiga para a Medieval. Para percorrermos esse caminho, será necessário o resgate das características do modo de produção escravista na Antiguidade Clássica e do modo de produção primitivo dos povos germânicos. Em seguida, analisaremos a crise do Império Romano e as invasões bárbaras, bem como o nascimento do Império Bizantino.

Para analisarmos o surgimento do modo de produção feudal, é fundamental estabelecermos a inter-relação entre os aspectos econômicos, políticos e sociais no contexto da transição entre uma sociedade escravista e as novas relações sociais que se formaram ao longo de séculos.

Para que você compreenda melhor isso, vejamos como muitos livros didáticos tradicionais apresentam esse processo. É comum encontrarmos neles uma nítida separação entre a História Antiga e a História Medieval, ambos apresentados como períodos muito distintos, inclusive com datas muito precisas, que simbolizam acontecimentos importantes. O início da Idade Média é marcado pela queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d. C., e pelas invasões “bárbaras”, e o final desse período é marcado pela queda do Império Bizantino, com a tomada de Constantinopla pelos Turcos Otomanos, em 1453. Também encontramos, muitas vezes, o feudalismo apresentado em sua forma clássica desde sua formação inicial, ou seja, com suas relações sociais plenamente desenvolvidas, como se a relação entre senhor feudal e servo sempre tivesse existido nesse período. Nesse sentido, lançamos algumas questões para que você reflita: as transições históricas permitem mudanças abruptas? São possíveis permanências e mudanças em períodos de transição entre modos de produção distintos? O que diferencia um modo de produção de outro? São essas questões, entre outras reflexões, que orientarão nossos estudos nesta unidade.

Na primeira seção – A Antiguidade e o modo de produção escravista – você encontrará uma breve análise sobre as diversas formações sociais a começar pelo resgate do modo de produção escravista, de suas características e de como se desenvolveu no Império Romano e qual a sua relação com sua derrocada.

Da mesma forma, na segunda seção – Os povos germânicos – analisaremos as características gerais do modo de produção primitivo, as características dos povos germânicos, sua relação com o Império Romano e as diferenças entre os germânicos e romanos.

Finalizaremos essa unidade com a terceira seção – As invasões bárbaras – com as distintas fases de ocupação dos povos germânicos sobre a Europa ocidental e no norte da África, com a disputa pela posse da terra e com os seus processos de dominação política.

## A Antiguidade e o modo de produção escravista

### Diálogo aberto

Na aula de História Medieval, o professor, em seu primeiro encontro com os alunos, apresentou a disciplina e iniciou suas reflexões sobre as suas características iniciais por meio de um breve resgate das sociedades existentes até aquele período, afirmando que as sociedades antigas desenvolveram variadas formas de trabalho em diversos contextos e que o escravismo surgiu por volta do ano 3.000 a.C., no Egito e na Mesopotâmia, chegando ao escravismo clássico na Grécia e em Roma.

Afirmou também que a existência de povos cativos não gerou necessariamente a escravização; também encontramos no período Antigo a coexistência de trabalho escravo e servil, por exemplo, no Egito Antigo, que desenvolveu formas de servidão coletiva antes das formas escravistas. Na Grécia Antiga o escravismo dominou as relações sociais de produção da riqueza, garantindo à classe dominante as condições do desenvolvimento material e espiritual que conhecemos até hoje. Em Roma encontramos o auge do escravismo clássico, assim como a sua crise.

Nesse sentido, o professor lançou algumas questões iniciais para a turma analisar: o que caracteriza o modo de produção escravista na Antiguidade clássica? O escravismo romano possuía particularidades? Como relacionar o escravismo com a crise do Império Romano? Qual é a relação entre escravismo e cristianismo? O que explica a manutenção do Império Romano do Oriente, que se transformaria no Império Bizantino?

### Não pode faltar

---

#### O modo de produção escravista antigo

A transição da Antiguidade ao Período Medieval, ainda que simbolicamente esteja representada pela queda do Império Romano, é um longo período histórico marcado pela convivência de modos de produção distintos. No período Antigo, a forma predominante de trabalho foi o escravismo; na Idade Média, foi o trabalho servil. As diferentes formas de trabalho indicam formações políticas, sociais e econômicas com suas características próprias. Nesta seção, você encontrará reflexões sobre o modo de produção escravista, que encontrou o seu auge na Antiguidade, no Império Romano.

Você já deve ter visto que a sociedade romana, desde seu Período Arcaico, possuía uma complexa organização social, em que as comunidades gentílicas representavam a associação de famílias patriarcais, em que o chefe familiar, o patrício, exercia o poder sobre a sua comunidade. Acima dele estava o rei-sacerdote, auxiliado por senadores escolhidos entre os patrícios. Os clientes, camada subordinada aos patrícios, tinham suas obrigações de trabalho na comunidade. Os plebeus, excluídos da comunidade gentílica, embora livres, não participavam das decisões políticas, conquistaram esse direito posteriormente, e pressionavam constantemente os patrícios para que atendessem às suas reivindicações. À medida que Roma se expandia, a compra de cativos aumentava e o escravismo ganhava importância, possibilitando resolver as pressões que os plebeus exerciam sobre as classes dominantes. Não faremos aqui um histórico da sociedade romana antiga, apenas indicaremos a importância e as características do escravismo para compreendermos sua transição para a servidão na Idade Média. Nesse sentido, como podemos caracterizar o escravismo? Mário Maestri Filho assim o define:

“Quatro determinações devem estar necessariamente presentes em uma forma de dependência social para que possamos defini-la como escravista. O cativo deve ser considerado como uma simples mercadoria. Portanto, estar sujeito às eventualidades próprias aos bens mercantilizáveis – compra, venda, doação, aluguel, penhora, etc. O senhor deve poder decidir onde, como e quando empregá-lo. A totalidade do produto do trabalho do cativo deve pertencer ao amo. Ao menos formalmente, a quantidade e a qualidade da remuneração que o cativo recebe sob a forma de alimento, habitação, vestimentas, etc. devem depender da vontade senhorial. Finalmente, o status servil deve ser vitalício e hereditário. (MAESTRI FILHO, 1994, p. 5)

Durante a República (509 a.C. a 27 a.C.), a expansão romana atendeu às necessidades da obtenção de gêneros para o abastecimento local, de contenção às ameaças de invasões, e para suprir as necessidades de novos cativos para a estrutura escravista que se ampliava cada vez mais. Com as Guerras Púnicas e com a expansão romana ao Oriente, a estrutura social romana se alterou com o grande fluxo de riquezas para a capital proveniente das conquistas, provocando a ruína dos pequenos e médios agricultores e o fortalecimento dos latifundiários, aumentando assim a escravidão.

Além disso, com o êxodo rural, houve um grande empobrecimento da plebe, setor majoritário que possuía a liberdade, mas não direitos. Os plebeus

trabalhavam no comércio e possuíam uma pequena propriedade de terras, o que os transformava paulatinamente em proletários, por sua vez destituídos de qualquer propriedade, que viviam apenas de sua capacidade de trabalho, sendo contratados ocasionalmente para a prestação de serviços. Novos setores sociais aparecem: aristocracia, mercadores, banqueiros e nova configuração dos clientes (agregados dos patrícios).

Quem eram as pessoas escravizadas em Roma? Além da escravização de povos vencidos em guerras e disputas territoriais, a escravização em Roma também tinha como origem o abandono de crianças recém-nascidas, desse modo, quem as criasse poderia escravizá-las; muitas pessoas livres eram escravizadas ilegalmente e os que se recusavam ao serviço militar, ao lado dos considerados “vagabundos” e de pessoas endividadas, também eram escravizados até que saldassem suas dívidas.

A propriedade da terra e o escravismo eram as bases fundamentais da produção de riqueza em Roma, fundamentalmente na República e no Império. Durante todo esse período ocorreram inúmeras revoltas, suicídios, fugas, justicamentos e insurreições de escravizados, sendo a mais conhecida a revolta liderada por Spartacus, entre 73 a.C. e 71 a.C., sendo todas essas revoltas duramente reprimidas pelos proprietários romanos.

Maestri Filho (1994, p. 84) afirma que “o rechaço do cativo ao trabalho escravizado foi, entre as várias formas de resistência escrava conhecidas na Antiguidade, a que mais profundamente determinou a produção escravista clássica”. Essa resistência impedia um desenvolvimento maior das forças produtivas, ou seja, a resistência ao trabalho bloqueava novas descobertas técnicas e o aumento da produtividade. O escravismo não promoveu uma estagnação, mas seus avanços eram simples e lentos, provocando crise na medida em que a sociedade romana crescia e se tornava mais complexa. “À medida que a produção escravista assumia importância, crescia o desprezo senhorial pelo trabalho físico. Conseqüentemente, aumentava o abismo entre os que pensavam e os que faziam” (MAESTRI FILHO, 1994, p. 86). Com isso, a produtividade do trabalho estava limitada, o controle e a violência não foram suficientes para um desenvolvimento maior das forças produtivas, o que nos ajuda a compreender um dos elementos essenciais da crise do Império Romano.

O escravismo que possibilitou o desenvolvimento econômico, político e social da Antiguidade, num certo estágio de desenvolvimento, foi o mesmo que travou, bloqueou e impediu esse mesmo processo. O desenvolvimento histórico não é um processo linear, progressivo e evolutivo, ele é contraditório, com avanços e recuos.

## A crise do Império Romano

Inúmeros fatores explicam a crise do Império Romano e sua queda: dificuldades de manutenção da estrutura escravista; o imperialismo; as guerras civis; a desorganização militar; a ascensão do cristianismo; as invasões “bárbaras”, entre outros.

Em relação à estrutura escravista, o latifúndio, base da produção da riqueza no Império, entrava em contradição com a manutenção do escravismo.

“A grande produção entrava em contradição com o mundo romano. O latifúndio mercantil vendia muito e comprava quase nada. Portanto, encontrava escassos mercados para os seus produtos numa sociedade seminatural. Sobretudo porque produzia grãos, o principal produto da agricultura de subsistência. A crise geral da agricultura escravista itálica foi agravada pela competição movida pelas províncias. No primeiro século do Império, quantidades de grãos começaram a ser desembarcadas em Óstia, chegadas da Gália. Mais tarde, os vinhos e os óleos produzidos na Espanha e na Gália mediterrânea invadiram os mercados itálicos e as províncias setentrionais. (MAESTRI FILHO, 1994, p. 90)

O escravismo entrava em crise na medida em que avançava a grande propriedade latifundiária. Novas formas de trabalho pressionavam a antiga estrutura escravista, abrindo caminho para a dissolução da sociedade escravista romana em direção à sociedade feudal, como você encontrará adiante.



### Exemplificando

Essas novas formas de trabalho, parcelas de exploração, que surgiram durante a crise do Império Romano, resultariam na servidão feudal. Esse processo não aconteceu de forma imediata, foi um longo processo histórico. Isso se expressa, por exemplo, na manutenção da palavra *servus*, designada na Antiguidade Romana para escravo, durante o período feudal.

Enquanto o latifúndio escravista entrava em crise, outros latifundiários optaram por formas complementares de produção, abrindo espaço para agricultores livres – *colonus* – plantarem em suas terras em troca de uma renda monetária. Essa produção, em pequena escala, era realizada com a ajuda da família e/ou com a posse de alguns escravos.

“Esses pequenos arrendatários plantavam os cereais que consumiam, exploravam pequenas vinhas e olivais. Quando as colheitas eram excelentes, os preços prostituíam-se. Quando eram poucos os frutos dos campos, os produtores apenas se alimentavam. Vendo seus arrendatários arruinados, desinteressados de uma produção que, devido às suas dívidas atrasadas, já não lhes pertencia, os grandes proprietários romanos convertiam em produtos os aluguéis da terra em rendas. (MAESTRI FILHO, 1994, p. 91)

Dessa forma, com uma nova forma de renda, os latifundiários diminuíram os gastos com a aquisição e com a manutenção do escravismo. O colono esforçava-se ao máximo para produzir o suficiente para pagar a renda da terra e lhe sobrar o máximo possível para o seu consumo. Esse latifundiário não precisava mais se preocupar com a manutenção desses novos trabalhadores, que produziam suas condições de sobrevivência. Com isso, aumentaram as formas embrionárias de escravização e colonato, os *servi casati*.

Ao lado do escravismo, essas novas formas de produção mostravam-se mais vantajosas. O produtor tinha interesse em desenvolver ao máximo sua capacidade produtiva, minando as estruturas da sociedade escravista. Essas novas formas abalaram também a estrutura latifundiária na medida em se desenvolviam, favorecendo uma economia de subsistência e abalando o poder autárquico do latifundiário. Os proprietários de escravos não tinham mais condições de manter essas relações sociais de produção e suas grandes extensões de terra, entrando numa crise que permitiria o desenvolvimento de uma nova formação social, o feudalismo.



### Refleta

Mário Maestri Filho, na obra *O escravismo antigo*, apresenta uma questão que compartilhamos com você para a reflexão sobre o escravismo em Roma.

“Pelo fato de terem existido longos períodos sem que ocorressem insurreições de escravos, na Antiguidade, podemos concluir que eles se sujeitaram docilmente a tal situação? Justifique sua resposta”.

## O cristianismo

Além da crise do latifúndio e do escravismo, o Império Romano viveu o desenvolvimento do cristianismo, que contrariou diversos aspectos de sua dinâmica política, social e econômica, ao mesmo tempo em que se constituiu como sua imagem e semelhança, como você verá adiante.

O cristianismo surge na antiga Palestina, a partir de outra religião monoteísta, o judaísmo, que defendia a vinda do Messias, salvador do povo judeu. Jesus Cristo nasceu durante o governo de Otávio Augusto e seus ensinamentos foram relatados pelos apóstolos Mateus, Marcos, Lucas e João, durante o primeiro século da era cristã, nos anos 70 e 90, os quais, com a contribuição decisiva do apóstolo tardio Paulo, se tornaram os maiores responsáveis pela difusão do cristianismo através do Império Romano, cabendo o destaque de que esses apóstolos foram evidenciados pela própria Igreja em detrimento de outros.

Um dos aspectos da crise entre a nova religião monoteísta e a antiga religião politeísta dos romanos foi o culto aos imperadores, que eram deificados, o que foi duramente criticado pelos primeiros cristãos. Se, inicialmente, o cristianismo foi perseguido, no século IV, já era a religião mais popular no Império Romano. É nesse momento que surge a filosofia patrística – conciliação da filosofia greco-romana com o cristianismo, com suas novas formulações sobre a introdução da ideia de criação do mundo por Deus, da trindade una, da encarnação, do juízo final, da existência do mal como criação divina, do dogma e da verdade revelada. Para os cristãos, o sofrimento era um destino humano marcado pelo pecado original. Se para os romanos o mundo era o local de sofrimento apenas para os escravos, com a crise do Império, essa crença penetra a concepção de mundo para a própria classe dominante, ampliando a influência das ideias cristãs. A crise se apresentou como inevitável também por meio das explicações religiosas.



### Assimile

Para o cristianismo, os que sofrem irão para o paraíso. Santo Agostinho (354 – 430), com sua teologia e filosofia, justificava esse novo período histórico, transformando a crise numa virtude. Para ele, os homens eram essencialmente pecadores e sofredores e a salvação se daria por meio da predestinação e pela Igreja. Santo Agostinho buscou uma síntese filosófica entre Platão e a doutrina cristã, sendo o maior representante da corrente filosófica patrística, e retomou a relação entre o mundo sensível e o mundo das ideias de Platão, substituindo-as por ideias divinas, que os homens recebem de Deus como verdades eternas.

Santo Agostinho escreveu uma vasta obra, entre elas *Confissões* e *A Cidade de Deus*. Uma de suas principais questões era compreender como um Deus todo poderoso toleraria o mal. A explicação dada é que Deus concedeu o livre arbítrio e a liberdade à humanidade, e que o mal, assim, foi uma escolha moral humana, proveniente do pecado original de Adão e Eva.

Na obra *A Cidade de Deus*, Santo Agostinho explica a existência de dois planos de existência da vida, um plano terrestre, que corresponde à história natural, à moral e às necessidades materiais e que tem existência definida no tempo e no espaço. Já o outro plano, celeste, corresponde à comunidade dos cristãos, na qual é exercido o poder espiritual superior sobre o poder temporal. É nesse sentido que a Igreja buscou construir sua superioridade política sobre os demais setores sociais do feudalismo, como veremos nas próximas seções.

Outro aspecto de destaque nesse processo de consolidação da Igreja Católica e da dinâmica feudal foi o empobrecimento cultural (nós o detalharemos posteriormente), que apresentou suas marcas ainda no interior do Império Romano, como foi, por exemplo, o Concílio de Cartago (400 d.C.), que proibiu os bispos da leitura dos clássicos greco-romanos e apresentou um alto índice de analfabetismo entre os próprios religiosos.

É nesse período de crise do Império que o processo de organização e hierarquização da Igreja Católica se completa. Em 455, apoiado pelo Imperador Valentiniano, o bispo de Roma centraliza todo o poder e torna-se o primeiro papa cristão, adotando o nome de Leão I.

Após envolver-se exclusivamente com questões religiosas, com seu fortalecimento, a Igreja envolve-se com as questões seculares (mundanas), adquirindo propriedades e envolvendo-se diretamente nas questões políticas, o que provocou reações internas de setores contrários. Os conflitos entre a igreja e os novos poderes políticos que se levantavam, durante e após a crise do Império Romano, produziram, no campo teórico, a formulação da luta das duas espadas, de conflito entre o poder espiritual e temporal, que se estenderá até o Grande Cisma do século XIV e com a Reforma Protestante do século XVI.

## **O Império Romano do Oriente – Bizâncio**

Com a crise, em 395, o Império Romano dividiu-se em Ocidental, com sede em Roma, e Oriental, com sede em Constantinopla (antiga Bizâncio e atual Istambul, na Turquia). O Império Bizantino (Império Romano do Oriente) durou de 395 até 1453, mantendo seu desenvolvimento econômico e cultural e sua expansão territorial.

Infelizmente, os preconceitos e a imposição de uma cultura ocidental e europeizada impediram um conhecimento maior sobre essa civilização.

Na Seção 4.3, da Unidade 4, teremos a oportunidade de apresentar um panorama histórico do seu desenvolvimento. Nesta seção, apresentaremos

apenas alguns aspectos de sua formação para que você compreenda a relação entre Império Bizantino e o mundo feudal europeu que surgia.

Giordani (1992), em sua obra *História do Império Bizantino*, apresenta, em sua introdução, alguns traços importantes de sua formação: 1) não havia uma uniformidade racial, sua população era formada por gregos, egípcios, semitas, entre outros; 2) não havia uniformidade linguística, mesmo com a forte presença do latim, as línguas mais faladas eram o grego e diversas línguas orientais; 3) houve um intenso debate e disputa no campo religioso; 4) durante muito tempo, Bizâncio transformou-se no foco de resistência da cristandade contra os avanços muçulmanos; 5) ao contrário do cristianismo ocidental, em Bizâncio, a cultura clássica da Antiguidade foi preservada, valorizada e difundida, tornando-se um centro de intensa atividade intelectual; 6) o estudioso do Império Bizantino finaliza suas características com uma síntese:

“Foi original, grega e romana. Mais greco-romana que oriental. Encontramos influências orientais no campo artístico (arquitetura, arte decorativa), no campo jurídico (no direito penal) e no terreno político (a concepção persa da monarquia como um dom de Deus misturada com a teoria romana do imperium do magistrado). A Roma Oriental foi grega pela língua, pela literatura, pela teologia e pelo culto; foi romana na tradição militar (os soldados aclamavam os novos imperadores em latim, enquanto a população o fazia em grego), no direito, na diplomacia, nas finanças e na concepção da supremacia do Estado e do governo central. (GIORDANI, 1992, p. 36)

Diferente do mundo ocidental, que entrava em ruínas, o oriente bizantino manteve sua vida urbana efervescente, assim como o seu comércio e seu desenvolvimento cultural. As invasões bárbaras que devastaram o Império Romano Ocidental não atingiram o Império Bizantino, que, além de defender e preservar seu território, se expandiu. A capacidade diplomática e a não intervenção sobre o Império do Ocidente durante as invasões bárbaras permitiram a sua preservação. Ainda que ao longo do tempo houvesse diferenciações entre os dois mundos, não houve uma ruptura, várias relações e intercâmbios foram mantidos durante a Idade Média.

O Império Bizantino situava-se numa localização comercial estratégica, ligação entre o mundo ocidental e oriental, tanto terrestre como marítima. Seus variados portos favoreciam um intenso comércio de mercadorias, sua moeda era aceita em variados mercados e sua estrutura latifundiária e

escravista foi mantida pelo intenso desenvolvimento comercial que possuíam. Evidentemente, esse Império possuía suas próprias contradições e limites, que veremos ao final da Unidade 4.



### Vocabulário

**Proletário:** O termo *proletarii* é de origem latina e surgiu, provavelmente, durante o governo de Sérvio Túlio, designando àquele que não tinha propriedade apenas sua própria prole (filhos). Posteriormente, o movimento socialista “emprestou” o termo dos antigos romanos para designar a classe trabalhadora assalariada.

## Sem medo de errar

No Diálogo Aberto, apresentamos uma situação-problema apontando as variadas formas de trabalho nas sociedades antigas, desde o surgimento do escravismo, por volta dos anos 3.000 a.C., no Egito e na Mesopotâmia, até o escravismo clássico na Grécia e em Roma. Também apontamos que a existência dos povos cativos não gerou necessariamente a escravidão e que, no período Antigo, também encontramos a coexistência de trabalho escravo e servil. No entanto, apontamos que somente na Grécia Antiga o escravismo dominou as relações sociais de produção de riqueza, encontrando seu auge e sua crise na sociedade romana.

Nesse contexto histórico, apresentamos algumas questões iniciais: o que caracteriza o modo de produção escravista na Antiguidade clássica? O escravismo romano possuía particularidades? Como relacionar o escravismo e a crise do Império Romano? Qual é a relação entre escravismo e cristianismo? O que explica a manutenção do Império Romano do Oriente, que se transformaria no Império Bizantino?

Nesta seção, procuramos apresentar os conteúdos e a busca de respostas para esses questionamentos. Vimos, com Mário Maestri Filho (1994), que existem características próprias que definem o escravismo, que um modo de produção se caracteriza pela predominância de determinadas relações sociais de produção e que na Antiguidade Clássica a escravidão foi a forma predominante, o que não impediu a coexistência de outras formas de trabalho. Porém, para que tenhamos um modo de produção especificamente escravista, essa forma de trabalho deve ser predominante e mais importante do que outras, como foi nesse período histórico.

Na Roma Antiga, principalmente nos períodos republicano e imperial, houve uma especificidade na sua produção de riqueza, a unidade entre latifúndio e escravismo, cuja dependência permitiu a expansão, a centralização

da terra e a ampliação da quantidade de cativos, o que, conseqüentemente, permitiu o avanço da riqueza ao mesmo tempo em que produziu sua própria crise, como vimos anteriormente.

Articulado a esses fatores econômicos, o cristianismo também foi um elemento importante de tensão com o Império Romano em seus momentos iniciais e cumpriu um papel importante na transição da velha ordem escravista para a servil na medida em que sua influência se estendeu por todo o seu vasto território. Com a fragmentação política do território, o cristianismo serviu de ligação entre os variados povos, inclusive ao Império Bizantino, que conseguiu manter sua unidade política e territorial, além de seu desenvolvimento econômico e cultural em função de sua capacidade diplomática de não intervir nos processos de ocupação dos povos germânicos sobre o Ocidente.

## Avançando na prática

# As diversas manifestações do escravismo

### Descrição da situação-problema

Imagine que você está formado e assumiu uma vaga como professor de História na rede pública de ensino. Em sua aula sobre a transição do período Antigo para o feudalismo, você está retomando os conteúdos sobre o escravismo em Roma e um aluno lhe questiona sobre o escravismo, mais especificamente se aquelas pessoas escravizadas possuíam as mesmas características dos escravizados que vieram para o Brasil durante o período colonial. De que forma você responderia à questão, levando em consideração que a referência que a maior parte dos alunos possui sobre o escravismo é sobre aquele que existiu no Brasil?

### Resolução da situação-problema

Inicialmente, é importante que você apresente, ainda que brevemente, os diferentes contextos políticos, econômicos e sociais do período Antigo, Medieval e Moderno, em que diversas relações sociais de produção existiram na Europa, como o escravismo clássico, a servidão e o trabalho assalariado, enquanto, em outras partes do mundo, outros modelos de relações sociais se desenvolviam com características próprias, o que acarretou na coexistência de variadas formas de relações sociais. Por exemplo, em 1500, na Europa, o escravismo era quase inexistente, a servidão entrava em crise e novas formas de produção mercantil pressionavam a antiga estrutura feudal, abrindo caminho para o desenvolvimento capitalista. Ao mesmo tempo, os europeus

lucravam com o comércio de escravizados africanos e com a produção escravista em suas colônias.

Em seguida, o professor pode apresentar algumas diferenças importantes entre o escravismo antigo e o moderno, indicando que os escravizados antigos, muitas vezes, eram povos prisioneiros de guerras, que assumiam funções importantes na dinâmica social romana, atuando como professores ou exercendo outras atividades intelectuais, enquanto, no escravismo colonial, o cativo era submetido, quase sempre, a funções braçais. No período Antigo, a superioridade do senhor era justificada pela força militar, pelas conquistas territoriais, ao passo que no período moderno havia uma justificativa de superioridade intelectual dos povos europeus sobre os demais, principalmente sobre os negros africanos, considerados, por vários setores sociais (religiosos, cientistas, intelectuais etc), como um povo sem alma, com características animais, que merecia a opressão escravista. Nesse caso, o componente do preconceito racial adquire uma relevância muito maior do que na Antiguidade, ainda que também existisse na medida em que os romanos se consideravam civilizados e tratavam todos os demais povos como bárbaros.

Por fim, outra sugestão é debater as diferenças e semelhanças da escravidão nos diversos contextos históricos, buscando analisar as diferentes condições de privação de liberdade, a brutalidade da transformação do ser humano em coisa, em instrumento, e as formas de resistência a esses processos, e debater a necessidade de combate às variadas formas de racismo.

### Faça valer a pena

**1.** No período Monárquico, na Roma Antiga, a estrutura social foi marcada pela existência de núcleos familiares gentílicos, em que o patriarca exercia o domínio político e social, tendo clientes e plebeus subordinados aos seus interesses.

Diante dessa sociedade, assinale a alternativa correta que indica o surgimento do escravismo.

- a) Com a ampliação da riqueza dos patrícios, por meio da aquisição de novas terras, diante da pressão dos plebeus por terras e por direitos políticos, e da expansão comercial romana, o escravismo foi introduzido em Roma.
- b) O escravismo existia desde a fundação de Roma, em seu período arcaico. Os povos que habitavam a região foram escravizados pelos patrícios.
- c) O escravismo surgiu apenas na fase final do Império Romano, momento de ampliação do imperialismo romano.
- d) Com o surgimento da República romana, o escravismo foi introduzido, permane-

cendo como relação social predominante até o início do Império, momento em que foi abolido diante da introdução de novas formas servis de trabalho.

e) O escravismo foi introduzido na Roma Antiga com a escravização de plebeus e proletários durante o período republicano, transformando a sociedade romana numa relação exclusivamente marcada pela existência de escravos e senhores.

**2.** Na Antiguidade, o escravismo foi a forma de trabalho predominante, tendo seu auge durante o Império Romano. O controle e a violência eram as marcas da dominação escravista, tendo como consequências inúmeras formas de resistências, fugas, revoltas e insurreições.

Indique a alternativa correta que aponte como o escravismo, nessas condições, influenciou o desenvolvimento das forças produtivas.

a) A violência e o controle dos patrícios sobre o trabalho escravizado permitiram que os trabalhadores intensificassem o ritmo de seus esforços, aumentando a sua produtividade.

b) As relações sociais escravistas na Roma Antiga, pela excessiva concessão de direitos aos escravizados, não incentivou o desenvolvimento produtivo do trabalho.

c) O escravismo não permitiu, num determinado estágio de seu desenvolvimento, o avanço das forças produtivas, pois suas características não incentivavam o trabalhador cativo a aumentar a sua produtividade.

d) O trabalho escravo, por sua violência, acelerou o desenvolvimento das forças produtivas, permitindo, inclusive, que os proprietários de terras concedessem liberdade para uma parcela dos cativos.

e) As rebeliões escravistas desestabilizaram o Império Romano, afetando a produtividade do trabalho, e permitiram que uma nova relação de trabalho surgisse: o livre proprietário de terras.

**3.** Durante a crise do Império Romano, a divisão ocidental e oriental do seu vasto território foi uma tentativa de manter o controle político, econômico e social daquela estrutura que estava em ruínas. O Império Romano do Oriente, Bizâncio, se diferenciou dos acontecimentos do Ocidente. Indique a alternativa que apresenta corretamente essa diferenciação.

a) Bizâncio já havia abandonado a estrutura escravista desde muito tempo, construindo relações de trabalho assalariadas antes da queda do Império Romano do Ocidente.

b) Com a adoção de relações de servidão, o Império Bizantino, antes da queda do Império Romano do Ocidente, manteve sua unidade política e territorial.

c) Bizâncio se diferenciou do Ocidente em função de sua aliança com os povos mulçumanos e persas.

- d) Bizâncio manteve sua unidade política e territorial, assim como seu desenvolvimento comercial e cultural.
- e) O Império Bizantino, por meio da adoção da religião muçumana, conseguiu manter seu território unificado, mas alterou radicalmente seu desenvolvimento cultural.

## Os povos germânicos

### Diálogo aberto

Na seção anterior vimos que é comum encontrarmos, em muitos livros didáticos, uma nítida separação entre a História Antiga e a História Medieval, ambas apresentadas como períodos muito distintos, assim como também encontramos, diversas vezes, o feudalismo apresentado em sua forma clássica desde sua formação inicial, ou seja, com suas relações sociais plenamente desenvolvidas, como se a relação entre senhor feudal e servo sempre tivesse existido em toda a Idade Média. Nesse sentido, nesta unidade, procuraremos questionar essa visão mais simplificadora e analisar transições históricas como processos de longa duração, e não simplesmente de forma abrupta, ainda que, em determinados momentos, as rupturas aconteçam. Da mesma forma, é preciso analisar as contradições entre permanências e mudanças em períodos de transição, compreendendo o que diferencia um modo de produção de outro.

Levando em consideração essas reflexões, sugerimos que você imagine a seguinte situação: no segundo encontro com a turma, o professor de História Medieval, após apresentar as características do escravismo e a sua crise durante o Império Romano, apresentou elementos fundamentais dos povos germânicos que ocuparam a Europa nas denominadas “invasões bárbaras”, apresentando os seus modos de vida antes desse processo e como se adequaram e/ou impuseram novas relações aos povos das regiões ocupadas. Levando em consideração que as sociedades primitivas vivenciaram estágios de desenvolvimento diferenciados, mantendo relações com outras dinâmicas sociais, e que os povos germânicos estabeleceram intensas relações com o Império Romano, o professor apresentou algumas questões iniciais para o debate com a turma: como podemos diferenciar o modo de produção primitivo e o modo de produção escravista? Quais são as características do modo de produção dos germânicos?

Nesta seção, você encontrará elementos para a compreensão das principais características do modo de produção primitivo e dos povos germânicos e para entender quais as relações que esses povos estabeleceram com os romanos e as suas diferenças fundamentais. Dessa forma, você encontrará elementos importantes para as respostas lançadas pelo professor.

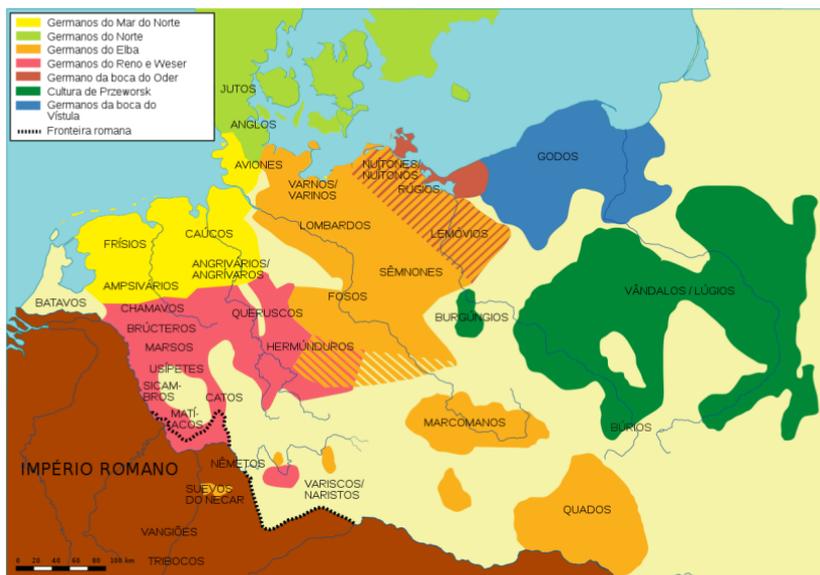
### Os povos germânicos

O feudalismo, de acordo com Perry Anderson (2000), é uma síntese histórica de distintas formações sociais que existiam no momento da queda do Império Romano. Vimos, na seção anterior, como o escravismo clássico, em Roma, surgiu, desenvolveu-se e pereceu, abrindo possibilidades para novas formas de produção da riqueza. Nesta seção, veremos como os povos germânicos se organizaram e as principais características de suas formas de produção. Assim, teremos melhores condições de analisar, um pouco mais adiante, como o feudalismo se estruturou.

Os povos germânicos, originários do norte da atual Alemanha e do sul da Escandinávia, surgiram por volta de 1800 a.C., possuíam a língua germânica, surgida de línguas protogermânicas, como característica cultural semelhante, mas não eram homogêneos. Posteriormente, espalharam-se pela Europa Oriental durante todo o período do Império Romano. Quando, no século I a.C., estabeleceram os primeiros contatos, a relação entre esses povos foi conflitante. Roma, por diversas vezes, tentou conquistá-los. Entre eles, destacamos os hunos, visigodos, vândalos, suevos, ostrogodos, saxões, burgúndios, alamanos, bávaros, ávaros, francos, anglos, alanos, lombardos, entre outros, que você encontrará na próxima seção, no processo das denominadas invasões bárbaras. Assim como os gregos, os romanos também denominavam os demais povos como bárbaros e, com os germânicos, que não falavam o latim, não foi diferente. Lembramos que a origem da palavra “bárbaro” refere-se ao “outro” ou ao “estrangeiro”, adquirindo, posteriormente, um significado negativo, oposto ao de “civilizado”. Tácito (55-120), historiador e político romano, foi um dos primeiros a resgatar a história dos povos germânicos por meio de sua obra *Germania*, evidentemente marcada pela visão de superioridade que os romanos tinham sobre os demais povos, levando-se em consideração que foi escrita num período de intensos conflitos entre esses dois povos.

Aqueles que viviam na fronteira com o Império Romano, com as relações comerciais estabelecidas, possuíam uma estrutura social mais complexa, ao passo que os povos que estavam mais distantes mantinham uma relação social mais primitiva, entendendo o primitivismo como um modo de produção marcado pela posse comum da terra e pelo uso coletivo dos bens produzidos, relação que marcou a maior parte da história humana. Evidentemente, isso não significa nenhuma relação harmônica, pois a luta pela sobrevivência era intensa, ainda mais em regiões em que a natureza não era tão generosa, como em regiões desérticas ou de frio intenso, por exemplo.

Figura 1.1 | Mapa das tribos germânicas – 50 d.C.



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Germanos#/media/File:Europa\\_Germanen\\_50\\_n\\_Chr-pt.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Germanos#/media/File:Europa_Germanen_50_n_Chr-pt.svg). Acesso em: 6 mar. 2017.

## O modo de produção primitivo e os povos germânicos

Ao falar de modo de produção, vale um pequeno espaço para a sua definição, originária da tradição marxista, ainda que carregada por inúmeras controvérsias acerca de sua validade, como, por exemplo, o alcance da abrangência da definição, se ela seria essencial apenas para a compreensão de um determinado período histórico ou maior, o peso da estrutura em relação à superestrutura, entre outras questões.

Assumimos aqui uma determinada leitura, levando em consideração essas polêmicas dentro do próprio campo marxista. Marx, no *Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política* (2008), afirma que, ao produzirem sua vida material, os homens modificam a natureza e a si próprios, mas o realizam sob condições materiais existentes. Na produção de suas vidas, os homens contraem determinadas relações sociais de produção (relação entre os homens) que são condicionadas pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas (relação homem-natureza), herdadas historicamente das gerações anteriores. Essa forma de produção, que forma a estrutura econômica de uma sociedade, condiciona a sua superestrutura política, jurídica e ideológica. Essa dimensão material, ou seja, a estrutura econômica condicionando as demais estruturas sociais, deve ser compreendida dialeticamente, levando em consideração que o que determina também é determinado.

Um dos elementos da dialética é a compreensão de que a realidade social é contraditória, marcada pela unidade de contrários, os quais não se excluem, mas formam um todo contraditório. A partir dessa leitura, há um processo de interdependência entre todas essas estruturas sociais, ainda que, em última instância, a forma como os homens produzem e distribuem a riqueza social tenha uma importância marcante, mas não exclusiva.

O modo de produção das diversas sociedades indica, a partir de suas próprias características, quais elementos de sua estrutura social adquirem maior ou menor peso em seu desenvolvimento histórico. Além disso, para a compreensão dos modos de produção, é importante levar em conta suas contradições internas, a convivência conflituosa de relações sociais distintas, perceber qual é a relação social predominante, como ela impede o desenvolvimento de outras formas e os resultados desses conflitos. A transição da Antiguidade para o feudalismo, na Europa, a partir dos pressupostos aqui assumidos, deve ser compreendida dessa forma.

Nesse sentido, quando falamos em modo de produção primitivo ou, mais especificamente, do modo de produção germânico, ainda que tenham diferenciações, apontamos algumas características comuns, como a propriedade coletiva da terra. Vejamos outras a seguir.

O espaço geográfico que dividia os dois povos foi o Rio Reno, que corta, de norte a sul, boa parte da Europa. Mesmo para os povos que viviam nas fronteiras com o Império, a propriedade privada da terra não existia, sendo a produção coletiva e seus frutos distribuídos entre os clãs, enquanto os rebanhos (bois, ovelhas e cavalos) eram propriedades particulares. Nesse caso, gerando uma desigualdade de riqueza entre seus líderes. Além disso, desenvolviam a agricultura em terras coletivas até o esgotamento do solo, quando migravam para outras localidades. O comércio e o artesanato também compunham a estrutura econômica dos germânicos. A produção de armas foi outro destaque entre esses povos, tendo sua qualidade preservada durante o período posterior às invasões. Na medida em que os contatos com os romanos se intensificaram, suas estruturas sociais também se modificaram a partir da venda de gado e de pessoas escravizadas que eram capturadas em outras tribos. “Um édito imperial de 374, proibindo que os mercadores efetuassem pagamento em ouro aos bárbaros fora dos limites do Império, é bem um indício da intensidade desse comércio” (GIORDANI, 1970, p. 22). Além disso, o autor indica outros elementos da intensidade do comércio entre os germânicos e os romanos:

“Outro indicio dessa intensidade, encontramos-lo na origem latina do vocabulário comercial das línguas germânicas mais antigas conservado, em parte, nos falares atuais. Assim, por exemplo, o mercador ora designado pela palavra *mangari* que vem do latim *mango*, termo que, por sua vez, designa o traficante de escravos. O verbo *Kaufen*, comprar, e o substitutivo *Kaufmann* (negociante), do vocabulário do alemão moderno, provem do latim *Caupo* que significa taverneiro. É que nos bandos vizinhos à fronteira as mercadorias eram oferecidas aos bárbaros por vendedores instalados como taverneiros nas orlas das aldeias. Entre as importações dos bárbaros figuravam, por exemplo, o vinho e os artigos de luxo usados pelas classes mais elevadas e pelos chefes dos clãs e das tribos. Aos romanos interessava o âmbar do Báltico, escravos, peles e cabelos que serviam para a fabricação de perucas. (GIORDANI, 1970, p. 22)

### Religiosidade germânica

Conforme Giordani (1970), os germânicos não tiveram a fortuna de possuírem um Homero ou um Hesíodo para sintetizarem a religião germânica, sendo que as principais fontes são os relatos dos romanos, marcados por suas visões particulares.

Havia uma heterogeneidade de elementos religiosos entre os antigos germânicos, marcada pela “existência de uma religião pré- indo-europeia nas populações primitivas residentes nas regiões dominadas posteriormente pelos germanos; contribuições religiosas estritamente indo-europeias; elaboração religiosa germânica; influências religiosas de povos com que os germanos, através de muitos séculos, entraram em contato: lapões, fineses, eslavos (ao norte e ao leste), celtas e romanos (ao oeste e ao sul).” (GIORDANI, 1970, p. 24)

Com essas considerações acerca das dificuldades das fontes e registros, e com essa heterogeneidade mencionada pelo autor, podemos apontar algumas considerações sobre a religiosidade dos antigos germânicos, que eram politeístas, creditavam à natureza forças divinas, possuíam uma mitologia diversificada, com destaque para os deuses *Ziu* (ou *Tyr*), deus celeste, e *Odin* (*Wotan*), deus da guerra, cultuado muito mais ao sul germânico e nem tanto na região setentrional.

“Deus dos ventos e das tempestades, corta os céus no meio dos vendavais, espalhando por toda a parte o terror. Dois corvos, Hugin (pensamento) e Munin (memória) esvoaçam sempre em torno de Wotan a fim de levar-lhe as notícias do Universo. Além do deus do vento, Wotan é também o deus da fecundidade,

pois os ventos fazem com que as colheitas sejam abundantes.  
(GIORDANI, 1970, p. 25)

*Odin* possuía outro atributo, o deus das batalhas, e era venerado pelos combatentes, que acreditavam que o encontrariam após a morte.

Além dos deuses, também figuravam as deusas, com destaque para *Frija* (*Frigg*), esposa de *Odin*, deusa do amor, e *Freya*, também considerada deusa do amor, da guerra, entre outras referências, “duas divindades distintas que, mais tarde, foram frequentemente confundidas, uma com a outra.” (GIORDANI, 1970, p. 27)

Loki “é o deus que tudo acaba, bem ou mal. É o deus da noite tenebrosa e do inverno sombrio” (GIORDANI, 1970, p. 26), tendo como esposa Angrboda, deusa do medo. Balder, “inimigo pessoal de Loki, o mais sábio e o mais generoso de todos os deuses, é personagem de belas histórias que revestem um caráter mais épico que propriamente religioso.” (GIORDANI, 1970, p. 26)

Por fim, destacamos Thor (*Thunraz* ou *Donar*), deus dos trovões e das tempestades, “deus germânico preferido na época histórica” (GIORDANI, 1970, p. 25), divindade compartilhada pelos povos nórdicos, sendo que alguns deles originaram-se difundindo-se pelos celtas, como *Thor*, com a denominação de *Tanurus*, e também como *Thor*, pelos noruegueses.

“ Na mitologia, Donar [Thor] aparece como herói forte, jovem e belo, de barba ruiva. Avança num carro puxado por dois bodes. Quando irado, freme-lhe a barba e os olhos deitam chispas. As mais das vezes, porém Donar é o deus, não da tempestade destruidora, mas da tempestade fecunda e purificadora. Amigo dos deuses e dos homens, está na luta contínua com os gigantes maléficos, contra os quais lança poderosamente o seu martelo de ferro. (KOHLEN apud GIORDANI, 1970, p. 25)

As antigas lendas germânicas, com toda sua carga misteriosa, apontam variadas personagens que cumprem papéis intermediários entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, como os espíritos de opressão (*Drückgeister*) que punem os homens com suas mais variadas formas, como o lobisomem. Outros espíritos, como os feéricos, fazem o bem aos homens. No fundo das águas habitariam as Ondinas, que atraem os viajantes, com destaque para *Lorelei*, que habitava o rio Reno. Os sacrifícios também figuravam entre os rituais germânicos, sendo comum o oferecimento de homens e animais aos deuses.

Os germânicos acreditavam na vida após a morte, na qual encontrariam uma espécie de paraíso, principalmente para os guerreiros que morriam nas lutas, crendo em três tipos de destino da alma:

“ Para uns, as almas sobrevivem junto do corpo que habitam e necessitam de alimento e oferendas. Para outros, as almas dos defuntos viveriam em uma residência subterrânea onde se divertiriam combatendo. Uma terceira corrente (proavelmente formada já sob a influência de ideias cristãs) admite o castigo ou a recompensa das almas na outra vida, de acordo com o procedimento que tiveram na vida terrena. (GIORDANI, 1970, p. 27)

Essa mitologia germânica, compartilhada em muitos aspectos com os povos nórdicos, foi marcante em seu período antigo, mas, na medida em que o cristianismo avançou pelo Império Romano, os germânicos assimilaram uma perspectiva cristã denominada de arianismo, oriunda de Ário, cristão de Alexandria, nos tempos da Igreja primitiva. Para essa vertente cristã, Cristo era uma figura intermediária entre Deus e os homens, portanto, negava a tese da Santíssima Trindade.



### Exemplificando

Thor é a divindade mais conhecida da mitologia germânica. Filho de Odin e da deusa Jord, Thor, deus da tempestade, possuía um cinto (*Megingjard*) e um martelo (*Mjølfnir*), os quais lhe garantiam poderes sobrenaturais.

Thor significa trovão, conferindo também o nome ao dia da semana – Thursday (quinta-feira) – pelos anglo-saxões devido à apropriação do calendário semanal romano pelos germânicos, que substituíram os nomes de deuses romanos pelos seus.

Figura 1.2 | Batalha de Thor contra o Jöttnar (1872), por Mårten Eskil



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Thor>. Acesso em 6 mar. 2017.

## A estrutura social dos povos germânicos

A estrutura social dos germânicos era organizada de forma patriarcal, em que o pai exercia domínio absoluto. Em seguida, as famílias se agrupavam em

clãs, que se reuniam em tribos, as quais, por sua vez, organizavam as assembleias de guerreiros, momento de escolha de seus chefes, de resolução de conflitos entre as tribos ou de tomada de decisão sobre uma guerra. As relações eram permeadas por questões étnicas, religiosas, pela lealdade ao líder, ao chefe e ao rei, com variações sobre a importância de cada uma dessas características. Além disso, fusões entre os povos germânicos também eram comuns:

“[...] assim, os alanos se fundem com os vândalos após a travessia da Espanha e a conquista da África; da mesma forma, outros povos germanos, englobados durante o século V no Império dos hunos, das planícies danubianas, apesar da diferenciação de raça, de língua e de maneira de viver, desapareceram literalmente quando do deslocamento desse Império. (PERROY apud GIORDANI, 1970, p. 19-20)

Os deslocamentos desses povos eram intensos, sendo necessária uma organização militar formada pelos líderes dos clãs, que formavam os “cortejos” de guerreiros para o ataque, superando as relações de parentesco dos clãs, ou seja, a formação de um sistema cortesão (ANDERSON, 2000, p. 104). Os resultados das conquistas e das pilhagens eram repartidos entre esses guerreiros. Essa dinâmica intensificou os conflitos internos entre os germânicos que, buscando privilégios no comércio com os romanos, eram incentivados a essa violenta disputa. Esses chefes (rei) e guerreiros locais exerciam o poder religioso e militar, sendo que as normas e regras vigentes não eram escritas e sim determinadas pelos costumes.

O contato entre os povos produziu um entrelaçamento de elementos germânicos e romanos do aparato político germânico, num cenário em que esses povos se fortaleciam enquanto o Império Romano entrava em profunda crise. Outro elemento importante foi a contratação de exércitos entre os povos germânicos pelos romanos, que colaboraria para as crises internas vivenciadas pelo Império. A partir desse contato, os germânicos fronteiriços possuíam uma estratificação social que continha uma nobreza (chefes e reis); um corpo guerreiro, constituído pela população livre dos clãs, que tinha direitos políticos por meio da participação nas assembleias; uma população em condição de semiliberdade, povos conquistados nas guerras e conquistas territoriais que não exerciam o direito político por não pertencerem aos clãs; e por escravizados, povos capturados e submetidos a essa condição e que eram comercializados.



### Assimile

Destacamos dois elementos fundamentais dos povos germânicos para compreendermos sua fusão com os elementos romanos na constituição do feudalismo, que se estruturará ao longo de alguns séculos durante a Idade Média. O primeiro elemento foi a propriedade coletiva da terra, que existiu entre os variados povos germânicos, dos mais complexos aos mais primitivos. O segundo elemento é a constituição de lideranças, chefes e guerreiros locais, que exerciam um forte domínio sobre seus povos. Esses dois elementos, modificados por um ambiente, uma cultura e modos de vida diversos, serão importantes para analisarmos a formação do feudo, da gleba, das relações de poder e da posse da terra sob a dinâmica feudal.



### Refleta

Muitas vezes, os livros didáticos apresentam os povos germânicos, “povos bárbaros”, como povos extremamente violentos, cruéis, carrascos e selvagens. Uma análise mais cuidadosa nos indica algumas contradições nessas afirmações. O Império Romano, por meio de suas conquistas, da escravização de grandes contingentes de pessoas e de sua ocupação imperialista sobre variados territórios foi menos violento que os povos germânicos?

## Sem medo de errar

Para diferenciar o modo de produção primitivo e o modo de produção escravista é fundamental levar em consideração quais são as relações sociais predominantes em cada uma dessas sociedades. No escravismo, o cativo era propriedade de um senhor, ao passo que, nas sociedades primitivas ainda existentes no período aqui estudado, as relações sociais de produção da riqueza passavam pelo trabalho coletivo da terra, ainda que entre os povos germânicos suas diferenciações sejam grandes. Na medida em que os germânicos estabelecem relações mais intensas com os romanos, sua estrutura social se altera, produzindo uma maior hierarquização nas relações de produção e de distribuição de riqueza e, também, do domínio político. A relação com a terra (a propriedade comunal), as relações de lealdade diante do chefe (rei) e as formas de produção diferenciam os povos germânicos dos romanos, que estabeleciam a propriedade privada da terra cada vez mais extensa (o latifúndio) e o trabalho escravo como forma predominante de suas relações sociais. A partir das ondas migratórias e das ocupações dos povos germânicos sobre os territórios romanos, ao longo de alguns séculos,

veremos um processo de fusão e de síntese de diferentes modos de produção que geram um “novo”, com marcas do “velho”: a sociedade feudal.

## Avançando na prática

---

# Os povos germânicos nos livros didáticos

### Descrição da situação-problema

Marco, professor de História Medieval, após a aula sobre os povos germânicos, sugeriu que a turma avaliasse as descrições desses povos germânicos nos conteúdos de alguns livros didáticos. Como eles são descritos? Há uma homogeneização ou uma diversidade entre eles?

### Resolução da situação-problema

Para compreendermos os povos germânicos, é fundamental fugirmos dos estereótipos que, muitas vezes, encontramos nos livros didáticos, na cultura geral, marcada pelo senso comum, nos livros, séries e filmes. Sem desconsiderar a imensa capacidade política, econômica e social dos romanos, é importante analisar os povos germânicos em seu contexto histórico e a crise do Império Romano para que as “invasões bárbaras” não sejam vistas apenas como um ato de selvageria de povos incivilizados. Veremos, na próxima seção, que as ondas migratórias não foram violentas e cumpriram um papel importante nos processos de conquistas posteriores.

Os povos germânicos, com toda a sua diversidade, tiveram um papel decisivo, junto às características herdadas dos romanos, para a formação do feudalismo europeu. Não se trata de “bons selvagens” nem de “povos bárbaros”, mas sim de povos germânicos, com suas potencialidades e contradições.

**1.** Os povos germânicos, que viviam ao leste do Rio Reno, à época do Império Romano, possuíam uma diversidade política, social e econômica, diferenciando-se também a partir do contato que estabeleciam com os romanos.

Indique a alternativa correta que aponta essa diferenciação.

- a) Os povos que viviam na fronteira com o Império Romano, com as relações comerciais estabelecidas, possuíam uma estrutura social mais complexa, enquanto os povos que estavam mais distantes mantinham uma relação social mais primitiva.
- b) Os povos germânicos se diferenciavam dos romanos pela introdução de relações sociais de produção baseadas no trabalho assalariado, o que garantiu sua superioridade do processo das denominadas “invasões bárbaras”.
- c) Os povos germânicos possuíam estruturas sociais diversas, sendo que os povos fronteiriços ao Império Romano mantinham relações comunitárias características dos povos primitivos, enquanto os povos mais orientais mantinham uma estrutura social mais complexa.
- d) Os povos germânicos possuíam uma estrutura social complexa, abandonando as antigas formas primitivas, o que conferiu a esses povos uma superioridade política, econômica e social diante dos romanos.
- e) Os povos germânicos possuíam diferenciações culturais, mas eram homogêneos em suas formas de produção da riqueza, marcadas pelo modo de produção primitivo, independente das relações que estabeleceram com os romanos.

**2.** Levando em consideração a diversidade entre os povos germânicos, é possível identificar uma forma predominante de relação social de produção entre eles, identificado pelo modo de produção primitivo.

Indique a alternativa que caracteriza corretamente uma de suas principais características.

- a) O latifúndio.
- b) O trabalho assalariado.
- c) A propriedade coletiva da terra.
- d) O escravismo.
- e) A relação entre servo e senhor feudal.

**3.** Os povos germânicos que estavam na fronteira com o Império Romano viveram intensos conflitos e também, estabeleceram relações comerciais com os romanos, o que alterou sua estrutura social, tornando-a mais complexa.

Indique a alternativa que aponta corretamente essa alteração nas estruturas sociais germânicas ocidentais, que adquiriram uma nova hierarquização.

- a) Imperador, Senado, plebe, proletários e escravos.
- b) Nobreza, guerreiros, população com semiliberdade e escravos.
- c) Rei, senhor feudal, servos e camponeses.
- d) Burgueses e proletários.
- e) Senhores e escravos.

# As invasões bárbaras

## Diálogo aberto

Nas seções anteriores, você encontrou uma observação em relação aos livros didáticos, que muitas vezes apresentam uma nítida separação entre a História Antiga e a História Medieval, tratadas como períodos muito distintos, assim como o feudalismo, apresentado em sua forma clássica desde sua formação inicial. Nas reflexões anteriores, procuramos questionar essa visão mais simplificadora e analisar transições históricas como processos mais complexos.

Nesta seção, sugerimos que você pense sobre a seguinte situação: no terceiro encontro com a turma, o professor de História Medieval, após apresentar as características iniciais do escravismo e dos povos germânicos, preocupou-se em demonstrar a sociedade feudal que se gestava como um processo conflituoso entre duas dinâmicas sociais distintas, que produziram uma nova formação social, a sociedade feudal. O início desse processo ocorreu, conforme apontado nas aulas anteriores, com a crise do Império Romano e com os conflitos vivenciados entre os povos ao leste, iniciando-se com as denominadas invasões bárbaras no antigo Império Romano do Ocidente. Para iniciar os debates, o professor lançou algumas questões: como se deu essa ocupação? Como as antigas formas sociais foram tratadas pelos povos que ocupavam o novo território? Como as formas sociais dos povos invasores foram mantidas diante de um novo território e um novo contexto?

Nesta seção, analisaremos as fases das invasões bárbaras, o processo de disputa pela posse da terra, a nova organização política construída pelos povos que ocuparam a Europa e, também, a dominação bárbara no norte da África. Dessa forma, você encontrará importantes reflexões para colaborar com o professor de História Medieval em seus questionamentos.

## Não pode faltar

---

### A crise do Império Romano e as primeiras ocupações “bárbaras”

Na primeira seção, você encontrou os motivos da crise do Império Romano, que podemos resumir nos seguintes fatores: dificuldades de manutenção da estrutura escravista; o imperialismo; as guerras civis; a desorganização militar; a ascensão do cristianismo; as invasões “bárbaras”, entre outros. A derrocada do Império Romano foi motivada, num primeiro

momento, e principalmente, pelos seus fatores internos. As denominadas invasões “bárbaras” foram o desfecho de uma crise que se acumulou pelos séculos anteriores.

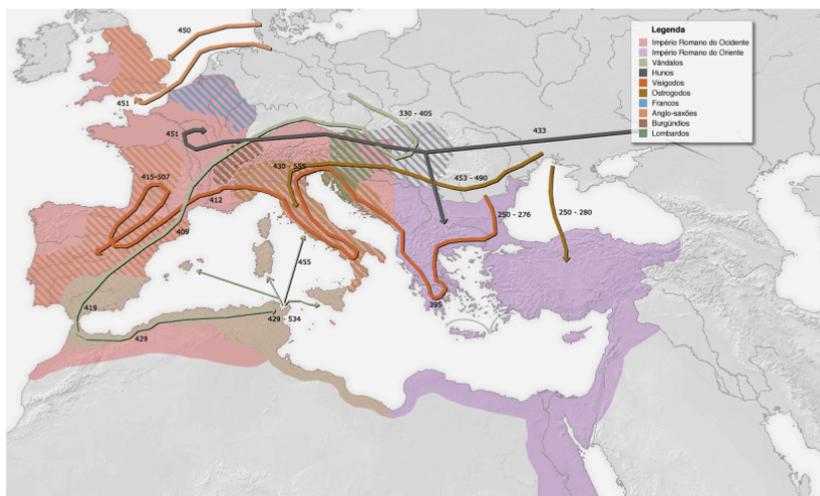
Foi nesse contexto de profundas crises, com o exército romano desmantelado, que houve deslocamentos de povos germânicos (vândalos e alanos) por volta de 405-6, com o congelamento do Rio Reno. Esses povos que mantinham um modo de produção comunal primitivo, com os contatos comerciais com os romanos, desde o século I, alteraram ao longo do tempo sua estrutura social, tornando-a mais complexa, com uma estratificação social maior, com classes sociais e com a formação de um sistema cortesão. Esse sistema surgiu por meio da relação de lealdade estabelecida entre os guerreiros e seus chefes germânicos, evoluindo para relações de obediência e de vassalagem no período feudal e para formas mais sofisticadas de assessores, funcionários e diplomatas durante o absolutismo. O cortesão também ficou conhecido como o sujeito que frequentava a corte, adquirindo o hábito cortês. Além disso, apresentavam elementos semelhantes aos dos romanos em seus aparatos políticos. Enquanto os romanos se enfraqueciam, os povos germânicos que estavam mais próximos da fronteira se fortaleciam. Os povos que mantinham relações comerciais, militares e políticas com Roma apresentavam uma complexidade social maior em relação aos que estavam mais distantes, que ainda mantinham um modo de vida comunal. A diversidade entre os povos germânicos era grande, não permitindo tratá-los de forma homogênea.

Outro elemento de desgaste do Império Romano foi a crescente participação de germânicos no exército romano no final do Império.

“[...] no final do Império, o governo lançou mão do recrutamento regular de soldados para as suas próprias unidades nessas tribos. Ao mesmo tempo, os refugiados ou cativos bárbaros eram instalados em terras desocupadas como *laeti*, obrigando-se ao serviço militar em retribuição a suas terras. Além disso, muitos guerreiros germânicos se alistavam voluntariamente nos regimentos romanos, atraídos pelas perspectivas de pagamento e promoção dentro do estabelecimento militar imperial. Pela metade do século V, era comum uma porcentagem relativamente alta de tropas palatinas de elite, oficiais, e generais serem de origem germânica, cultural e politicamente integrada ao universo social romano. (ANDERSON, 2000, p. 106)

Além desse processo, essas reflexões do historiador Perry Anderson nos permitem compreender os povos germânicos para além dos preconceitos muitas vezes difundidos de que eles seriam apenas povos violentos, “bárbaros”, cruéis e incivilizados. Sabemos que a violência era comum a todos os povos que viviam na região e, também, não precisamos retomar o grau de violência existente no Império Romano, tanto nas suas relações internas como externas. Nosso esforço aqui é ir para além das aparências, buscando compreender os povos germânicos em seu contexto histórico, com suas potencialidades e com seus limites. Nesse sentido, podemos iniciar nossos estudos sobre a primeira onda de “invasões bárbaras” dentro do que realmente ocorreu, ou seja, como um movimento migratório provocado pelo avanço dos povos hunos, no século V, sobre a Germânia, que, por sua vez, avançou sobre o território ocidental europeu. Esses povos germânicos, como aponta Anderson (2000, p. 106-107), já possuíam uma estrutura social complexa quando ocuparam os novos territórios romanos, ou seja, já havia uma “[...] longa simbiose das formações sociais romana e germânica nas regiões fronteiriças [que] gradualmente estreitara a brecha entre ambas, embora continuasse uma fenda enorme na maioria dos aspectos” (ANDERSON, 2000, p. 107). Vejamos com detalhes esse processo.

Figura 1.3 | Mapa das migrações na Europa entre os séculos II e V



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Migra%C3%A7%C3%B5es\\_dos\\_povos\\_b%C3%A1rbaros](https://pt.wikipedia.org/wiki/Migra%C3%A7%C3%B5es_dos_povos_b%C3%A1rbaros). Acesso em: 3 mar. 2017.

### A disputa pela posse da terra e as novas estruturas sociais

Em 31 de dezembro de 406, suevos, vândalos e alanos atravessaram o Rio Reno. Em 410, os visigodos saqueiam Roma. Em 439, os vândalos tomaram Cartago, no norte da África. Em 476, a Itália cai em poder de Odoacro, rei do

hérulos, marcando o fim do Império Romano. Em 480, os primeiros Estados “bárbaros” são instalados, os burgúndios na Savoia, os visigodos na Aquitânia (oeste francês), os vândalos no norte da África, os ostrogodos na Itália.

Conforme você encontrou nas duas seções anteriores, havia uma grande diferença entre as duas civilizações. No Império Romano, o escravismo e o colonato marcaram o início e o final de suas relações sociais de produção, enquanto, entre os povos germânicos, mesmo com toda a sua diversidade, a posse da terra era coletiva. Veremos adiante que o feudalismo será uma síntese desses dois modos de produção.

Esse processo de ocupação foi extremamente violento, a disputa pela terra foi intensa, assim como se dariam as novas formas de produção da riqueza. Com as vitórias no campo de batalhas favoráveis aos povos germânicos, nesse primeiro momento, foi implantado o regime de *Hospitalitas*, em que parte das terras romanas foi apropriada pelos visigodos, burgúndios e ostrogodos (séculos V e VI), sendo que as terras eram partilhadas somente entre o proprietário de terra e seu sócio germânico, que, mais tarde, fazendo parte da nobreza, controlaria toda a terra e subjugaria uma classe de produtores rurais (ANDERSON, 2000, p. 110). Variadas formas de monarquias rudimentares foram instaladas nesse primeiro momento, que também se caracterizou pela dualidade de estruturas jurídicas, políticas e religiosas (paganismo versus cristianismo; catolicismo versus arianismo). Além disso, também conviveram estruturas econômicas diversificadas, como o escravismo e o colonato. Em diversas regiões da Europa, variadas formas de estruturas romanas permaneceram, inclusive o paganismo.

Durante essa primeira fase das invasões, as cidades foram destruídas e houve uma relativa preservação do campo, espaço privilegiado nas novas relações sociais que se formavam. Nesse processo dual de estruturas, os povos germânicos não obrigaram os povos dominados a adotarem sua versão cristã, o arianismo, e preservaram as línguas latinas existentes como forma de diferenciação entre os povos



### Refleta

Inicialmente, a palavra “bárbaro”, para os gregos, tinha apenas o significado de estrangeiro. Na medida em que os gregos se consolidavam como uma civilização mais complexa, o termo adquiriu conotações pejorativas, em que o bárbaro era tratado não só como o não grego, mas como alguém que não era civilizado. Os romanos, que já tinham sido tratados como bárbaros pelos gregos, também adotaram a mesma postura diante dos demais povos não romanos. Essa forma de superioridade também pode ser encontrada nos dias atuais? De que forma ela

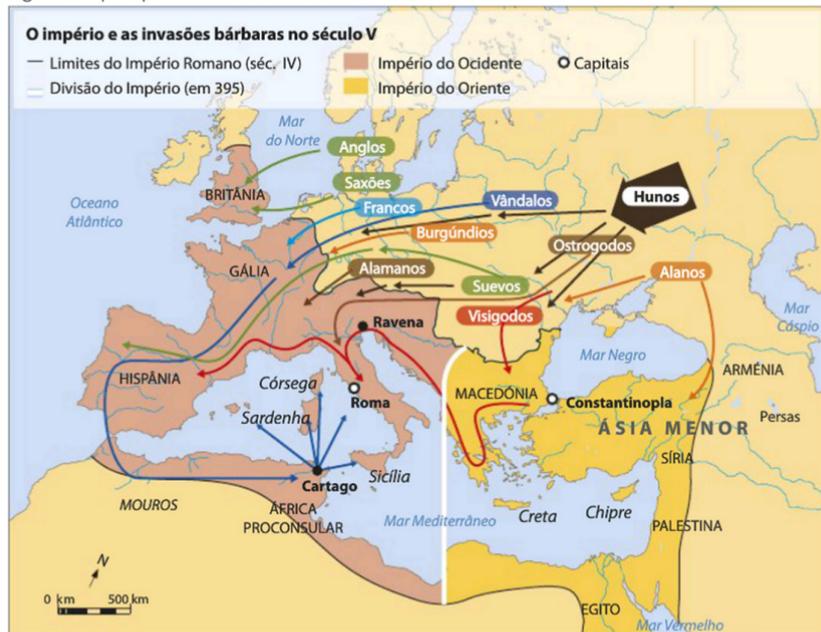
aparece? Nos livros didáticos de História, é possível encontrar explicações que mantêm relações de superioridade entre os povos?

Em algumas localidades, encontramos uma tentativa de preservação por parte dos povos germânicos, da magnitude do período romano.

“Ciente da disparidade entre o que havia destruído e o que poderia construir, a maioria dos governantes germânicos empenhou-se em restaurar tanto quanto possível os edifícios romanos que havia inicialmente posto abaixo aqui e ali: o maior deles, o ostrogodo Teodorico, criou um meticuloso condomínio administrativo na Itália, decorou sua capital, padronizou a arte e a filosofia pós-clássicas, conduziu as relações exteriores no estilo imperial tradicional. (ANDERSON, 2000, p. 114)

O escravismo, em variadas localidades, também foi preservado, ainda que em concorrência com outras formas de produção, como o colonato e a *Hospitalitas*. No mapa a seguir, encontramos os deslocamentos dos povos “bárbaros” no século V.

Figura 1.4 | Mapa das invasões “bárbaras” no século V



Fonte: <http://eugostodehistoria2.blogspot.com.br/2015/02/o-fim-do-imperio-romano-as-invasoes.html>. Acesso em: 3 mar. 2017.

As alterações nos domínios territoriais eram constantes, sendo que os francos subjugarão os burgúndios e expulsaram os visigodos da Gália; os bizantinos expulsaram os vândalos do norte da África e da Itália; os invasores islâmicos expulsaram os visigodos da Espanha; os anglo-saxões ocuparam a Inglaterra; os lombardos ocuparam a Itália, marcando a segunda fase das invasões “bárbaras”, a partir do século VI. Essas ocupações diferiam da primeira pela proximidade de seus povos, o que colaborou para o envio rápido de contingentes, com maior povoamento e maior sedimentação cultural, inclusive com suas variedades linguísticas, impostas aos povos nesses territórios ocupados. A partir daí, “um lento processo de fusão, integrando elementos germânicos e romanos numa nova síntese que haveria de substituí-los, começou a ocorrer gradualmente.” (ANDERSON, 2000, p. 117)

Nessa segunda onda de invasões, as alterações na estrutura agrária foram mais profundas do que na primeira, sendo que o regime de *Hospitalitas* foi suprimido e as terras foram confiscadas pelos novos senhores de terras. Com o aumento populacional nessa nova emigração, um contingente de camponeses se instalou nas novas terras. Portanto, nesse momento, séculos VI e VII, houve uma maior germanização da Europa Ocidental, reforçada pelo fim das estruturas dualistas, principalmente pelo abandono do sistema jurídico romano em favor das normas germânicas tradicionais. Por outro lado, houve uma crescente conversão católica dos povos invasores.



### Exemplificando

Clóvis, rei dos francos, foi batizado nos últimos anos do século V. Os visigodos (século VI), os anglo-saxões (século VII) e os lombardos (século VII) trilharam o mesmo caminho, impulsionando o catolicismo pelo continente.

Durante o século VII, com o surgimento da religião muçumana e a unificação da Arábia, houve um rápido avanço cultural e religioso do islamismo pelo Oriente Médio, pelo norte da África, desalojando os vândalos que ocuparam a antiga região de Cartago, e pela Península Ibérica, na Europa, bloqueando o comércio das demais regiões europeias com a região mediterrânea, provocando um isolamento europeu em sua vida rural.



### Vocabulário

Quais são as diferenças entre os conceitos árabe, muçumano e islâmico? É muito comum confundir-los como sendo sinônimos, sendo que possuem diferenciações. Árabe indica uma referência étnico-linguística e cultural, enquanto muçumano indica uma referência religiosa. Alguém pode ser

árabe e não ser mulçumano, assim como o inverso também é verdadeiro. Já o islamismo é sinônimo de mulçumano, não havendo diferença entre os termos.

Veremos, na próxima Unidade, como essa dinâmica produziu uma nova formação social, o feudalismo.



### Assimile

Toda transição histórica é marcada tanto por elementos herdados da antiga sociedade que se esvai quanto por elementos da nova sociedade que se desenvolve, ou seja, trata-se de uma mescla de “velhas” e de “novas” formações sociais, produzindo uma sociedade com características próprias. Nas três seções desta unidade, você encontrou as características do escravismo antigo, dos povos germânicos e, nesta seção, por meio das duas fases das invasões “bárbaras”, a fusão entre esses modos de produção. O que ressaltamos é que não foi um processo pacífico. A queda do Império Romano, com suas crises e com as invasões dos povos germânicos, foi seguida por alguns séculos de intensos conflitos e disputa por terra. Algumas características romanas foram preservadas e incorporadas pelos povos germânicos, outras foram superadas e substituídas pelas dinâmicas tradicionais que esses povos trouxeram de suas experiências históricas. Durante algum tempo, a dualidade de estruturas marcou o processo de ocupação, principalmente em seu primeiro momento. Em seguida, na segunda onda de invasões, a imposição das estruturas germânicas foi maior, o que não impediu que esses mesmos povos assimilassem a cultura romana, por exemplo, à conversão ao catolicismo.

### Sem medo de errar

Num primeiro momento, é fundamental lembrarmos que as migrações sobre o território europeu não foram inauguradas pelos povos germânicos. Antes mesmo da consolidação da civilização romana, ondas migratórias ocorreram, por exemplo, as migrações célticas que ocuparam a Gália, a Bretanha, a Itália e a Grécia, com a tomada de Delfos, em 278 a.C. (GIORDANI, 1970, p. 7).

Podemos diferenciar as duas principais ondas invasoras sobre a Europa Ocidental. A primeira delas, com menor densidade populacional, alterou de forma menos impactante as estruturas que permaneceram do Império Romano, tendo como consequência a convivência de uma dualidade de estruturas políticas, sociais e culturais, enquanto a segunda provocou um impacto maior devido ao grande fluxo populacional que ocupou a região,

acabando com a dualidade de estruturas com a imposição de novas relações, ainda que também fossem diretamente influenciadas pela dinâmica política, econômica e social que encontraram.

O modo de produção escravista, predominante durante o Império Romano, entrou em crise nos dois séculos anteriores à sua derrocada, convivendo, em sua fase mais crítica, com as formas de colonato que apareceram. O modo de produção primitivo, tendo como característica geral a posse coletiva da terra, era diversificada entre os povos germânicos. Aqueles mais próximos do Império, que mantinham relações comerciais com os romanos, apresentavam uma estrutura social mais complexa, enquanto os demais povos, mais afastados, mantinham uma estrutura social mais comunitária. Toda essa diversidade foi fundida com as formas escravistas e de colonato que existiam no Antigo Império.

Evidentemente, essa fusão não produziu uma nova estrutura homogênea, a diversidade de formas de produção foi a tônica desse primeiro momento, sendo que, no segundo momento, com as novas invasões, a capacidade impositiva dos germânicos foi maior, mas ainda assim a diversidade permaneceu.

As condições da produção da vida social que os povos germânicos possuíam em suas regiões de origem não eram as mesmas que encontram pela Europa e norte da África, nem era possível reproduzi-las. Suas tradições culturais, suas formas de vida e de produção serviram como referência importante para as novas condições encontradas em solo europeu, mas foram por elas modificadas.

## Avançando na prática

---

# Idade Média e feudalismo

## Descrição da situação-problema

José, professor de História do Ensino Médio, em sua aula sobre a Idade Média, após apresentar algumas informações básicas sobre o período, afirmou que o feudalismo, modo de produção que marcou o medievo, caracterizava-se pelas relações de vassalagem e de servidão. Nesse sentido, ele solicitou que a turma pesquisasse em seus materiais didáticos e na internet como o feudalismo se estruturou na Europa após a queda do Império Romano. O feudalismo foi uma consequência imediata, existindo desde o início da Idade Média?

## Resolução da situação-problema

A questão levantada pela situação apresentada permite ao professor argumentar que os acontecimentos históricos possuem momentos de rupturas e também são processuais. A Idade Média é marcada por dois acontecimentos: a queda do Império Romano, em 476, com a tomada de Roma pelos hérulos, e pela queda de Constantinopla, em 1453, os quais marcam simbolicamente esse período. Mas não é possível afirmar que esse foi um período homogêneo. O feudalismo, como modo de produção, foi resultado histórico de formas ou modos de produção bastante diversificados e sua consolidação foi resultado de inúmeros conflitos e disputas. Nesses quase mil anos de existência da Idade Média, o feudalismo, em sua forma clássica, existiu, aproximadamente, durante cerca de três séculos, sendo muito comum aceitarmos que essa forma tenha existido durante toda a Idade Média. Inicialmente, como já dissemos, houve uma convivência entre diversas formas de produção, em sua fase inicial, por exemplo, o feudalismo foi corroído pelo desenvolvimento mercantil que ressurgiu. Portanto, a história é marcada por avanços e recuos, por contradições que geram novas formas, que, por sua vez, apontam novas contradições.

### Faça valer a pena

---

**1.** As primeiras invasões “bárbaras” ocorreram entre os séculos V e VI, motivadas pelo avanço dos povos hunos sobre os germânicos, que atravessaram o Rio Reno em direção à Europa Ocidental.

Aponte a alternativa que indica corretamente as principais características dessa primeira onda migratória.

- a) Um fluxo populacional intenso, a imposição de formas primitivas de produção e a construção de sólidas monarquias em vastos territórios.
- b) Os povos germânicos que ocuparam a Europa Ocidental construíram relações marcadas pelo escravismo e pela manutenção do latifúndio.
- c) Os povos germânicos que ocuparam a Europa se adaptaram às estruturas políticas, econômicas e sociais existentes, sendo o colonato a forma predominante dessas novas relações.
- d) A baixa densidade populacional e a construção de estruturas políticas, econômicas e sociais dualistas, sendo a Hospitalitas um exemplo desse processo.
- e) A primeira onda migratória foi marcada pela construção imediata das relações feudais de produção, os povos germânicos submeteram os povos locais às relações de servidão.

**2.** A segunda onda de invasões “bárbaras” ocorreu entre os séculos VI e VII, os francos subjugarão os burgúndios e expulsaram os visigodos da Gália, os bizantinos expulsaram os vândalos do norte da África e da Itália; os invasores islâmicos expulsaram os visigodos da Espanha e os anglo-saxões ocuparam a Inglaterra e os lombardos a Itália.

Aponte a alternativa que indica corretamente as principais características dessa segunda onda migratória.

- a) Essas ocupações diferiam da primeira pela proximidade de seus povos, o que colaborou para o envio rápido de contingentes, com maior povoamento e maior sedimentação cultural, inclusive com suas variedades linguísticas, impostas aos povos nesses territórios ocupados.
- b) A segunda onda migratória foi marcada pela manutenção da estrutura feudal, constituída desde a primeira onda migratória, em que os povos germânicos submeteram os romanos às relações de servidão e vassalagem.
- c) As principais características dessa segunda onda migratória foram marcadas pelo respeito que os povos germânicos tiveram pela cultura romana, mantendo sua religião politeísta, a escravidão e o colonato, existentes desde a queda do Império Romano.
- d) Os povos germânicos, nessa segunda onda migratória, escravizaram a população que se encontrava nos territórios ocupados, alterando a estrutura feudal existente, reconstruindo as principais características do Império Romano.
- e) Na segunda onda migratória, os povos germânicos reintroduziram as relações mercantis, proporcionaram o desenvolvimento urbano e resgataram a filosofia clássica greco-romana, proporcionando um forte desenvolvimento material e espiritual da Europa Medieval.

**3.** Na segunda onda migratória dos povos “bárbaros”, a partir do século VI, as estruturas políticas, econômicas e sociais que se gestavam foram novamente alteradas.

Indique a alternativa que aponta corretamente essas alterações.

- a) Propriedade comunal da terra, rica diversidade cultural e religiosa, reconstrução das relações primitivas que existiam em seus territórios de origem.
- b) Propriedade coletiva da terra, produção e distribuição social da riqueza, fim das estruturas de dominação política, substituída pelo conselho derepresentantes das comunas rurais.
- c) Confisco de terras com o fim da Hospitalitas, formação de um campesinato, maior germanização da Europa Ocidental, fim das estruturas dualistas e conversão católica dos povos germânicos.

- d) Construção de relações sociais mercantis, pela introdução do trabalho assalariado, pela industrialização da produção e pela subordinação do campo às cidades.
- e) Reconstrução das relações escravistas, sendo que os antigos povos romanos foram escravizados pelos germânicos, a produção da riqueza foi marcada pela estrutura latifundiária.

## Referências

---

- ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média, nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- GIORDANI, Mário Curtis. **História dos reinos bárbaros I**. Idade Média II. Petrópolis/RJ: Vozes, 1970.
- GIORDANI, Mário Curtis. **História do Império Bizantino**. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1992.
- MAESTRI FILHO, Mário José. **O escravismo antigo**. 12. ed. rev. atual. São Paulo: Atual, 1994.
- MARX, KARL. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.



# Unidade 2

---

## A Alta Idade Média

### Convite ao estudo

Nesta segunda unidade, estudaremos o período histórico mais tarde definido como *Alta Idade Média*. Aplicado às antigas porções ocidentais do Império Romano, essa periodização serviu como instrumento para analisar a constituição de diversas sociedades na cristandade católica como resultado de uma síntese histórica entre modos de produção, o escravismo e o germânico e/ou primitivo. Conforme desenvolvemos na Unidade 1, toda transição histórica é resultado de possibilidades construídas pela humanidade em seu processo de produção da vida material e cultural. A herança deixada pelos romanos e as novas formas de produção germânica configuraram uma nova sociedade na Europa ocidental, a qual se gestou durante os séculos V e X a sociedade feudal.

Nesse sentido, você aprendeu na unidade anterior que o surgimento do modo de produção feudal foi resultado da inter-relação entre os aspectos econômicos, políticos e sociais no contexto da transição entre uma sociedade escravista e as novas relações sociais que se formaram ao longo das invasões chamadas “bárbaras” pelos romanos.

Nosso ponto de partida para essas reflexões foi o questionamento sobre a nítida separação entre a História Antiga e a História Medieval, apresentadas, muitas vezes, nos livros didáticos, como períodos muito distintos, inclusive com datas muito precisas, que simbolizam acontecimentos importantes. O início da Idade Média é marcado pela queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d. C., e pelas invasões “bárbaras”, e o final desse período é indicado pela queda do Império Bizantino, com a tomada de Constantinopla pelos Turcos Otomanos, em 1453. Assim, também encontramos, diversas vezes, o feudalismo apresentado em sua forma clássica desde sua formação inicial, ou seja, com suas relações sociais plenamente desenvolvidas, como se a relação entre senhor feudal e servo sempre tivesse existido nesse período. Sem desconsiderar a importância desses momentos simbólicos, os quais nos ajudam a produzir sínteses históricas e buscar elementos comuns num determinado período histórico, continuaremos instigando a reflexão sobre a relação entre processos de longa duração e as rupturas históricas. Nesse sentido, resgatamos as questões lançadas anteriormente para iniciarmos a segunda unidade: as transições históricas permitem mudanças abruptas? São

possíveis permanências e mudanças em períodos de transição entre modos de produção distintos? O que diferencia um modo de produção de outro? São essas questões, entre outras reflexões, que orientarão nossos estudos nesta unidade dividida em três seções.

A primeira seção – A fusão dos modos de produção antigo e primitivo – analisará o feudalismo como fusão dos modos de produção antigo e primitivo; o surgimento da vassalagem; o fortalecimento da Igreja Católica; e o feudo como unidade básica do feudalismo.

A segunda seção – O surgimento da Europa – tratará das heranças culturais do mundo antigo; das fases de consolidação histórica da Europa; da cristianização da Europa; e da ocupação árabe na Península Ibérica.

A terceira seção – Os povos árabes e o islamismo – abordará mais enfaticamente as origens do islamismo ao Sul do mundo mediterrâneo e nos dará subsídios para entender a relação de trocas e conflitos entre povos cristãos e islâmicos durante a Baixa Idade Média.

Bom estudo!

# A fusão dos modos de produção antigo e primitivo

## Diálogo aberto

Após as reflexões iniciais sobre as principais características do escravismo romano e do modo de produção primitivo e germânico, das invasões “bárbaras” e das novas configurações históricas produzidas durante o período inicial da Idade Média, o professor de História Medieval reafirmou que a transição de um modo de produção a outro é um processo histórico complexo, que toda transição histórica carrega elementos da velha estrutura social e da nova que surge. O resultado desse processo é uma síntese histórica dos distintos modos de produção, ou seja, a construção do feudalismo, elemento central da organização econômica, política e social do período denominado como Idade Média, forjado no final da Alta Idade Média (séculos V ao X). Para compreendermos esse período histórico, é fundamental estudarmos seu momento inicial, apresentado na unidade anterior, e que desenvolveremos aqui por meio de outros caminhos. Além disso, é importante compreendermos como as diferentes perspectivas historiográficas explicam esse processo. Nesse sentido, recuperemos o nosso professor de História Medieval em sua aula, que, desenvolvendo o debate sobre esse período medieval, lançou algumas questões para a turma e que podem nos ajudar nesse resgate histórico e teórico. Qual é o nível de conflito desse processo? Quais características dos modos de produção germânico e antigo foram preservadas e alteradas? Como o feudalismo se consolida na Europa? Qual é o papel da Igreja Católica nesse processo? Como a Europa se constitui como uma unidade cultural relativamente definida? Essas novas questões nos orientarão nas reflexões desta unidade.

## Não pode faltar

---

### **O Feudalismo como fusão dos modos de produção antigo e primitivo: o feudo e a vassalagem**

No final da Alta Idade Média, mais especificamente durante o Império Carolíngio, o modo de produção feudal se consolidou. Você encontrou nas seções anteriores as características fundamentais do escravismo antigo em seu auge, bem como sua crise e as novas formas de colonato que surgiram no final do Império Romano. Encontrou também os principais elementos constitutivos dos povos germânicos em sua diversidade, como a posse coletiva da terra, as relações de fidelidade que gestaram as relações cortesãs,

entre outros. É interessante notar como essas características de povos diversos resultaram numa síntese que manteve e, ao mesmo tempo, alterou as antigas formas societárias num modo de produção novo, o feudalismo. Vejamos com mais detalhes esse processo:

“O modo de produção feudal que surgiu na Europa Ocidental foi caracterizado por uma unidade complexa. Suas definições tradicionais muitas vezes o interpretam parcialmente, e tornou-se difícil fazer algum relatório sobre a dinâmica do desenvolvimento feudal. Foi um modo de produção regido pela terra e por uma economia natural, na qual nem o trabalho nem os produtos eram bens. (ANDERSON, 2000, p. 143)

Diferentemente do escravismo, em que o cativo era um bem do senhor, no feudalismo o servo não é propriedade do senhor e nem a totalidade dos produtos do seu trabalho. No escravismo, toda a produção do cativo era apropriada pelo senhor. Fruto de um longo processo histórico, que mesclou elementos do modo de produção escravista e primitivo, as novas relações de produção feudais tinham uma característica diferente das anteriores.

“O produtor imediato – o camponês – estava unido ao meio de produção – o solo – por uma específica relação social. A fórmula literal deste relacionamento era proporcionada pela definição legal da servidão – *gleba adscripti* ou ligados a terra: os servos juridicamente tinham mobilidade restrita. Os camponeses que ocupavam e cultivavam a terra não eram seus proprietários. A propriedade agrícola era controlada privadamente por uma classe de senhores feudais, que extraíam um excedente de produção dos camponeses através de uma relação político-legal de coação. (Idem, p. 143)

Você já leu nas seções anteriores que, após o surgimento das sociedades de classes, houve distintas formas de exploração: a servidão coletiva, o escravismo, a servidão feudal e o trabalho assalariado. O que distingue o modo de produção escravista do feudal, conforme a descrição de Anderson (2000), é que o servo não é uma propriedade do senhor, mas não está livre dos meios de produção, como o trabalhador assalariado, ele está vinculado a terra, com sua liberdade limitada pela servidão, devendo produzir tanto para o senhor feudal como para o seu próprio sustento. Não há uma separação entre os meios de produção e o trabalho do servo.



## Refleta

Toda forma de exploração do trabalho é, entre outros fatores, uma extração de trabalho, ou trabalho excedente. No caso da servidão, parcela considerável do que o servo produzia era apropriada pelo senhor feudal, enquanto que uma pequena parte de sua produção servia para o sustento próprio. Em que medida essa forma de exploração se diferenciava do escravismo? Vimos que, para o escravo, não havia interesse em ampliar a produtividade de seu trabalho, já que isso não alterava suas condições de vida. Nas condições feudais, interessava ao servo aumentar sua produtividade? Reflita sobre isso, pois esse é um elemento importante para compreendermos os debates futuros.

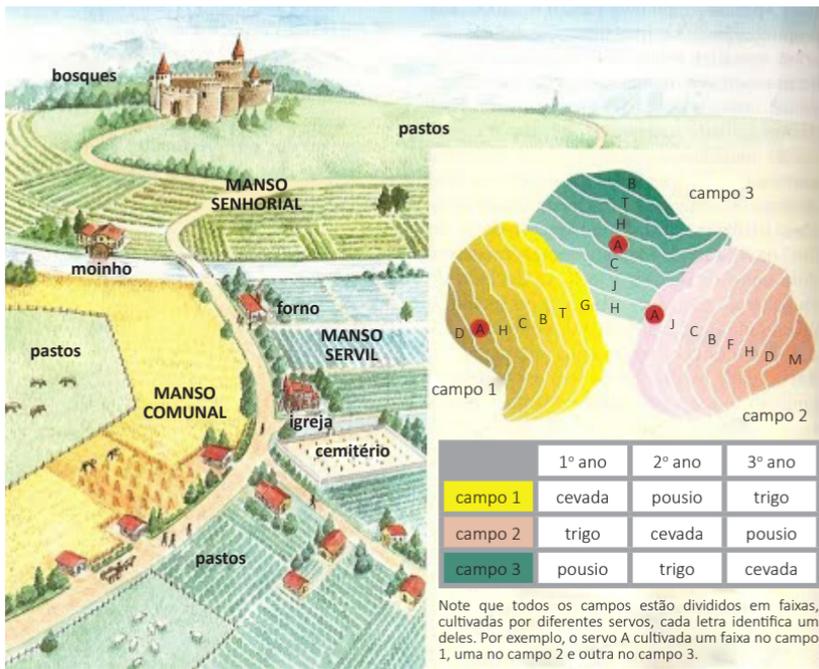
Anderson (2000) prossegue afirmando que essa forma específica de coação se materializava pela prestação de serviços, “arrendamentos em espécie ou obrigações consuetudinárias ao senhor individual pelo camponês” (p. 143), exercida na terra do senhor ou nas terras arrendadas pelo servo. Os tributos e as obrigações dos servos variavam a cada região, sendo os mais comuns a corveia (trabalho nas terras do senhor feudal), talha (parte da produção servil entregue ao senhor feudal), banalidade (tributo pago pelo uso de equipamentos do senhor feudal, como moinhos, fornos, celeiros, pontes etc.), capitação (impostos pagos per *capita* – por cabeça), Tostão de Pedro (dízimo pago à Igreja), mão-morta (taxa cobrada para que a família continuasse a exercer os direitos sobre a terra após a morte do patriarca), *formariage* (pagamento de taxa quando o servo casava com alguém de outro feudo), albergagem (obrigação dos vassalos de fornecerem pouso e alimentação ao senhor feudal e sua comitiva em suas viagens), entre outros. Havia uma mescla de exploração econômica e dominação política nessa relação. Por sua vez, o senhor, proprietário de terras, tinha o dever de obediência aos nobres hierarquicamente superiores, com a obrigação de servirem militarmente em tempos de guerra. Estes também deviam obediência aos monarcas, que tinham o domínio sobre todas as terras. Essa estrutura hierárquica de obediência foi denominada vassalagem. Nessa estrutura social, não havia possibilidade de mobilidade social, a condição de cada um estava dada pelo seu nascimento.

O feudo, portanto, era a unidade básica do domínio senhorial. A reprodução das relações de vassalagem em níveis hierarquicamente superiores não impediu essa relação básica de poder do senhor feudal sobre o servo, ou seja, “esta parcelarização da soberania seria constitutiva de todo o modo de produção feudal” (ANDERSON, 2000, p. 144). Essa relação social de produção também não impediu a existência de terras comunais alodiais (livres de obrigações legais) – pastos, campos, florestas –, que constituíram uma importante forma de resistência camponesa durante a Idade Média.

“ A classe camponesa de quem era extraído o excedente neste sistema habitava então um mundo social de direitos e poderes superpostos, e a própria pluralidade de cujas instâncias de exploração criavam interstícios latentes e discrepâncias que seriam insuportáveis num sistema jurídico mais unificado. A coexistência das terras comunais, alódios, parcelas camponesas com o domínio senhorial era por si constitutiva do modo de produção feudal na Europa Ocidental e teve implicações críticas em seu desenvolvimento. (ANDERSON, 2000, p. 145-146)

É importante notar que, mesmo com o feudalismo consolidado, no final da Alta Idade Média, com o fim da dualidade de estruturas após a segunda onda de invasões bárbaras, resistiu, de certa forma, uma pluralidade de relações, ainda que possamos apontar elementos básicos que caracterizem o modo de produção, ou utilizando os termos do autor citado, o modo de produção feudal como expressão dessas superposições de direitos e poderes.

Figura 2.1 – O modelo de um feudo e o esquema de rotação de culturas



Modelo de um feudo, unidade de produção trípica de Idade Média. Ao lado, esquema de rotação de culturas, em três campos, que propiciava cultivos diferentes e descanso de cada um por dois anos.

Fonte: VICENTINO (1997, p. 108).

Outro elemento da parcelarização feudal de soberanias foi o fenômeno das cidades medievais (ANDERSON, 2000, p. 146), que tinham uma produção autônoma diante da sociedade rural. No Império Romano, as classes dominantes viviam nas sofisticadas cidades e viviam da produção agrícola. No feudalismo, de forma distinta, as classes dominantes viviam no campo, sendo que as cidades estavam subordinadas a elas. Veremos mais adiante como essa autonomia das cidades entrará em choque com a dinâmica rural, produzindo uma crise de grandes dimensões.

Por fim, outro elemento dessa parcelarização de poder apontada por Anderson (2000) é o domínio do monarca, expressão do ápice da hierarquia feudal. Seu poder sobre todo o território e seus súditos era limitado por toda uma cadeia de intermediários que o impediam de exercer diretamente qualquer controle político ou econômico, exceto em seus próprios domínios territoriais, na condição de senhor feudal. Essa estratificação de poder colocava o monarca numa situação instável.

“A *monarquia* feudal, portanto, jamais foi redutível a uma suserania do rei: ela sempre existiu, em um âmbito ideológico e jurídico situado além daquele das relações de vassalagem cujos vértices, aliás, poderiam ser ocupados por potentados, duques e condes, e possuía direitos a que estes últimos não podiam aspirar. Ao mesmo tempo, o verdadeiro poder real sempre tivera de ser definido e estendido contra a unidade espontânea da política feudal como um todo, em luta constante para estabelecer uma autoridade ‘pública’ fora da teia compacta das jurisdições privadas. O modo de produção feudal no Ocidente, portanto, originalmente especificava em sua própria estrutura uma tensão e contradição dinâmicas em relação ao estado centrífugo que organicamente produziu e reproduziu. (ANDERSON, 2000, p. 148, grifo do autor)

Essa tensão e contradição entre o poder central e os poderes locais foi a marca de todo o período feudal. A contradição entre os interesses particulares dos senhores feudais e a necessidade de um poder centralizado pelo monarca produziu uma instabilidade política constante. Essa dinâmica impediu o desenvolvimento de um aparato burocrático de Estado, sendo o poder político essencialmente judicial. Veremos, na terceira seção desta unidade, como o Império Carolíngio buscou superar essa contradição.



## Exemplificando

A divisão histórica do período medieval é marcada por dois momentos com características diferenciadas, conforme a síntese a seguir:

### **Alta Idade Média (do século V ao X):**

- > Formação do feudalismo.
- > Decadência do comércio.
- > Economia rural.
- > Fortalecimento do poder local exercido pelos senhores feudais.
- > Ascensão da Igreja e da cultura teocêntrica.
- > Europa ocupada por povos “bárbaros”; em seguida, por árabes e muçumanos.

### **Baixa Idade Média (do século X ao XV):**

- > Renascimento comercial e urbano.
- > Decadência do feudalismo.
- > Decadência do poder local e fortalecimento do poder nacional, representado pelo rei.
- > Efervescência cultural urbana.
- > Europa invasora, conquistadora, com as Cruzadas e outras investidas.

## **O fortalecimento da Igreja Católica**

Na unidade anterior, apontamos a importância do cristianismo, que sobreviveu à crise do Império Romano, sua difusão entre os povos germânicos e a consolidação da Igreja Católica no século V. Le Goff (2007) atribui ao cristianismo um papel fundamental na consolidação da Europa como uma unidade cultural, destacando dois teóricos cristãos: São Jerônimo (347-420), que traduziu a Bíblia para o latim e foi referência para a Idade Média, e Santo Agostinho (354-430), personagem mais importante, que já tratamos na primeira seção da Unidade 1. Além deles, Le Goff apresenta os fundadores culturais da Idade Média:

- Boécio (484-520), oriundo de família aristocrática romana, serviu o godo Teodorico, sendo o criador do humanismo medieval e divulgador de Aristóteles e da música.
- Cassiodoro (490-580), importante educador, tradutor das obras gregas, defensor do valor santificante do trabalho intelectual, influenciou diversos religiosos com suas enciclopédias de ciências profanas.
- Isidoro de Sevilha (570-636), enciclopedista, converteu os visigodos, tentou reunir em uma só obra (Livro de etimologias) a totalidade do conhecimento humano.

- Beda (637-736), anglo-saxão, enciclopédico, evangelizador da Inglaterra, cientista.
- Gregório Magno (540-604), tornou-se Papa em 590, de família patrícia de Roma. Diante das catástrofes climáticas e de doenças, acreditando no fim do mundo, prepara os cristãos para o juízo final com diversas ações e obras de caridade. Durante o seu papado, momento de domínio lombardo sobre a Península Itálica, com enorme quantidade de refugiados famintos em Roma, o Papa Gregório colocou a estrutura da Igreja para atendê-los. Destacou-se também por suas reformas litúrgicas nas missas, pela fusão de elementos romanos e francos com o surgimento de um novo canto, posteriormente denominado canto gregoriano.

Com as invasões dos povos “bárbaros” e a constituição de diversos reinos nos territórios do antigo Império Romano, houve um refluxo do arianismo e crescimento do catolicismo ortodoxo. As sociedades cristianizadas, pelo menos em sua camada clerical, tinham um sentimento de pertencimento ao mundo designado como Europa. Nesse momento inicial, diante da desagregação da antiga sociedade romana, houve um crescente poder dos bispos na Alta Idade Média, inclusive governando cidades (as dioceses, antiga denominação romana). A vinda dos monges do Oriente, a construção de mosteiros e a cristianização de camponeses, entre os séculos IV e VIII, enraizou o cristianismo nas regiões mais distantes da Europa. Havia também mulheres religiosas, cujas castidade e virgindade, assim como nos monges, eram valorizadas, o que não se exigia, até então, dos bispos e padres.

Nesse momento, o que parecia uma crise para a Igreja Católica se transforma numa oportunidade de ampliação de sua influência. A divisão entre os cristãos romanos e bizantinos, o avanço muçumano sobre o Norte da África e pela Península Ibérica, a partir de 711, fatos que indicavam uma crise para os católicos europeus, provocaram o deslocamento do centro de poder político e religioso para o norte do continente, contribuindo para a ampliação da influência da Igreja Católica sobre outras regiões.

Na última seção desta unidade, trataremos do Império Carolíngio, momento crucial desse processo de unificação cultural e de tentativa de centralização política e territorial.

Le Goff (1997) resgata acontecimentos que surgiram na Idade Média e que se consolidaram como elementos fundamentais da estrutura religiosa católica e cultural de todo o Ocidente. Por exemplo:

“À frente dessas novas situações religiosas se firmaram novos heróis, que substituem os heróis da Antiguidade pagã. São os santos. O heroísmo dos santos, nos primeiros séculos de cristianização, consiste em dar vida para o Deus dos cristãos. São os mártires. Mas com o progresso do reconhecimento do cristianismo, os mártires são cada vez menos numerosos, e os cristãos mais notáveis são confessores que também são chamados, cada vez mais, de santos. Esses santos são garantidos de uma maneira especial pela Igreja. A recompensa do paraíso os espera e, na terra, se tornam objeto de uma veneração a até um culto salvador. (LE GOFF, 1997, p. 41-44)

Até então, para os católicos, só Deus seria responsável pelos milagres, mas a crença popular não respeitava isso e atribuía os milagres aos santos, o que foi incorporado pela Igreja Católica.

Outro exemplo foi a alteração da noção de tempo ou uma nova medida do tempo, marcada pela dinâmica da vida monacal e pelo regramento das orações.

“A marca do monarquismo sobre os costumes europeus é particularmente forte. O monarquismo inicia a sociedade cristã no uso do emprego do tempo. De fato, os monges recitam coletivamente orações regularmente, de dia e de noite, em horas especiais; são as oito horas monásticas ou canônicas. Também se pode atribuir aos monges uma atenção dos cristãos a uma verdadeira dietética. Os jejuns observados pelos monges e por leigos piedosos não são apenas um rito religioso de penitência, mas é também um comportamento de santidade do mesmo modo que a sangria. A luta contra a alimentação luxuriosa, a gula, dá, apesar das epidemias, instrumentos de luta contra os excessos alimentares. Enfim, os monges introduzem, além da sociedade monástica, um novo ritmo de existência: a combinação e a alternância entre o trabalho e o lazer, entre a oração e *otium* [ócio]. (LE GOFF, 1997, p. 42)

A medida do tempo também é alterada pelo cristianismo com a introdução do ritmo semanal, com a manutenção do calendário romano juliano. O resgate do Gênesis da criação divina dos seis dias de trabalho e um de repouso foi instituído pelos cristãos. Em 532, o monge Dionísio fixou a nova origem do nascimento de Cristo, considerando o marco do calendário cristão. Nesse mesmo momento, as datas de nascimento de Cristo (Natal) e

a Páscoa (Ressurreição) tornaram-se os eventos comemorativos mais importantes para os cristãos.

No século VII, surgem outras inovações, os sinos, que badalavam nas horas, ainda que incertas, e os campanários. “[...] a medida e a difusão sonora do tempo eram uma inovação capital” (LE GOFF, 1997, p. 44).

A remodelagem do espaço, principalmente na Europa Ocidental, também se situa como um marco importante nesse período e que teve uma grande influência da cristandade, como as divisões em novas dioceses, cidades sagradas foram constituídas como espaços de veneração e culto de relíquias, o que permitiu as peregrinações.

O autor afirma que “uma identidade religiosa ou nacional se forma também, em todo caso se consolida, no seio de um conflito, de uma oposição. O outro, com razão mais forte ainda o adversário ou o inimigo, cria a identidade” (Idem, p. 45). Os polos opostos dos cristãos foram o Império Bizantino e o islamismo. Os católicos romanos se distanciaram dos bizantinos, entre outros fatores, por inúmeras divergências teológicas. Com relação aos islâmicos, o conflito foi ainda maior. Após a conquista do norte da África, os muçulmanos ocuparam a Península Ibérica na Europa, a partir de 711. Essa oposição permitiu aos católicos e aos reinos constituídos uma unidade de interesses e a defesa do território europeu.

Por fim, não podemos esquecer que a Igreja Católica se transforma numa grande “senhora feudal”, possuindo terras, explorando o trabalho servil, exercendo poder político, econômico e social, fortalecida com o Império Carolíngio, que terá destaque em nossos estudos.



### Assimile

Durante a Alta Idade Média, destacamos duas questões centrais: o feudalismo e a solidificação do poder da Igreja Católica. A consolidação do modo de produção feudal, que, herdando características romanas e germânicas, produziu uma forma diferenciada de produção da riqueza, marcada pelo trabalho servil, pela ruralização econômica, por uma estratificação social marcada pela vassalagem. Esse modo de produção, diferente do escravismo, impulsionava o desenvolvimento das forças produtivas feudais na medida em que o servo tinha total interesse em aumentar sua produtividade do trabalho, permitindo-lhe a apropriação de uma fatia maior da riqueza produzida, ainda que fortemente explorado pelos senhores feudais.

A Igreja Católica, instituição que permaneceu viva e fortalecida após a queda do Império Romano, encontrou nos interesses expansionistas

dos povos “bárbaros” um caminho para a ampliação da cristandade pela Europa, exercendo uma forte influência cultural sobre o Ocidente, com inovações que estão presentes até os dias atuais.



### Pesquise mais

Para uma reflexão teórica sobre o conceito de estamento, muito utilizado para compreender as relações sociais feudais, segue uma indicação de leitura que apresenta duas importantes e distintas abordagens sobre o tema: a weberiana e a marxista.

SILVA, Renato Rodrigues da. Estamentos, classes ou breves notas sobre o que dizer sobre o início da Idade Média. **6º Colóquio Internacional Marx e Engels – CEMARX**. Unicamp, 2009.

## Sem medo de errar

No Diálogo Aberto, indicamos a seguinte situação: o professor de História Medieval sugeriu para a turma um breve exercício para análise: como as diferentes perspectivas historiográficas positivistas, marxistas e da Nova História (*Nouvelle Histoire*) explicariam a formação da sociedade medieval e o papel do cristianismo e da Igreja Católica nesse novo processo histórico? Quais são as suas principais diferenças? Como podemos compreender a Alta Idade Média em cada uma dessas perspectivas?

Para a vertente positivista, a história é construída de uma forma linear, com uma progressão de acontecimentos que permitem um processo histórico evolutivo, caminhando das sociedades mais simples para as mais complexas.

Nesta seção, apresentamos duas perspectivas que representam as tradições marxistas e da História Nova. Para Anderson, historiador marxista inglês, o feudalismo deve ser compreendido, fundamentalmente, pelas contradições históricas produzidas pela humanidade em seu contexto social, em que as antigas formas de produção escravistas e germânicas, entrelaçadas pelos processos de crise do Império Romano e pelas invasões bárbaras, produziram uma síntese, o modo de produção feudal, gestado durante séculos de conflitos e de possibilidades históricas. O desenvolvimento das forças produtivas em choque com as relações sociais de produção produz crises e possibilidades de transformações sociais.

Para Le Goff, historiador francês e especialista em História Medieval, membro da 3ª geração da Escola dos Annales – importante escola historiográfica que passou por várias fases –, iniciou a denominada Nova História. Sem desconsiderar a importância dos fatores econômicos, Le Goff enfatiza os aspectos culturais da História Medieval. A gênese da Europa, para o autor,

está ligada a esses fatores culturais e da formação do imaginário construído na Idade Média. O breve relato que apresentamos aqui sobre a importância da cristandade é um exemplo disso.

## Avançando na prática

# A ideia dos Humanistas acerca da Idade Média

### Descrição da situação-problema

Marcelo, professor da rede municipal de ensino, participando de um programa de formação continuada, reunido com os demais professores de História, foi incumbido de preparar uma exposição sobre a Idade Média, mais especificamente sobre a ideia construída pelos Humanistas de “Idade das Trevas”. Em que medida essa ideia é verdadeira? É possível tratar esse período como uma “noite de mil anos”, em que não houve nenhuma contribuição cultural significativa? Se você estivesse no lugar desse professor, de que forma você construiria os seus argumentos?

### Resolução da situação-problema

Ainda temos um longo percurso pela frente para compreendermos melhor a Idade Média, mas, sem desconsiderar a importância dos Humanistas, que exerceram um importante papel de colocar o homem no centro das explicações da história, buscando romper o dogmatismo teocêntrico medieval, temos elementos suficientes para relativizar as suas críticas.

Nas obras de Le Goff, encontramos um farto material para compreendermos que o período medieval produziu uma riqueza cultural importante, marcada, sobretudo, pela força da Igreja Católica, mas não só, as heranças culturais da Antiguidade, dos povos germânicos e do Oriente foram ressignificadas pela nova sociedade que se gestava, além dos componentes da cultura popular.

Por meio de outras tradições historiográficas, podemos compreender esse período por suas contradições, percebendo que a história não é linear, é feita de avanços e recuos, que o dogmatismo teológico não impediu que as contradições emergissem.

**1.** Fruto de um longo processo histórico, que mesclou elementos do modo de produção escravista e primitivo, as novas relações de produção feudais tinham uma característica diferente das anteriores.

Analise as quatro afirmativas a seguir sobre as distinções entre o modo de produção escravista e o feudal e, em seguida, assinale a alternativa correta.

I – O servo não é uma propriedade do senhor, mas não está livre dos meios de produção, como o trabalhador assalariado.

II – O servo está vinculado à terra, com sua liberdade limitada pela servidão, devendo produzir tanto para o senhor feudal como para o seu próprio sustento.

III – Não há uma separação entre os meios de produção e o trabalho do servo.

IV – O servo é uma propriedade do senhor, é parte dos meios de produção do senhor feudal.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas a alternativa IV está correta.
- d) Apenas as alternativas I e IV estão corretas.
- e) Apenas as alternativas I e II estão corretas.

**2.** Le Goff (2007) atribui ao cristianismo um papel fundamental na consolidação da Europa como uma unidade cultural, destacando dois teóricos cristãos no Início da Idade Média.

Quem são esses teóricos? Assinale a alternativa correta:

- a) São Jerônimo e Santo Agostinho.
- b) São Tomás de Aquino e São Pedro.
- c) São Benedito e São Paulo.
- d) Santo Antônio e São Marcos.
- e) São José e São João.

**3.** Le Goff (1997) resgata acontecimentos que surgiram na Idade Média, os quais se consolidaram como elementos fundamentais da estrutura religiosa católica e cultural de todo o Ocidente, como a alteração da noção de tempo.

Essa alteração foi provocada:

- a) Pela alteração no calendário romano juliano.
- b) Pela descoberta da rotação do planeta Terra.
- c) Pelas novas descobertas astrológicas do período medieval.
- d) Pela dinâmica da vida monacal e pelo regramento das orações.
- e) Pela descoberta do calendário Inca, com a indicação de 365 dias ao ano.

# O surgimento da Europa

## Diálogo aberto

Anteriormente, vimos as principais características do escravismo romano e do modo de produção primitivo e germânico; as invasões “bárbaras”; e a fusão do modo de produção antigo e primitivo, que permitiu o surgimento do modo de produção feudal e das novas configurações históricas produzidas durante o período inicial da Idade Média. Neste momento, buscando compreender as distintas perspectivas historiográficas, assim como na seção anterior, imagine a seguinte situação: o professor de História Medieval, após a aula sobre a consolidação do feudalismo, sugeriu que a turma, dividida em grupos, organizasse uma breve exposição sobre as seguintes questões: como podemos compreender a consolidação do modo de produção feudal e a unidade política e cultural europeia? Se toda transição histórica contém elementos da velha e da nova dinâmica social, quais elementos da Antiguidade podemos encontrar na formação europeia? Como a Europa se consolidou como uma unidade cultural? Quais foram as tentativas de unidade política? Qual é o papel do cristianismo da Igreja Católica nesse processo? Qual é o papel da ocupação árabe nesse processo?

## Não pode faltar

### As heranças Antigas na formação da mentalidade europeia

Na seção anterior, você encontrou, inicialmente, as reflexões de Anderson (2000) sobre o surgimento do feudalismo, modo de produção predominante na Europa medieval. Nesta seção, encontraremos um panorama histórico-cultural sobre a formação da Europa, tendo como referência importante os estudos de Le Goff (2007), cujo título *Raízes medievais da Europa* indica que o continente, em sua constituição política e cultural, foi gestado na Idade Média.

“[...] a Idade Média é a época do aparecimento e da gênese da Europa como realidade e como representação e que constitui o momento decisivo do nascimento, da infância e da juventude da Europa, sem que os homens desses séculos tenham tido a ideia ou a vontade de construir uma Europa unida. (LE GOFF, 2007, p. 11)

O autor, concordando com Lucien Febvre, considera o cristianismo um fator essencial para a unidade europeia:

“Durante toda a Idade Média (uma Idade Média que é preciso prolongar para muito antes dos tempos modernos), a ação poderosa do cristianismo, que fez sem cessar passar por cima das fronteiras mal estabelecidas de reinos caleidoscópicos grandes correntes de civilização cristãs desligadas do solo, contribuiu para dar aos ocidentais uma consciência comum, acima das fronteiras que os separam, uma consciência que, laicizada pouco a pouco, tornou-se a consciência europeia. (FEBVRE apud LE GOFF, 2007, p. 12)

Essas raízes medievais da Europa serão sintetizadas dentro de um quadro em que “a unidade potencial” do continente está imbricada “com uma diversidade fundamental, a mestiçagem das populações, as divisões e oposições Oeste-Leste e Norte-Sul, a indecisão da fronteira oriental, a primazia unificadora da cultura” (LE GOFF, 2007, p. 14). Unidade e diversidade, esse é o caminho metodológico da análise historiográfica do autor.

Nesse sentido, as fronteiras territoriais da Europa, como as conhecemos, só vieram tardiamente com a formação dos Estados Modernos. Antes disso, as fronteiras eram “[...] as zonas de encontro, lugares de enfrentamentos, mas também de trocas e de misturas [...]” (LE GOFF, 2007, p. 14-15). As “marcas”, surgidas durante o Império Carolíngio, foram um esboço de delimitação territorial imprecisa entre os reinos, em que os vassalos prestavam serviços ao senhor feudal. Uma primeira grande divisão encontrada antes mesmo do início da Idade Média foi a divisão entre Ocidente e Oriente, com o surgimento do Império Bizantino (Império Romano do Oriente) e do Império Romano do Ocidente, latinizado. Mais adiante, a expressão “mundo ocidental” foi designada para identificar o futuro território europeu.

Outra característica da historiografia de Le Goff, marca da segunda geração da Escola dos Annales, é compreender a história em sua longa duração. É nesse sentido que o autor busca elementos no passado para compreender as heranças deixadas. Vejamos algumas delas.

Na geografia, primeira herança, a Europa é final do continente euroasiático, com sua diversidade natural e com sua costa marítima, desbravada com suas inovações tecnológicas.

Da Antiguidade, a Europa herdou o nome, mais especificamente da mitologia grega. Europa, citada por Homero, filha de Agenor, rei da Fenícia, foi sequestrada por Zeus, que, apaixonado por ela, se transformou num touro e a levou para a ilha de Creta, onde tiveram um filho chamado Minos. Os gregos passaram a denominar Europa a região da extremidade ocidental da região asiática.

“O contraste entre Oriente e Ocidente (com o qual se confunde a Europa) incarna para os gregos o conflito fundamental das civilizações. O célebre médico grego Hipócrates, que viveu no final do século V e começo do século IV a. C., opõe europeus e asiáticos à luz dos conflitos que levaram as cidades gregas contra o Império Persa e quem sem dúvida foi a primeira manifestação do antagonismo Ocidente-Oriente. (LE GOFF, 2007, p. 21-22)

Nesse relato, Hipócrates aponta as diferenças entre os europeus e os asiáticos, afirmando que, no Ocidente, o regime político preferido é o democrático, enquanto no Oriente prevalecem modelos autoritários. Lembremos que a noção de democracia, naquele momento, deve ser contextualizada, porque não possuía o mesmo sentido que atribuímos hoje. Na Grécia, particularmente em Atenas, a democracia era exercida pelos considerados cidadãos atenienses, cerca de 10% da população, que eram estimulados a participarem da vida pública da cidade-estado. O exercício da política eram um fator de formação do cidadão. A Grécia Antiga deixou a oposição ao Oriente e a democracia como heranças para a Europa, ainda que a Idade Média tenha ignorado o modelo democrático. A oposição ao Oriente foi reforçada durante todo o período medieval, considerando dois orientes: o Oriente próximo (grego-bizantino), que opôs gregos e latinos, e cristãos romanos e cristãos ortodoxos, heranças do Império Romano; e o Oriente mais distante, o qual, de acordo com uma visão socialmente construída, foi visto como local de infelicidades e ameaças, epidemias, heresias e povos hostis, sendo também um local cheio de maravilhas e de manifestações do desconhecido. A indefinição da fronteira ao leste também foi herdada, pois não havia nenhuma fronteira natural como existia ao norte, ao sul ou ao oeste da Europa.

Outras importantes heranças da Antiguidade são apontadas pelo autor, sendo quatro principais:

1. **A herança grega:** o herói, que surgiu da mitologia grega, foi cristianizado e santificado na Idade Média; o humanismo, também cristianizado; o edifício religioso, transformado em templo e em Igreja; o vinho, com seu sentido modificado, transforma-se em bebida sagrada.
2. **A herança romana:** foi a mais rica, sendo a língua, o latim, a herança fundamental, que se desdobrará em variadas línguas latinas pela Europa (português, francês, espanhol, italiano, entre outras); a arte militar; a arquitetura, com maior desenvolvimento a partir do ano 1000; a oposição e a complementariedade entre cidade e o campo; o

direito; o ensino e a prática das artes liberais (os dois ciclos de ensino, o trivium – gramática, retórica e dialética – e o quadrivium – aritmética, geometria, música e astronomia); os termos políticos para o imperador, César, que se transforma em kaiser para os germanos, tsar ou csar entre os eslavos. O termo tirano também se consolidou.

3. **A herança da ideologia trifuncional indo-europeia:** a partir da qual a sociedade se organiza entre os que rezam, os que guerreiam e os que trabalham, ainda que a organização carregue polêmicas sobre o grau de importância de cada uma das funções.
4. **A herança bíblica:** nem tanto pelos judeus, mas pelos primeiros cristãos, o Antigo Testamento ganhou cada vez mais importância na cultura cristã como uma proclamação do monoteísmo.

“Pode-se dizer que por intermédio do cristianismo Deus entra no pensamento e na história da Europa. Na Idade Média, a Bíblia é considerada e utilizada como uma enciclopédia que contém todo o saber que Deus transmitiu ao homem. É também um manual fundamental de história que, depois dos patriarcas e dos profetas, faz desenrolar o sentido da história desde o acontecimento da realeza com Saul e Davi. [...] Não se deve esquecer que a memória histórica que se tornou um elemento essencial da consciência europeia tem uma fonte dupla: o grego Heródoto, pai da história, e também a Bíblia. (LE GOFF, 2007, p. 27-28)

### **Os momentos constitutivos da formação da Europa**

Além dos elementos culturais fundamentais da constituição da mentalidade europeia, a formação da Europa contou com momentos importantes para a sua construção, conforme Le Goff (2007): as invasões bárbaras (do século IV ao VII), momento de concepção da Europa; o Império Carolíngio (do século VIII ao X), período de uma Europa que, embora abortada, deixou uma esperança de sua unidade; por volta do ano 1000, com uma Europa sonhada e potencial; do século XI ao XIII, com a Europa Feudal; o século XII, com uma Europa radiante das cidades, das universidades e da escolástica, das catedrais e do gótico; dos séculos XIV e XV, momento de abalo, sem destruição, das estruturas pré-europeias.

O livro **As raízes medievais da Europa**, de Le Goff, detalha cada uma dessas fases. A primeira fase – A concepção da Europa, séculos IV-VIII – terá destaque nesta seção, enquanto as demais fases serão analisadas nas seções e unidades seguintes. Evidentemente, a síntese que apresentamos aqui não contempla toda a riqueza da obra que indicamos a você para leitura.

Lembrando que o autor é um dos mais prestigiados historiadores do período medieval, produzindo uma vasta literatura sobre o tema.

Você já encontrou, nas seções anteriores, uma reflexão sobre a longa transição entre o período Antigo e a Idade Média, buscando evitar tratar essa passagem tanto como um cataclismo quanto como uma evolução natural. Nesse aspecto, tanto Anderson como Le Goff, historiadores de tradições diferenciadas, concordam. O historiador francês denomina essa fase inicial da Idade Média como uma Antiguidade Tardia, contrária às concepções cataclísmicas:

“O historiador americano Patrick Geary mostrou muito bem que o período merovíngio não é ainda a Idade Média propriamente dita, mais precisamente essa Antiguidade Tardia, que é uma transição de longa duração onde começa a aparecer a Europa. Este aparecimento se faz no meio da cristianização do Império Romano [...]. (LE GOFF, 2007, p. 29-30)

Já abordamos, na seção anterior, que a cristianização cumpriu um importante papel na formação cultural da Europa; também vimos o processo das invasões “bárbaras”. Vejamos outros elementos.

Na esfera econômica, com a ruralização da Europa, em que a *urbs*, o espaço urbano, foi substituída pela *vila*, o espaço rural, permanecendo apenas algumas cidades importantes, Le Goff (2007) afirma que houve, nessa fase inicial, uma regressão técnica da vida produtiva, comparada com o Império Romano, tendo a *mansa* (pequena unidade territorial) como unidade de exploração e povoamento. O comércio de longa distância declina e a troca reaparece, mantendo somente um pequeno comércio local.

Na esfera política e jurídica, é também nessa fase que surgem os reis, que são os chefes de tribos germânicas, anteriormente menosprezados pelos romanos. Essa realeza possuía, até então, poderes limitados, se compararmos com as futuras monarquias europeias. As leis que surgem das invasões germânicas são listas de tarifas, multas, compensações monetárias ou corporais, castigos de crimes e delitos, com diferenciações de aplicações entre as diferentes etnias e classes sociais.



### Exemplificando

“Essas leis não devem causar ilusão, são muito primitivas. É até o caso do edito do ostrogodo Teodorico o Grande, último herdeiro verdadeiro da tradição romana no Ocidente. É sobretudo a lei sálica franca, redigida em latim sob Clóvis. A lei Gombette foi promulgada pelo rei

dos burgúndios, Gondobaldo, no começo do século VI. Os costumes dos visigodos foram codificados primeiro por Eurico (466-485), depois por Leovigildo (568-586), e renovados por Recesvinto (649-672) destinados aos visigodos e romanos, substituindo o Breviário de Alarico (506), que simplificava para os romanos o código teodosiano de 438, assim como a Lex Romana Burgundiorum, entre os burgúndios. O Edito de Rotário para os lombardos (643) foi aumentado por vários de seus sucessores. Os francos inspiraram uma Lex Alamorum no começo do século VIII e uma Lex Baiavariorum em meados do século VIII. O manual de São Martinho, arcebispo de Braga, a partir de 579, fixou, segundo a legislação dos concílios e dos sínodos, um programa de correção dos costumes dos camponeses De correctione rusticorum no norte do atual Portugal. Essa legislação bárbara sobre as ruínas do direito romano prolongou, apesar de tudo, uma Europa do direito na Alta Idade Média. (LE GOFF, 2007, p. 48)

### **Os antecedentes da tentativa de unificação territorial da Europa**

O momento mais importante na tentativa de construção da Europa foi, sem dúvida, a constituição do Império Carolíngio, que durou entre 800 e 924, o qual Le Goff denomina como “uma Europa abortada”. Trataremos dele com mais detalhes na próxima seção, pois o que nos interessa aqui são os seus antecedentes, a formação do reino franco e suas dinastias. A origem do nome dos francos vem de “livre”, oposto ao servo, ao escravo ou ao liberto, tratando-se de uma pessoa livre desde seu nascimento. Os francos, provavelmente, vieram da região do Reno inferior, sendo citados pelos romanos, pela primeira vez, a partir do ano de 241 (GIODARNI, 1970, p. 84-85).

“Dentre todos os povos germânicos que invadiram a Gália, foram os francos os que mais profunda influência exerceram no desenrolar dos acontecimentos subsequentes às invasões. Como observa Musset, com justeza, os francos foram os ‘principais beneficiários das migrações, os únicos cuja obra, prosseguida através de toda a Idade Média, devia exercer uma influência profunda e durável sobre a História do Ocidente’. (GIORDANI, 1970, p. 85)

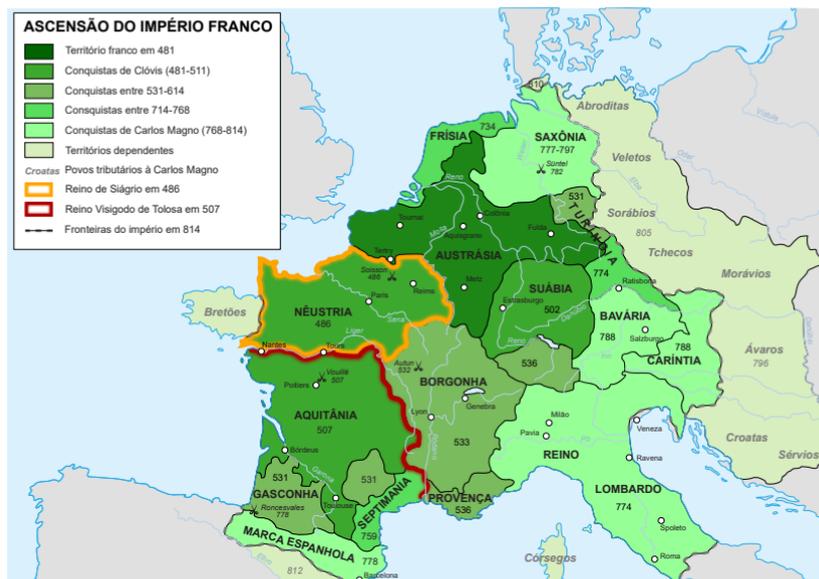
Os francos adentraram a Europa por meio de várias frentes: a incorporação pelos romanos em seu exército, inclusive assumindo postos importantes de comando; a ocupação de regiões fronteiriças abandonadas pelo Império Romano; o repovoamento de regiões rurais; e pelas invasões germânicas. Estas foram marcadas pelas ocupações de Taxândria, atual região holandesa, em 358; pela travessia do Rio Reno, na Colônia, em 388; pela

tomada de Treves, em 411; da Renânia, em 428; e, em seguida, pela ocupação da Gália, tomada dos visigodos. Neste momento, no século V, os francos ocuparam e unificaram, sob reinado de Clóvis, a região da Gália, que inclui o atual território francês, originando a dinastia merovíngia, primeiro Estado bárbaro cristianizado.

“ A subida dos francos deu-se em dois tempos. Por um lado, no final do século V e no século VI com Clóvis e seus filhos, que tinham repartido o seu reino novamente reunificado durante breves períodos e, de outro lado, no século VIII. O poder dos merovíngios enfraqueceu-se pouco a pouco durante o século VII. Os reis, despossuídos de poder, que eram chamados de ‘reis inúteis’ e, na época moderna, de ‘reis preguiçosos’, abandonam o poder ao chefe da administração, o prefeito do palácio. [...] No século VIII, os prefeitos do palácio eram escolhidos na família dos Pippinides, originários da região de Liege, e sua função torna-se hereditária. (LE GOFF, 2007, p. 50)

Os merovíngios dominaram o reino franco do século V ao VII, quando, em 751, Pepino, o Breve, tomou o poder e inaugurou a dinastia carolíngia. Clóvis, inaugurando a dinastia merovíngia, é batizado em 498 ou 499, fato de extrema importância para a ampliação da influência católica sobre os povos “bárbaros” e sobre a Europa. Consolidado seu poder na Gália, Clóvis avançou sobre outras regiões, conforme o mapa a seguir:

Figura 2.2 | Mapa da ascensão dos francos merovíngios e carolíngios



Fonte: <https://goo.gl/Y2jmMM>. Acesso em: 21 mar. 2017.

Após 509, a região da Gália ficou sob controle franco, tendo Paris como sede do reinado de Clóvis. Em 511, após a morte de Clóvis, seus filhos assumem e inauguram o que Le Goff citou como “reinos inúteis”, em função da inaptidão de seus reinados, conservando apenas funções simbólicas, e do crescente poder dos *major domus*, os prefeitos do palácio, que assumiram a condução de fato dos reinos francos. O território conquistado por Clóvis foi repartido entre os filhos. Clotário, último filho de Clóvis, restaurou a unidade territorial, novamente fragmentada após sua morte. Durante esse período de fragmentação, aumentou o poder dos detentores de terras, que asseguravam proteção local aos seus habitantes, enquanto que as novas gerações dos merovíngios disputavam suas heranças territoriais, permitindo o surgimento de uma nova dinastia: a dos Carolíngios, no século VIII, com o governo de Pepino, o Breve. Destacamos aqui esse processo contraditório, em que os reinos francos buscavam a centralização política por meio de seus domínios territoriais, enquanto que o poder sobre a terra, sobre a exploração do trabalho servil que se consolidava, estava a cargo dos senhores de terras, que consolidavam seu poder sobre as estruturas produtivas reais.

Na seção seguinte, você encontrará o ápice desse processo de unidade cultural e territorial da Europa com o período carolíngio, momento de transição da Alta Idade Média para a Baixa Idade Média, momento de consolidação do modo de produção feudal e de consolidação da cristandade europeia.



### Assimile

Esta seção foi dedicada à compreensão dos fatores de unificação cultural, religiosa e de tentativa de unidade territorial da Europa, que será finalizada na próxima seção. Nosso destaque aqui é que a unidade cultural europeia foi constituída na diversidade, ou seja, como síntese das heranças culturais da Antiguidade, em sua oposição Ocidente X Oriente, dos gregos, romanos, indo-europeus, de toda cristandade surgida desde o Império Romano. Foi na Idade Média que a Europa se constituiu, territorialmente e culturalmente. Se a unidade cultural era “costurada” por essas heranças, principalmente pela cristandade, a busca da unidade territorial foi marcada pela oposição à fragmentação e centralização dos reinos “bárbaros”, em que as experiências dos reinos francos merovíngios e carolíngios atestaram.



### Refleta

Descrevemos aqui a origem da oposição entre Ocidente e Oriente, em que os povos ocidentais construíram uma imagem de superioridade sobre os povos orientais. Ainda hoje essa visão é mantida por meio de variados preconceitos. Você consegue identificá-los?

## Sem medo de errar

A consolidação do modo de produção feudal e a unidade política e cultural europeia devem ser compreendidas, segundo Le Goff (2007), não de forma cataclísmica, como resultado imediato da queda do Império Romano. Levando em consideração que toda transição histórica contém elementos da velha e da nova dinâmica social, a Antiguidade deixou um importante legado cultural para a Idade Média. A Grécia deixou a mitologia de seus heróis, transformados em santos pelos cristãos; e suas simbologias, que também foram cristianizadas, como os templos e o vinho. Os romanos deixaram características mais profundas em variadas áreas da cultura, da educação, da arte militar e da arquitetura. Os povos indo-europeus forneceram uma concepção trifuncional da sociedade. Os cristãos, com a Bíblia, forneceram uma fonte histórica e de defesa do monoteísmo.

Somadas a esses elementos da Antiguidade, as culturas dos povos germânicos constituíram-se em outra fonte fundamental para a consolidação de uma unidade cultural europeia. Portanto, a fusão dos elementos culturais da Antiguidade e dos povos germânicos produziu uma síntese que permitiu a constituição de elementos comuns da futura Europa.

Evidentemente, essas heranças variaram muito em cada uma das regiões. Por exemplo, na Inglaterra, onde o Império Romano não exerceu seu domínio,

não podemos falar em heranças da Antiguidade romana sobre esse povo, que sofreu muito mais influência dos povos germânicos e, em seguida, dos povos nórdicos. Da mesma forma, o feudalismo, que em sua forma clássica existiu somente na região da Gália, foi influenciado por outras formas de produção existentes em outras regiões. O Império Carolíngio, à medida que se expandia, também colaborava para impor as novas formas de produção da riqueza, encontrando maiores ou menores resistências em função das formas de produção existentes.

Com o fortalecimento do cristianismo e da Igreja Católica, houve um fator religioso que permitiu uma unidade cultural maior a partir dos valores difundidos. A cristandade foi esse elemento de unidade. Com o avanço do Império Carolíngio, a Igreja também ampliou sua influência por regiões remotas da Europa, ampliando o cristianismo. Nesse aspecto, as resistências também existiram. Por exemplo, na Península Ibérica, antes mesmo da difusão do Feudalismo e de uma maior penetração do cristianismo, os muçumanos ocuparam a região a partir de 711.

A constituição da Europa como a conhecemos ainda seria formada por um longo processo histórico, o qual veremos nas próximas unidades, e é dentro dessa diversidade que ela foi culturalmente forjada.

## Avançando na prática

---

# A oposição entre Ocidente e Oriente: desfazendo mitos

## Descrição da situação-problema

Dividindo a turma em grupos, o professor de História sugeriu o debate sobre a visão que os(as) alunos(as) têm sobre o Oriente. Nesse sentido, o professor levantou as seguintes considerações: vivemos em um mundo no qual as informações circulam numa velocidade inimaginável para gerações passadas, o que não nos garante uma formação adequada sobre os acontecimentos históricos. Uma das marcas culturais de nosso tempo é o etnocentrismo, ou seja, a compreensão do mundo a partir de nossa própria cultura, balizadora para o julgamento das demais. A oposição entre Ocidente e Oriente, construída na Antiguidade, herdada pela Idade Média, permanece ainda hoje como uma barreira importante para uma compreensão mais abrangente da diversidade cultural entre os povos. Levando isso em consideração, resgate os elementos trabalhados nesta seção sobre a origem dessa oposição e levante quais são as suas principais características atuais. Como vemos o Oriente nos

dias atuais? É possível encontrar elementos de unidade cultural dos mundos ocidental e oriental?

Se você estivesse no lugar do professor, como conduziria esse debate?

### Resolução da situação-problema

No resgate deste tema, nesta seção, encontraremos, originalmente, o território como um prolongamento do território asiático, com suas fronteiras indefinidas, com a posterior consolidação das civilizações grega e romana, que deixarão uma marca importante na formação cultural ocidental. Em relação ao Oriente, vimos no texto a existência de, pelo menos, três Orientes: os persas, os bizantinos e os muçumanos. As caracterizações dos ocidentais sobre os orientais estavam marcadas pelo desconhecimento e, a partir disso, pela construção de um imaginário depreciativo sobre esses povos. Nos dias atuais, em função de uma longa herança cultural, do etnocentrismo, do desconhecimento, ainda julgamos de forma preconceituosa o mundo oriental. Por isso, precisamos transformar informações em processos formativos que possibilitem aos nossos alunos uma compreensão cultural mais abrangente, e que se esforcem para compreender uma cultura diversificada dentro de seu próprio contexto histórico.

### Faça valer a pena

---

**1.** A Antiguidade deixou um importante legado cultural para a Idade Média e para o mundo ocidental.

Assinale a alternativa que indica corretamente esse legado:

- a) As heranças dos povos egípcios, maias e astecas.
- b) As heranças muçumanas, judaicas e ateístas.
- c) As heranças gregas, romanas, indo-europeias e cristãs.
- d) As heranças da tradição judaica e monoteísta.
- e) O paganismo romano, o politeísmo e a veneração dos Imperadores.

**2.** Além dos elementos culturais fundamentais da constituição da mentalidade europeia, a formação da Europa conta com momentos importantes de sua construção.

Considerando os momentos indicados a seguir, assinale a alternativa correta:

- I. As invasões bárbaras (do século IV ao VII), momento de concepção da Europa.
- II. Império Carolíngio (do século VIII ao X), período de uma Europa abortada, mas deixando uma esperança de sua unidade.

- III. Por volta do ano 1000, com uma Europa sonhada e potencial.
- IV. Do século XI ao XIII, com a Europa Feudal.
- V. O século XII, com uma Europa radiante das cidades, das universidades e da escolástica, das catedrais e do gótico.
- VI. Dos séculos XIV e XV, momento de abalo, sem destruição, das estruturas pré-europeias.

- a) Apenas as alternativas I, II, III e VI estão corretas.
- b) Todas as alternativas estão corretas.
- c) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas as alternativas I, IV, V e VI estão corretas.
- e) Apenas as alternativas I e VI estão corretas.

**3.** Os francos formaram um dos principais reinos da Idade Média, adentrando a Europa por meio de várias frentes.

Considerando os enunciados a seguir, indique V para verdadeiro e F para falso para as formas que os francos encontraram para a inserção no território romano.

- ( ) Os francos eram povos originários do norte da África, local de partida para as invasões sobre o território europeu.
- ( ) A incorporação pelos romanos em seu exército, inclusive assumindo postos importantes de comando.
- ( ) A ocupação de regiões fronteiriças abandonadas pelo Império Romano.
- ( ) O repovoamento de regiões rurais.
- ( ) Pelas invasões germânicas.

- a) F – V – V – V – V.
- b) F – F – F – V – V.
- c) V – V – V – V – F.
- d) F – F – V – V – V.
- e) F – F – F – F – V.

## Os povos árabes e o islamismo

### Diálogo aberto

Nesta seção, abordaremos o surgimento do islamismo e os impactos dele derivados para as sociedades ocidentais e orientais. Como se configurava a Península Arábica anterior a Maomé? De que maneira a própria ação profética de Maomé a transformou? Como o islã, num intervalo de menos de dois séculos, ocupou uma região que ia da Península Ibérica ao interior da Ásia Menor, passando por territórios que hoje chamamos de Irã e Iraque? Houve consequências dessa rápida expansão para os reinos ocidentais surgidos no período posterior ao fim do Império Romano do Ocidente, em 476 E.C.? Estas são as perguntas norteadoras para o estudo aqui proposto.

Resgatando o contexto de aprendizagem proposto para esta unidade de estudos, daremos continuidade ao cenário que reflete sobre as continuidades e rupturas na história. Imagine-se como um professor que percebe que seus alunos, nenhum deles muçulmano, têm a ideia de que, nos dias atuais, o Islã permanece o mesmo desde o seu surgimento nas comunidades árabes do século VII. Considerando que o programa de curso demanda uma introdução histórica ao Islã, de que maneira você proporia uma discussão que lhes permitisse ampliar seus horizontes?

### Não pode faltar

#### Os povos árabes e o surgimento do Islã no século VI

No momento do nascimento de **Maomé**, em torno de 570 E.C., a Península Arábica possuía uma organização tribal. Este período é chamado de *Jahiliyya*, termo que significa literalmente “selvageria”, pois os próprios muçulmanos consideravam-no como um período de ignorância, justamente por preceder o tempo do Islã, que surgiria oficialmente em 622 (o ano 1 da **Hégira**, o calendário muçulmano).



#### Assimile

**Hégira:** termo que significa, de maneira geral, “imigração”. Em 622, Maomé, após ter negociado com os habitantes de Yathrib, saiu de Meca para o oásis que viria a ter seu nome (Madinat al-Nabi, a cidade do Profeta, ou Medina) com seus companheiros. Este foi um fato fundamental para o Islã, uma vez que a hégira marcou o nascimento da primeira comunidade de crentes (*Umma Islamiyya*) que Maomé formou em Medina. Foi

por este motivo que o califa Omar (586-644) escolheu esta data como início do calendário muçulmano. Devido à contagem feita em função do mês lunar, é difícil calcular manualmente uma correspondência direta com o calendário gregoriano utilizado pela Igreja cristã no Ocidente.

Sobre a Arábia pré-islâmica, convém apresentar alguns traços, uma vez que tiveram grande importância na vida da sociedade muçulmana posterior. O primeiro ponto a se chamar a atenção é que, embora o Golfo Pérsico se trate de um espaço de mais de 2 milhões de quilômetros quadrados, apenas quatro regiões eram efetivamente habitadas naquele período. Isto em razão das enormes áreas áridas que caracterizam o clima desértico da localidade. Entre as regiões habitadas encontrava-se o oásis de Meca, localizado próximo ao Mar Vermelho. Uma vez que a rota comercial entre Mesopotâmia e Síria encontrava-se bloqueada pelas guerras entre o Império Bizantino e a Pérsia, a região de Meca foi usada como alternativa. Isto favoreceu os Coraixitas, tribo que dominava Meca, o grande santuário da região.

Figura 2.3 | Península Arábica no período pré-islâmico (século VI)



Fonte: <https://goo.gl/fLV8YF>. Acesso em: 12 set. 2018.

As tribos eram formadas de clãs, os quais eram compostos de famílias (num sentido amplo) e dirigidos por um patriarca ou xeique. No que se refere à tribo dos **Coraixitas**, dois clãs se destacavam: os **Haxemitas**, ao qual pertencia Maomé, e aqueles dos **Omiádas**, que ao fim do século VI, viriam a dominar Meca, beneficiando-se do comércio, principalmente das taxas recebidas daqueles que ali passavam ou peregrinavam. Maomé nasceria no seio do clã haxemita, na tribo dos coraixitas, em torno do ano 570. Foi a partir da sua atividade profética nos anos 610 em Meca, e, principalmente, após sua instalação em Medina no ano 622 (ano 1 da Hégira), que pôde ser vista a criação e elaboração de uma comunidade de crentes, a *Umma Islamiyya*. Maomé, visando aumentar a comunidade, priorizou um discurso favorecendo o igualitarismo entre os homens convertidos ao Islã, sem distinção tribal ou racial.

A estrutura social da Arábia do século VI, na ausência de um poder político centralizador, possibilitou que Maomé se responsabilizasse pelos quadros da vida da comunidade formada em Medina: com base nas recomendações do **Alcorão**, Maomé estabeleceu um modelo social que cobria aspectos da vida dos muçulmanos, indo da moralidade à justiça, e passando até pela higiene.



### Assimile

A vida de Maomé é conhecida pelos capítulos (*suras*, em número de 114) do Alcorão, cujos comentários com conteúdo religioso se apoiam parcialmente sobre os atos que marcaram o nascimento da primeira comunidade muçulmana em Medina. No Alcorão, Maomé é apresentado como o paradigma de todos os profetas, aqueles que faziam previsões por inspiração divina, de Adão a Jesus Cristo, os quais o Alcorão reconhecia valor. Assim o Islã, colocando-se na continuidade das “religiões do Livro”, fez do Alcorão, na ordem hierárquica, o último destas mensagens. Maomé, mortal como os outros profetas, recebeu num sonho, as palavras de Alá. Ele deveria recitar (*qaraa*, daí Alcorão) as palavras recebidas de Deus, fazendo do Alcorão o único objeto divino sobre a Terra.



### Exemplificando

Os cinco pilares do Islã, ou as cinco obrigações que todo muçulmano deve seguir para permanecer no Islã:

- A *Chahada* ou profissão de fé, denotando a conversão.
- As cinco orações diárias, *Salá*, denotam o reconhecimento e a submissão a Alá, inclusa a oração comunitária que ocorre na mesquita.

- O *Ramadã*, com duração de um mês lunar, marca o período de jejum que compreende a interdição de qualquer ingestão alimentar do raiar ou pôr do Sol.
- A peregrinação à Meca, a ser realizada ao menos uma vez na vida, salvo em caso de impossibilidade física ou pecuniária.
- A *Zakat*, ou esmola legal, consistindo em cada ano, para se purificar, doar uma parte de seus bens ao chefe da comunidade.

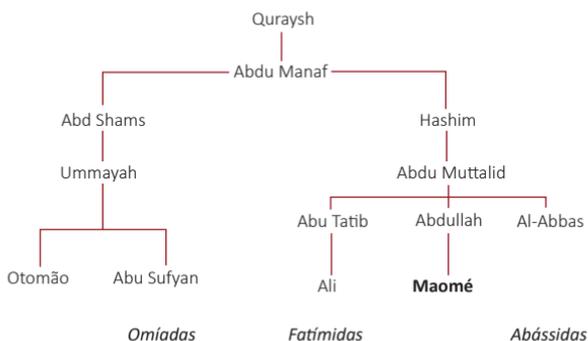
Assim, desde o início, o guia (*Imã*) da comunidade muçulmana apresentava-se como chefe religioso e político. Ainda assim, mesmo com esta centralização de poder e com o cuidado pela vida dos muçulmanos, Maomé não designou um sucessor ou meios de nomeá-los quando da sua morte em 632. Este foi o principal motivo dos vários conflitos que acometeriam o Islã no futuro.

## A expansão do Islamismo I

Após o período profético, teve início, em 632, o tempo dos califas sucessores de Maomé. Encarregados de guiar a comunidade muçulmana, eles se esforçaram por conservar o mais fielmente possível o modelo legado pelo profeta. Este período, que se estende, grosso modo, de 632 a 1050, foi marcado por diversas transformações na sociedade e cultura muçulmana, inclusive na visão do próprio Islã. Veremos neste primeiro momento, os acontecimentos que vão de 632, a morte de Maomé, a 750, o fim da dinastia dos Omíadas.

Os quatro primeiros sucessores de Maomé, conhecidos como os califas *Rashidun* (os “bem guiados”, ou Califado Ortodoxo) governaram entre 632 e 661. Este foi um período complexo, marcado por eventos fundamentais para o Islã, como a discussão da sucessão do profeta, o governo da comunidade e as primeiras divisões religiosas internas do Islã.

Figura 2.4 | Genealogia simplificada dos coraixitas



Fonte: adaptado de Yusuf (2017, p. 26).

Dois clãs se formaram entre os companheiros de Maomé: um ligado à Medina, sob o interesse de Ali, primo e general de Maomé, e outro ligado a Meca, sob liderança de Omar, da família das omíadas (ver Figura 2.4). A ausência de um sucessor designado pelo profeta provocou uma verdadeira luta entre os clãs. A questão foi resolvida a partir de discussões a respeito das doutrinas religiosas e da concepção de poder. Como irrompeu uma diferença entre os princípios religiosos, o Islã dividiu-se em três vertentes principais:

- Os **carajitas**, que consideravam apenas as qualidades morais dos candidatos a sucessor, devendo este ser designado tal qual era costume nas tribos, isto é, sem distinção de origem, nem de obrigação de ascendência coraixita.
- Os **xiitas**, que acreditavam que a designação de Ali era divina, pois emanava do Alcorão, dotava-o (e seus descendentes) de capacidades particulares, conferindo-lhes o direito de se tornarem imãs. Foi sob esta concepção que se desenvolveu a teologia xiita original.
- E os **sunitas** que não estabeleceram regras, pois acreditavam que sua ascendência coraixita já os legitimava por si só. Esta interpretação era adotada pelos omíadas e, posteriormente, pelos abássidas.

Uma vez que as teorias se contradiziam umas às outras, não é difícil imaginar que não houve consenso na sua aplicação prática. Este fato deixou abertura para contestações e usurpações, já testemunhadas em 656, quando Otomão (r. 644-656), califa ligado aos omíadas, foi assassinado por um apoiador de Ali, que viria a se tornar o califa entre 656 e 661. O próprio Ali seria assassinado, desta vez por um carajita. Estes eventos ficaram conhecidos na história do Islã como “Primeira *Fitna*”, termo que literalmente significa “divisão”, usado para designar a primeira guerra civil dentro do Islã.



### Reflita

Pensando sobre as conquistas árabes, além das disputas internas pelo califado islâmico, o período entre 632 e 751 também foi marcado pelas conquistas árabes: num movimento contínuo e rápido, o Islã expandiu-se dos Pirineus, na atual Espanha, até o rio Indo, a divisa atual entre o Paquistão e a Índia. Sendo assim, é interessante que você reflita sobre dois problemas gerais acerca deste assunto:

- Que meios permitiram que os árabes confrontassem os dois governos mais poderosos naquele momento, a saber, o Império Bizantino e a Pérsia sassânida?
- Como os muçulmanos conseguiram, num espaço de sociedades tão diversas, impor sua presença largamente minoritária em

números, de maneira que os próprios autóctones adotaram o modelo proposto?

Desta primeira guerra civil, emergiu um grupo que viria a governar os muçulmanos por quase um século (entre 661 e 750): os omíadas.

Desde sua conversão, os omíadas foram integrados aos centros de poder do Islã. Maomé utilizou-os em seus dois domínios de competência: a guerra e a administração. Principais atores das conquistas, eles ocuparam posições-chave nas regiões submetidas ao Islã, aproveitando-se do enfraquecimento de seus rivais muçulmanos. Mas quais as razões deste sucesso?

Sobre isto, podemos elencar três motivos: o primeiro foi a clara superioridade militar, mesmo diante de exércitos bem ordenados, como os bizantinos, os persas ou os chineses. A rápida mobilidade das forças árabes dava-lhes vantagem sobre estes contingentes de soldados. A própria fraqueza dos adversários deve ser levada também em consideração ao se julgar a efetividade das conquistas muçulmanas, sendo este o segundo motivo. Bizantinos e sassânidas, por exemplo, estavam desgastados pelos conflitos que travavam entre si desde o século V. Por fim, convém ressaltar, como terceiro motivo, a estreita ligação entre a fé islâmica e a guerra. Em diversas passagens, o Alcorão ressalta como o combate contra os incrédulos e os inimigos da fé seria um dever do bom muçulmano.



### Exemplificando

Trechos do Alcorão sobre a luta dos muçulmanos:

“ 38 Ó fiéis, que sucedeu quando vos foi dito para partirdes para o combate pela causa de Deus, e vós ficastes apegados à terra? Acaso, preferíeis a vida terrena à outra? Que ínfimos são os gozos deste mundo, comparados com os do outro!

39 Se não marchardes (para o combate), Ele vos castigará dolorosamente, suplantará-vos-á por outro povo, e em nada podereis prejudicá-Lo, porque Deus é Onipotente.

[...]

41 Quer estejais leve ou fortemente (armados), marchai (para o combate) e sacrificai vossos bens e pessoas pela causa de Deus! Isso será preferível para vós, se quereis saber.

[...]

43 Deus te indultou! Por que os dispensaste da luta, antes que se pudesse distinguir entre os sinceros e os mentirosos? (ALCORÃO, 2007, 9ª Surata, versos 38,39, 41 e 43)

95 Os fiéis, que, sem razão fundada, permanecem em suas casas, jamais se equiparam àqueles que sacrificam os seus bens e suas vidas pela causa de Deus; Ele concede maior dignidade àqueles que sacrificam os seus bens e suas vidas do que aos que permanecem (em suas casas). Embora Deus prometa a todos (os fiéis) o bem, sempre confere aos combatentes uma recompensa superior à dos que permanecem (em suas casas). (ALCORÃO, 2007, 4ª Surata, verso 95)

Esta ligação fica bem explícita no uso do termo *jihad*, que literalmente significa “esforço por um fim determinado”, em dois sentidos: um, chamado de “grande *jihad*”, constitui um combate pessoal contra si mesmo com vistas ao aperfeiçoamento do indivíduo; outro, o “pequeno *jihad*”, designa o combate que a comunidade deve levar a cabo contra os infiéis. Esta união entre fé e guerra legou um incontestável senso moral aos conquistadores árabes.



### Refleta

#### A conquista da Espanha e os tratados de capitulação

“Em nome de Deus, clemente e misericordioso! Estabelecido por Abd-al-Aziz Ibn Musa endereçado a Teodomiro Ibn Gabdu. É esperado que este se aceite a capitulação e se resigne, aceite a clientela e patronagem de Alá, bem como a clientela de seu Profeta [...] na condição que não lhe imporemos nenhuma dominação sobre si ou sobre os seus; que ele não seja despojado de sua senhoria, que os seus não sejam mortos, feitos prisioneiros, nem separados um dos outros mais do que o filho de sua mãe; nem violentados na sua fé, e que suas igrejas não sejam queimadas [...]

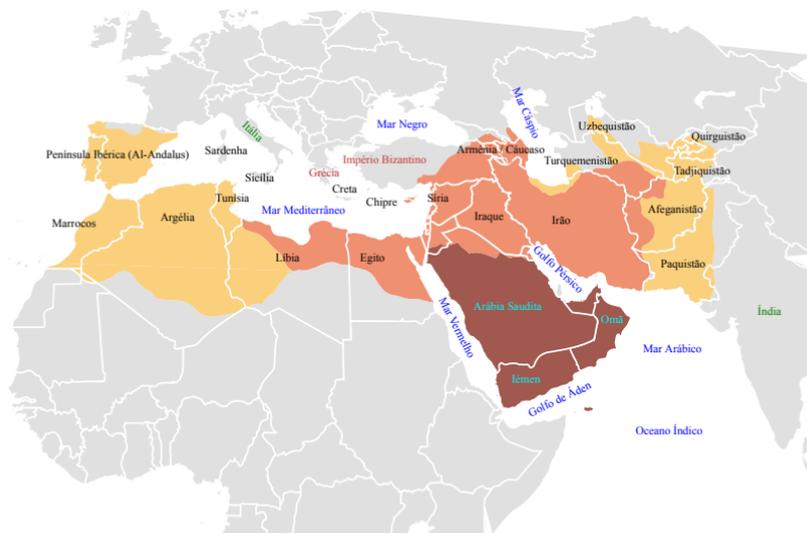
Redigido no quarto ano de Radjab do ano 94 da hégira [5 de abril de 713]. (AL-DABBI, 713 apud SANCHEZ-ALBORNOZ, 1973, p. 19)

Acima, vemos um excerto do documento que registra a rendição de Teodomiro, rei visigodo, a Musa Ibn Nusayr, general muçulmano. Qual a ideia de conquista expressa no texto? Como ela se impõe? Ela é diferente das visões comumente atribuídas aos muçulmanos?

A estabilidade dos omíadas, no entanto, não perdurou. Instalados em Damasc, na Síria, local teoricamente mais adequado para governar este imenso território conquistado, os omíadas tiveram que fazer uso de uma

administração capaz de gerir problemas totalmente desconhecidos do mundo árabe. Uma de suas medidas foi tornar o árabe a língua administrativa oficial. Outra, foi apoiar-se nos poderes locais, como as famílias bizantinas, ou mesmo deixando regiões como o Irã e a Espanha com ampla autonomia. Apesar disso, dificuldades crescentes fragilizaram rapidamente a dinastia.

Figura 2.5 | A expansão dos califados, 600-750



Fonte: adaptada de <https://goo.gl/9MLEPk>. Acesso em: 28 ago. 2018.

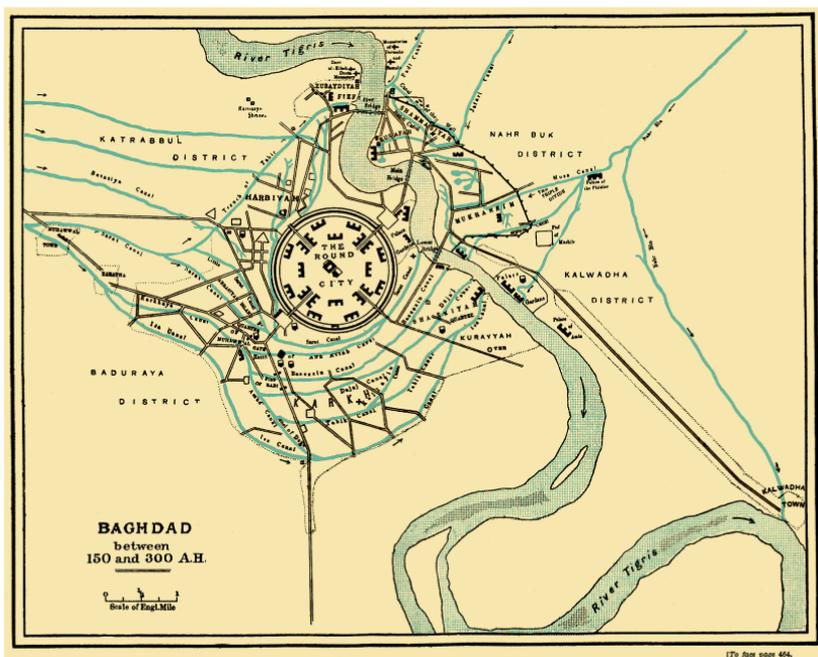
De um lado, a própria consolidação dos omíadas estava à prova: a complexa rede familiar estabelecida ao longo do tempo colocava obstáculos ao estabelecimento sólido de uma sucessão no interior do clã, explicando as numerosas lutas entre familiares omíadas pelo poder. Por outro, a luta contra os clãs rivais não havia cessado, como pode ser visto nos conflitos ocorridos na Síria, Irã, Iraque e no Magrebe, a região noroeste da África. Estas oposições resultaram, por exemplo, no massacre de Karbala em 680, no qual al-Hussain, filho de Ali, foi assassinado por soldados omíadas, marco da ruptura definitiva entre os partidários de Ali e o clã omíada.

Mas é provável que o que mais tenha enfraquecido os omíadas tenha sido o descontentamento dos *mawali*, isto é, daqueles governantes locais que, não convertidos ao Islã, estavam sob seu domínio. O fracasso do sistema fiscal, que repousava quase que exclusivamente nos *dhimmi*, os súditos não muçulmanos, provou-se fatal para os omíadas, uma vez que isto lhes provinha rendimentos inconstantes. Aproveitando-se destas dificuldades, o grupo haxemita dos abássidas soube se organizar e reunir os descontentes a seu redor, eliminando os omíadas em 749, mas não o sistema de califado.

## A expansão do Islamismo II

A ascensão dos abássidas ao califado em 750, em detrimento dos omíadas, foi simbolizada pela fundação de Bagdá, em 762, que marcou o desejo de estabilidade da nova dinastia. Por pertencerem ao clã haxemita, os abássidas fizeram valer sua proximidade familiar com Maomé – eles se intitulavam “tios do Profeta” –, para arregimentar apoiadores. Assim, a força dos novos califas repousava justamente na sua capacidade de ampliar suas bases de aliança com os numerosos *mawali* que desejavam participar dos negócios do império. Por isso Bagdá, a “cidade da Paz”, representou o esforço do novo califado: desenhada de forma circular com portas direcionadas às quatro regiões vizinhas principais, a cidade sugeria a amplitude do poder do Califa.

Figura 2.6 | Bagdá, a cidade redonda, entre os anos 150 e 300 da Hégira (aproximadamente, entre 768 e 913 E.C.)



Fonte: <https://goo.gl/hnKjit>. Acesso em: 12 set. 2018.

Resultante deste esforço foi a recentralização do mundo muçulmano no Oriente (majoritariamente a região em que hoje se encontram Irã e Iraque), centro da dinâmica de relações do império, e que permitiu aos abássidas, em um primeiro momento, estabelecer bem a administração dos territórios muçulmanos.

No entanto, as contradições internas do califado não cessaram e, desde o final do século IX, começaram a enfraquecer a posição do soberano: o aumento de tropas mercenárias turcas e a escalada de poder das famílias iranianas na administração foram minando, pouco a pouco, o poder dos abássidas. Revoltas regionais, como a Rebelião Zanje (869-883) e a ação dos carmatas (na Síria e Iraque entre 903 e 906, na tomada de Bagdá nos anos 920, e no saque de Meca em 930), reduziram não só os rendimentos fiscais, precipitando crises econômicas do califado, mas também suscitaram ideologias religiosas conflitantes àquelas representadas pelos Abássidas, o que resultou num clima de confronto social.

Este enfraquecimento interno foi acompanhado da crescente impossibilidade de controlar o império em sua totalidade: mesmo antes do século X, os representantes enviados pelo califado para governar as províncias distantes favoreciam a implementação de administrações autônomas.

No século X, a perda de poder dos abássidas em Bagdá favoreceu a emergência de califados concorrentes: os fatímidas xiitas, descendentes de Ali, instalados no Cairo em 969, que dominaram a região do Magrebe africano; e os omíadas, que se instalaram em Córdova (atual Espanha), no ano 929, retomando seu título de “califa”. Assim, ao mesmo tempo que desaparecia a unidade do poder dos abássidas, os poderes locais se afirmavam, marcando o rompimento político do mundo muçulmano até então.

## **O fim da Antiguidade? Política, economia e sociedade nos séculos VI, VII e VIII**

Vimos como a rápida expansão do Islã impactou profundamente a região da Arábia e Oriente Médio nos séculos de VI a X. Nas sociedades europeias ocidentais o resultado não foi diferente. Em que pese a retenção do avanço islâmico na Europa, simbolizada pela batalha de Poitiers (França) ocorrida em 732, Carlos Martel (688-741), que daria origem à dinastia carolíngia dos francos, liderou tropas contra o exército do califado, e a influência dos muçulmanos foi sentida pelas sociedades ocidentais de tal forma que alguns historiadores, cujo maior nome é o belga Henri Pirenne, afirmaram que a expansão do Islã foi o evento que pôs fim à Antiguidade.

Para estes especialistas, existiria uma continuidade comercial em torno do mar Mediterrâneo mesmo após o fim do Império Romano do Ocidente em 476 E.C. As incursões de **Justiniano** (482-565), imperador Bizantino, no Ocidente seriam prova desse interesse e prolongamento da “Antiguidade”. A expansão islâmica em direção ao Oriente, norte da África e mesmo na Península Ibérica em 711 afetaria de modo decisivo este “mundo antigo” uma vez que seu principal elemento de ligação estaria isolado: justamente o

Mediterrâneo. O fechamento das rotas comerciais mediterrânicas, agora sob domínio muçulmano, teria causado, segundo estes especialistas, uma rápida contração urbana, uma vez que as cidades, polos da troca e venda de mercadorias e herança romana por excelência, teriam perdido sua razão de existir.

Resultante desta contração das redes urbanas, o Ocidente tornar-se-ia essencialmente agrícola, num comércio de subsistência baseado na posse e exploração de grandes porções de terra, centralizadas nos poderes capazes de garantir o domínio sobre estas terras (tal qual viriam a ser Carlos Magno e seus descendentes em conjunto com a Igreja cristã), um verdadeiro prenúncio daquilo que os estudiosos viriam a chamar posteriormente de feudalismo no século X.

A despeito das críticas a tais interpretações, muitas delas ligadas aos elementos locais, é inegável como a expansão muçulmana reverberou para muito além da Península Arábica. Seja no Oriente, seja no Ocidente, a última das “religiões do Livro” (sendo as outras duas, o judaísmo e o cristianismo) trouxe inegáveis transformações para a história.

### Sem medo de errar

---

E então, já consegui pensar em uma forma de demonstrar aos seus alunos da disciplina *Religião e Ética* como o Islã não é o mesmo desde seu surgimento, mas que passou por transformações no seu próprio interior?

Para responder a esta questão nem precisamos ir longe, ou comparar períodos muito distantes entre si na história do Islã. Isto porque os anos seguintes à morte de Maomé em Medina, no ano de 632, suscitaram debates e divisões profundas no islamismo. A começar pela ideia do sucessor do profeta. Uma vez que Maomé não escolheu um sucessor e tampouco deixou meios de nomeá-lo, os conflitos em torno de quem lideraria a comunidade muçulmana eclodiram, confrontando as diferentes famílias e clãs que o apoiavam. Dentre as diferenças, duas vertentes se sobressaíram.

De um lado, os xiitas, que partidários do genro de Maomé, Ali (601-661), acreditavam que sua natureza divina lhe tornava capaz de governar a comunidade muçulmana. De outro, os sunitas, dos quais se originariam os omíadas, que governaram os muçulmanos entre 661 e 750 e que acreditavam na legitimação do califado por si mesmo, sendo seu líder eleito pelos muçulmanos.

A princípio, esta divisão foi claramente política, já que ambos os grupos compartilhavam os mesmos dogmas religiosos. No entanto, a diferença de conduta política levou a divergências também no aspecto da fé, uma vez que xiitas tomam exclusivamente o Alcorão como guia de vida (daí resultando a ideia de *Sharia*, “legislação” em tradução livre, uma vez que o livro

sagrado dos muçulmanos seria fonte de jurisprudência por excelência); e que os sunitas, além do Alcorão, tomam também como guia de vida a *Suna* (“tradição”), isto é, os relatos (*Hadith*) da vida Maomé transmitidos, em princípio, oralmente e após o século IX por escrito, e sobre o qual se apoia o direito muçulmano (*Fiqh*).

## Faça valer a pena

---

### 1.

“Ao contrário de outras importantes religiões, o surgimento do islã tem data e local demarcados: começo do século VII, na península Árabe [...] Contudo, é impossível compreender a fantástica expansão do islã sem estudar as condições históricas concretas em que Maomé e seus seguidores atuaram. (DEMANT, 2013, [s.p.]

Sobre as condições históricas do surgimento do islã mencionadas pelo texto é correto afirmar que:

- a) O islã surgiu de um esforço conjunto da sociedade árabe, que no século VI encontrava-se unida num só reino.
- b) Maomé não encontrou resistência em suas pregações, uma vez que o islã se caracteriza pela defesa da liberdade para todos os povos e não criticava a sociedade árabe do século VI.
- c) Uma explicação para a rápida expansão do islã ao longo dos séculos VI e VII é sua natureza sincrética entre monoteísmo e cultura helênica, influenciada pelo fato de Península Arábica fazer fronteira com o Império Bizantino.
- d) Foi durante o período dos primeiros quatro califados, conhecido como *Rashidùn*, que foram elaborados os fundamentos do governo e a organização religiosa e social do islamismo, sendo um dos exemplos dessa organização justamente a primeira redação do Alcorão.
- e) O islã, de início, caracterizava-se por apresentar concepções elitistas, desconsiderando o período de conflito entre as diferentes tribos que habitavam a Península Arábica.

## 2.

“Eles esconderam seus verdadeiros sentimentos sobre o assunto [...], já que não tinham nenhuma prova documental para sustentar suas reivindicações; as pessoas estavam contra eles. Então, se algum recém-chegado, jovem, beduíno ou liberto, se juntasse a esses descontentes, ele aprovaria seu discurso. Assim, os descontentes estavam aumentando e as pessoas estavam diminuindo em proporção. Como resultado, o mal prevaleceu. (THE HISTORY OF AL-TABARI, v. 15 apud CASTRO, 2018, p. 91)

O texto citado acima recupera a memória do assassinato de Otomão em 656 E.C. Sobre este califa e a liderança dos omíadas no mundo muçulmano dos séculos VII e VIII é correto afirmar que:

- a) Com exceção do evento que levou Otomão à morte, os muçulmanos viveram em relativa harmonia, não havendo disputas pela sucessão dinástica do califado.
- b) Os omíadas ficaram caracterizados na história do islamismo por seu atraso em relação aos impérios Bizantino e Sassânida no que tange à cunhagem de moedas.
- c) No século VIII, o islamismo estava confinado ao norte da África e à Península Arábica exclusivamente.
- d) O período não viu uma organização social rígida, uma vez que muçulmanos (árabes ou não), não muçulmanos (livres ou escravos) compartilhavam os mesmos direitos e deveres.
- e) O árabe se tornou a língua administrativa oficial durante o califado dos omíadas.

**3.** “O Oeste foi bloqueado e forçado a viver de seus próprios recursos. Pela primeira vez na história, o eixo da vida passou do Mediterrâneo em direção ao Norte” (PIRENNE, 1959, p. 284, tradução nossa).

Sobre as teses de Henri Pirenne acerca das transformações pelo qual passou o mundo ocidental nos séculos VII, VIII e IX, é correto afirmar que:

- a) As conquistas muçulmanas no Ocidente, entre elas a de boa parte da Península Ibérica nos séculos VII e VIII, tiveram pouco impacto nas relações de poder da Europa ocidental naquele período.
- b) O “bloqueio” do oeste se deu em razão da invasão dos hunos liderados por Átila em meados do século V.
- c) Carlos Magno, governante carolíngio entre os séculos VIII e IX, seria a referência de uma civilização calcada na fé islâmica.
- d) A passagem do “eixo da vida” do Mediterrâneo para o norte seria, segundo Henri Pirenne, o marco decisivo do fim do período antigo e sua unidade mediterrânea.
- e) A regressão comercial causada pelo esgotamento das transações marítimas no Mediterrâneo não influenciou o desenvolvimento econômico do Ocidente no século IX.

- ALCORÃO Sagrado. Tradução de Samir El Hayek. 2007. Disponível em: [http://www.islambrasil.com/kuran\\_txt/index.htm](http://www.islambrasil.com/kuran_txt/index.htm). Acesso em: 12 set. 2018.
- ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BARROS, José A. Revisitando uma polêmica: as teses de Henri Pirenne sobre a Economia Medieval, **Revista Economia e Desenvolvimento**, vol. 26, n. 2, 2014, p. 43-55.
- BARROS, José Costa D'Assunção. **Jacques Le Goff** – considerações sobre contribuição para a teoria da história. Disponível em: [periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/download/5074/5637](http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/download/5074/5637). Acesso em: 8 dez. 2016.
- BARROS, José Costa D'Assunção. **Cristianismo e política na Idade Média**: as relações entre o papado e o império. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2009v7n15p53/2477>. Acesso em: 19 dez. 2016.
- CASTRO, Michele R. de L. **O discurso histórico como local de ideias políticas**: narrativa sobre o assassinato de 'Uthman na História de Al-Tabari (sec. IX). 2018. Dissertação (Mestrado em História na Área de História Cultural). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. São Paulo: Contexto, 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=DshnAwAAQBAJ&lpg=PA1&dq=peter%20demant%20o%20mundo%20mu%C3%A7ulmano&hl=pt-BR&pg=PT25#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 26 out. 2018.
- GIORDANI, Mário Curtis. **História dos reinos bárbaros**. Petrópolis: Vozes, 1970.
- HOURLANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MANTRAN, Robert. **A expansão muçulmana**: séculos VII-XI. São Paulo: Pioneira, 1977.
- MENDONÇA, Sônia Regina. **O mundo carolíngio**. Coleção Tudo é história. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PIRENNE, Henri. **Mohammed and Charlemagne**. New York: Meridian Books, 1959.
- SANCHEZ-ALBORNOZ, C. **L'Espagne musulmane**. Paris: Publisud, 1973.
- SILVA, Renato Rodrigues. **Estamentos, classes ou breves notas sobre o que dizer sobre o início da Idade Média**. Disponível em: [http://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2009/trabalhos/estamentos-classes-ou-breves-notas-sobre-o-que-dizer.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/estamentos-classes-ou-breves-notas-sobre-o-que-dizer.pdf). Acesso em: 2 dez. 2012.
- VICENTINO, CLAUDIO. **História Geral**. São Paulo: Scipione, 1997.
- YUSUF, Jibril Bin. From Hebrew 'Slave' to Arabian 'Sage': Linking the Jewish and Muslim Narratives in the Story of Hagar, the African in Pre-Islamic Arab History. **Claremont Journal of Religion**, v. 4, n. 2, p. 1-33, 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/312895686\\_From\\_Hebrew\\_'Slave'\\_to\\_Arabian\\_'Sage'\\_Linking\\_the\\_Jewish\\_and\\_Muslim\\_Narratives\\_in\\_the\\_Story\\_of\\_Hagar\\_the\\_African\\_in\\_Pre-Islamic\\_Arab\\_History](https://www.researchgate.net/publication/312895686_From_Hebrew_'Slave'_to_Arabian_'Sage'_Linking_the_Jewish_and_Muslim_Narratives_in_the_Story_of_Hagar_the_African_in_Pre-Islamic_Arab_History). Acesso em: 12 set. 2018.

# Unidade 3

---

## A Consolidação Feudal

### Convite ao estudo

Nesta terceira unidade, você encontrará o processo histórico marcado pela consolidação do Império Carolíngio e pela consolidação daquilo que, na tradição marxista, ficou conhecido como o “modo de produção feudal”, ou seja, o período de constituição de uma sociedade como resultado de uma síntese histórica entre dois modos distintos de produção: o escravismo e o germânico e/ou primitivo. A herança deixada pelos romanos e as novas formas de produção germânica configuraram uma nova sociedade que perdeu durante o período compreendido entre os séculos V e X: a sociedade feudal.

Nosso percurso até aqui procurou apresentar os elementos desse processo de consolidação, que se efetivou entre os séculos IX e XI, fundamentalmente, a partir do Império Carolíngio. Ainda que nesse período histórico o feudalismo tenha se fixado, é possível dizer que havia uma homogeneização feudal por toda a Europa? As diferenças existiam. Quais eram? O que determinou essas diferenciações? Como a população, que estava subordinada às relações de vassalagem e de servidão, reagiu a esse processo?

A primeira seção – O Império Carolíngio – tratará sobre um momento fundamental de consolidação feudal e analisará a ascensão carolíngia; Carlos Magno e o Império Carolíngio; a Igreja Católica e o Império Carolíngio e a consolidação da servidão.

Para buscar essas respostas, abordaremos, na segunda seção desta unidade, o estabelecimento do modo de produção feudal e as características particulares e gerais do feudalismo ocidental por meio das experiências concretas em algumas regiões da Europa Ocidental. Na terceira seção, para finalizar esse período de consolidação feudal, estudaremos as manifestações populares culturais e religiosas por meio das variadas formas de resistência, luta e festejo e das expressões de mundo daqueles que eram subjugados pela estrutura política, econômica e social do modo de produção feudal.

## O Império Carolíngio

### Diálogo aberto

O Império Carolíngio foi a experiência mais avançada de tentativa de unidade política europeia no período feudal. A Igreja Católica representou um papel importante nesse processo. Para compreendê-lo melhor, retomaremos a situação imaginada da aula de História Medieval, em que o professor apresentou e discutiu as principais características do Império Carolíngio, solicitando que os alunos produzissem um trabalho ao final da disciplina, considerando as seguintes questões: como podemos avaliar, por meio das distintas perspectivas historiográficas, o papel político e religioso dessa experiência histórica? O que explica a importância e a força do Império Carolíngio naquele contexto? Qual é o papel do Império Carolíngio na consolidação feudal? Quais são as motivações das relações entre o Império Carolíngio e a Igreja Católica?

---

### Não pode faltar

#### A ascensão carolíngia e a consolidação do feudalismo

O Império Carolíngio, entre os anos de 800 a 924, foi a experiência mais avançada de tentativa de unidade política, territorial e cultural da Europa Medieval. Nesta seção, você encontrará suas principais características, suas potencialidades e suas contradições.

Já vimos nas seções anteriores que, na crise do Império Romano e do escravismo, a militarização drenou os camponeses para um setor não produtivo, diminuindo a produção e deteriorando as condições de vida no campo. Além disso, houve um estrangulamento do grande comércio, produzindo uma regionalização e ruralização da economia. Com as invasões bárbaras, o mosaico de reinos romano-germânicos aprofundou essa dinâmica de fragmentação e regionalização, criando as condições para a superação do escravismo e a construção de relações sociais de produção de novo tipo. Vimos também, no final da seção anterior, que os francos deram origem ao reino carolíngio. Se tudo colaborava para a diversificação, como foi possível, depois de três séculos, o surgimento de um império unificado? Vejamos como isso se deu.

O feudalismo foi resultado da fusão entre as heranças romanas, germânicas e cristãs, cujas formas de produção foram reunidas sob uma nova

dinâmica produtiva, com um regime dominial sob o trabalho servil, que o Império Carolíngio difundiu para toda a Europa.

Diante da necessidade de unificação política e territorial, o uso da escrita na administração foi reestabelecido pelo Império Carolíngio. Mendonça, em sua obra *O Mundo Carolíngio* (1985), faz as seguintes observações sobre os registros históricos desse período:

“ Para o historiador, o esforço de reconstrução política dos carolíngios teve, como uma de suas consequências mais positivas, o restabelecimento do uso da escrita na administração. Preocupados com a afirmação de seu próprio poder e sua capacidade de centralização, os soberanos deixaram por escrito suas ordens e decisões, assim como fizeram descrever, detalhadamente, os bens contidos em seus domínios e nos das igrejas, pelas quais julgavam-se responsáveis. Por isso, o período foi o primeiro a proporcionar maior conhecimento sobre a vida econômica da Alta Idade Média e seus pontos obscuros. (MENDONÇA, 1985, p. 14)

Mas havia também uma limitação nesses registros históricos:

“ No entanto, as fontes produzidas nessa época padecem de alguns limites que dificultam o trabalho dos medievalistas. Por um lado, porque elas só contêm a descrição de domínios ‘padrão’ (do rei ou das abadias) que eram usados como modelo para todos os demais proprietários. Por outro lado, porque as propriedades se situavam, quase todas, numa mesma área, o coração do império, próximas aos centros administrativos. E os demais domínios das outras regiões geográficas? E a propriedade alodial? E o mundo do camponês? Sobre tais pontos a documentação é praticamente nula. Logo, as fontes carolíngias deram margem a que se cristalizasse um modelo da exploração rural na Alta Idade Média, que se convencionou chamar de domínio clássico. Mas, pelas razões expostas, devemos ter em mente que o domínio clássico pode não ter sido tão típico assim, isto é, pode não ter sido – e de fato não o foi – [...] uma realidade geral na economia agrária europeia do período. (Idem, p. 14-15)

Com essas ressalvas, podemos compreender o que eram os domínios clássicos, que variavam de tamanho, possuíam uma divisão entre as reservas

senhoriais e as tenências camponesas (mansos). Nas terras do senhor, havia três espaços: as terras cultiváveis, a corte e a terra inculca. As terras de exploração camponesa, de atribuição hereditária, concentravam um contingente populacional de força de trabalho disponível para os senhores, sendo que a tenência, um pequeno espaço de terra, dividia-se entre o manso servil (cada vez menor, com uma carga de exigências maiores, inclusive com o trabalho escravo) e o manso livre (cada vez maior, com exigências menores), tendo essas duas formas obrigações junto aos senhores. Com o aumento das exigências senhoriais semelhantes a todas as tenências, essas duas formas ficaram indefinidas, homogeneizando-se em alguns locais do Império Carolíngio. Mas essa forma clássica não cobriu todo o continente, houve variações nas formas de domínio, “[...] o que leva os medievalistas a questionar se o domínio clássico, ao invés de regra, não foi, de fato, a exceção” (Idem, p. 23).

Em relação às cidades e ao comércio, a rígida “moral econômica” imposta pela Igreja, que condenava variados aspectos do comércio, como a usura, não impediu o comércio nem houve um isolamento completo. Havia um comércio local para abastecimento (dinar como nova moeda) e um comércio de longas distâncias para produtos de luxo. Também, surgiram novas cidades portuárias e comerciais, sendo que os mercadores estavam a serviço da nobreza, não eram elementos externos.

Você viu que os povos germânicos constituíram inúmeros reinos pelo antigo Império Romano e preservaram relações de fidelidade pessoal e espontânea entre o chefe (o rei) do bando armado e seus guerreiros. Não havia noção de Estado ou de bem público. Os vínculos sociais entre eles eram marcados pela prestação de serviço militar e de proteção e garantia de subsistência (a terra). O reino franco foi o exemplo típico dessas relações. Quanto maiores as relações de vassalagem, maior o patrimônio; novas conquistas, maior vassalagem. Isso produziu uma necessidade cada vez maior de conquista da terra, de novos vassalos na estrutura social hierárquica, a fragmentação do poder.

Foram essas condições encontradas pelo Império Carolíngio, em fins do século VIII, que consolidarão a ordem feudal. O período carolíngio acelerou a hierarquização da sociedade ocidental em todos os seus níveis, generalizando as relações sociais de produção feudal em seus domínios, ainda que por formas diversificadas. A hierarquização social se deu por meio dos grandes proprietários de terras, que reproduziam as relações de vassalagem em todos os níveis sociais. Se antes, com os germânicos, havia uma relação de dependência e fidelidade pessoal com o chefe do bando, a terra passou a ditar as novas relações, ou seja, por meio dela estabeleciam-se os fundamentos das relações de obediência ou de vassalagem.

Essa nova configuração social produziu contradições entre a centralização política e as relações de vassalagem. À medida que o poder dos intermediários aumentava, transformados em proprietários e com isenções de impostos por serem nobres, diminuía também o poder real. Carlos Magno buscou alterar essas relações conferindo aos religiosos os novos privilégios, o que permitiu à Igreja Católica uma concentração de atribuições jurídicas, fiscais e espirituais. Os proprietários leigos reagiram, aumentando os abusos contra os camponeses, reforçando suas relações senhoriais e permitindo a consolidação do trabalho servil, entre os séculos VIII e IX, sobre os antigos camponeses livres, os quais, endividados, se transformavam em escravos (em menor escala) ou servos. Além disso, como afirma Le Goff (2007), o Império Carolíngio viveu, também, da conquista e do butim.



### Refleta

Anderson, em *Passagens da Antiguidade para o Feudalismo* (1979), afirma que o Feudalismo, em estado puro, nunca existiu. Qual é o sentido dessa afirmação?

## A Igreja Católica e o Império Carolíngio

“A construção do Império Carolíngio é indissociável da ação da Igreja” (MENDONÇA, 1985, p. 46). Ao contrário dos demais setores sociais, a Igreja tendia para a centralização/reunificação do Ocidente, sendo a única instituição sobrevivente à crise do Império Romano. Diante das perseguições, a Igreja organizou-se de forma semelhante ao Império Romano, sendo um Estado dentro do Estado romano. A cidade era o espaço privilegiado de organização da Igreja, sendo a diocese o espaço territorial da Igreja, sob liderança do bispo. As dioceses agrupavam-se em províncias, sob liderança do metropolitano. No topo da hierarquia, estavam os patriarcas (5 no século IV), que disputavam a supremacia da Igreja sobre os fiéis. Essa organização eclesiástica é que limitou a destruição das cidades pelas invasões “bárbaras”. Outro fator importante para compreender a força e a sobrevivência da Igreja Católica durante a crise do Império Romano, na medida em que o Estado se desmanchava (século V), é que ela foi assumindo suas funções assistenciais, possuindo um ordenamento jurídico próprio, que lhe permitiu administrar seu próprio patrimônio e manter suas propriedades.

No campo espiritual, a Igreja apresentava uma nova visão de mundo (juízo final, dicotomia da vida terrena e celestial) diante de sua iminente ruína, o que lhe conferiu legitimidade para conduzir espiritualmente um mundo desagregado. A conversão de Clóvis, rei dos francos, no século V, garantiu o fortalecimento da Igreja Romana. A conversão dos francos provocou uma

“cruzada” contra o paganismo e a heresia, permitiu a unificação religiosa entre vários reinos, a irradiação de uma cultura cristã e romana pelo Ocidente e o reforço do papel do clero.

Entre os séculos VI e VIII, não houve uma difusão do cristianismo entre a massa da população rural na sociedade do Ocidente. A conversão dos francos facilitou essa tarefa, tendo a Gália como base estratégica. Nesse momento, as paróquias rurais, os mosteiros e uma aristocracia eclesiástica foram multiplicados. Os novos reinos doavam terras para a Igreja com a expectativa de salvação divina, que gozavam de isenções. A Igreja exercia o monopólio da cultura escrita e da interpretação das Escrituras, o que lhe permitia também exercer funções importantes nas cortes reais após o século V; assumiu diversas funções do Estado, necessitando, cada vez mais, de novos funcionários, formados pelas novas escolas episcopais que surgiram. Cada vez mais, o Estado e a Igreja se fundiam pela união do poder sacerdotal e do poder real, tendo o Império Carolíngio como resultado desse processo. O clero regular era formado, fundamentalmente, nos mosteiros, os quais também se multiplicavam pelo território europeu. Inspirados pelo oriente, esses novos espaços religiosos caracterizavam-se pela vida ascética e regrada num isolamento da vida social. Da Itália, com os beneditinos, surgiram mosteiros mais “abertos”, que buscavam vínculos com os camponeses.

“Nessa nova concepção, a vida monástica não mais se destinava aos ascetas e sim para os que viviam no mosteiro uma escola para o serviço de Deus, próxima dos camponeses pobres da redondeza. O rigor da disciplina dos primeiros mosteiros foi substituído pelas regras de uma convivência comunitária, onde não havia lugar para a privacidade e tudo era partilhado: a oração, as refeições e o trabalho. As casas beneditinas se inspiravam numa visão de mundo dinâmica, participante, adequada à sua vida no campo e cuja máxima – *laborare est orare* (trabalhar é orar) – evidencia como estava adaptada às estruturas sociais da época. (MENDONÇA, 1985, p. 55)

No século VIII, em meio às disputas pelo reino franco, foram estabelecidos novos termos do acordo entre o Estado e a Igreja. Pepino, o Breve, pai de Carlos Magno, quem inaugurou a dinastia carolíngia e obteve apoio da Igreja para derrotar seus concorrentes, inicia seu reinado sob a legitimidade da Igreja e permite e concede a criação de um Estado pontifical autônomo. É nesse momento que a questão espiritual se sobrepõe à tradição hereditária, constituindo uma nova concepção de soberano: “[...] um só poder real que,

por ser divino, era quase um sacerdócio, governando os homens em nome da justiça de Deus e junto com o episcopado. Eis a Ideia de império que o papado emprestou aos carolíngios” (MENDONÇA, 1985, p. 58). A hereditariedade e a eleição deixaram de ser as fontes tradicionais de poder na Europa bárbara, o rei passa a ser tratado como legítimo representante divino. O Império Carolíngio sob Carlos Magno não buscou apenas ampliar seu poder político e territorial mas também construir um só Estado, uma só Igreja, dando origem à cristandade europeia.



### **Exemplificando**

Essa fusão de interesses fortaleceu ainda mais a Igreja, a qual criou a obrigatoriedade do dízimo, acabou com a usurpação das suas terras, sendo que cada uma seria responsável por seu próprio patrimônio. A Igreja transformou-se no centro medieval da cultura, a religião adquiria cada vez mais importância. Com o fim do Império Carolíngio, no século IX, ela se fortalece ainda mais, tornando-se a liderança plena da cristandade ocidental.

### **As estruturas políticas dos francos: merovíngios e o Império Carolíngio**

Após a unificação da Gália, sob reinado de Clóvis, no século V, surgiu a dinastia merovíngia, primeiro Estado bárbaro cristianizado, permanecendo até o século VIII, quando os carolíngios assumem o poder. As heranças institucionais dos reinos francos foram a estrutura administrativa romana (Estado e bem público) e as novas formas germânicas (lealdade pessoal e visão patrimonial do poder). As cidades foram preservadas, tendo o conde como agente pessoal do soberano. Esses religiosos possuíam poderes fiscais, judiciais e militares, e recebiam suas remunerações pela doação de benefícios de seu cargo. O Estado Merovíngio não possuía uma fonte regular de receitas, as quais provinham de seus próprios domínios públicos e privados, que se misturavam. Nesse momento inicial, os impostos indiretos arrecadados ficavam com a estrutura de vassalagem intermediária. Isso fortaleceu o poder de uma aristocracia agrária que entraria em choque com a própria monarquia merovíngia. Essa estrutura social hierarquizada permitiu que uma escala intermediária de vassalos constituísse o poder real sobre a terra e sobre os produtores de riquezas, os servos, distanciando o rei ainda mais de seus súditos. Após a morte de Clóvis, houve uma fragmentação do reino com as partilhas sucessórias, enfraquecendo ainda mais o poder real, promovendo a decadência merovíngia.

Com a ascensão de Pepino, o Breve, com apoio da Igreja, inicia-se uma nova dinastia, a carolíngia, exercendo o reinado entre 751 e 768. Com a morte de Pepino,

o reino é dividido pelos seus dois filhos, sendo que Carlomano I assume a parte oriental, e Carlos Magno assume a parte ocidental. Com a morte do irmão, em 771, Carlos Magno reunifica os dois territórios sob seu reinado.

Segundo Mendonça (1985), a historiografia tradicional aponta a centralização monárquica do Império Carolíngio como obra do mérito ou da genialidade pessoal de Carlos Magno, o que é questionável, já que essa centralização conviveu o tempo todo com a fragmentação política e social da sociedade medieval.

O que existia de centralização ou uma administração central confundia-se com a existência do palácio, com seus funcionários privados e públicos, eclesiásticos e leigos. O Estado não possuía finanças estáveis, nem exército permanente. As fontes de receitas eram as mesmas do período anterior. Esses funcionários do estado eram remunerados com a doação de terras, o que aumentava a necessidade de expansão territorial (dependente dos proprietários), da servidão e da extração de excedente de trabalho. Para preservar a unidade do Império e evitar a regionalização do poder, três mecanismos foram desenvolvidos: o juramento universal (juramento vassálico), carregado de força moral e religiosa; o uso sistemático do *missi dominici*, que era o aumento da fiscalização e da supervisão das obrigações vassálicas nas regiões; e uma reforma judiciária, com a restrição dos poderes judiciais dos condes, instituindo um Tribunal do Palácio, com novos juizes, principalmente para casos mais graves e que rendiam as maiores multas. Todas essas medidas não foram suficientes para minar o poder dos proprietários.

Para que você tenha uma dimensão do poder desses proprietários, vejamos como funcionavam as administrações regionais no Império Carolíngio. Existiam cerca de 250 condados e circunscrições administrativas, frutos de conquistas, de reinos autônomos (Frísia, Saxe e Baviera), reinos satélites ou ducados: Lombardia, Bretanha e Gasconha. Estes últimos promoveram inúmeras insubordinações, que obrigaram o Império Carolíngio a estabelecer uma relação mais autônoma. Por outro lado, nas regiões de controle maior, o condado era a forma típica de poder local: “Seu titular, o conde, pertencente ao escalão de vassallos diretos do rei, representava-o localmente na plenitude de seus poderes” (MENDONÇA, 1985, p. 76). Sua remuneração era obtida pela dotação do benefício da honra do exercício do cargo e de 1/3 das multas e taxas arrecadadas em seu condado. Além disso, existiam as marcas, que eram as regiões limítrofes, com autonomia civil e militar. Em função de sua vulnerabilidade diante das pressões dos inimigos externos e das ameaças de insubordinações.

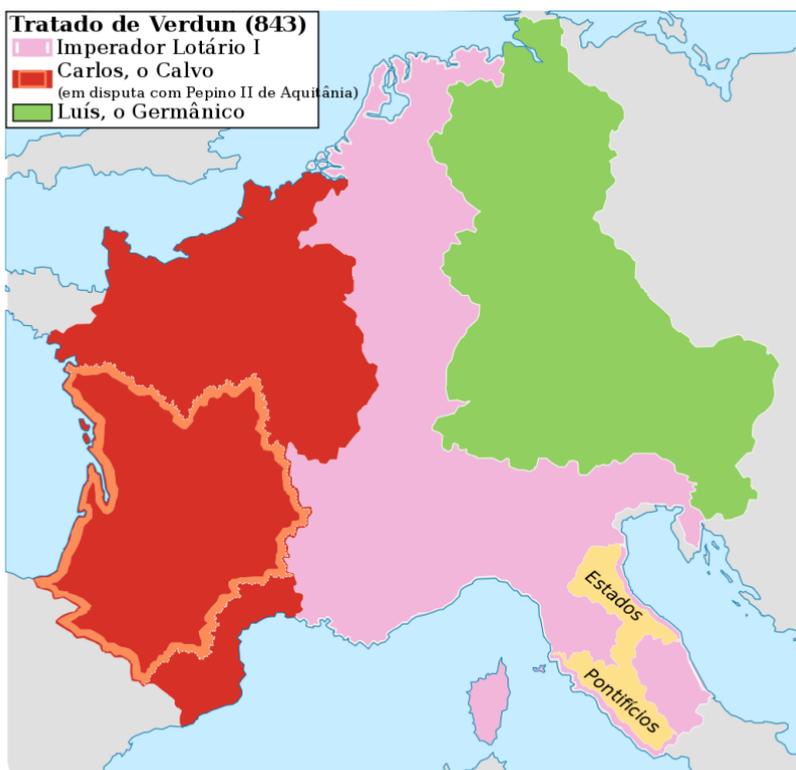
Nesse sentido, para manter a estrutura política centralizada, o Império Carolíngio necessitava aumentar seu território e seu corpo de vassallos,

provocando, contraditoriamente, o aumento do poder desse setor intermediário. A centralização política entrava em choque com uma estrutura econômico-social regionalizada.

Com a morte de Carlos Magno e, em seguida, de seu filho, Luís, o Piedoso, houve a fragmentação do Império em três regiões governadas pelos novos herdeiros, os netos de Carlos Magno, após a batalha de Fontenoy-en-Puisaye, em 841. Em 843, o acordo foi assinado com o Tratado de Verdun, que estabeleceu que a França Ocidental (Aquitânia) ficaria sob domínio de Carlos, o Calvo; a França Oriental (Baviera) sob controle de Luís, o Germânico; e a Lotaríngia (região central e Itália) com Lotário. Essa divisão territorial seria o rascunho da futura divisão entre as nações europeias.

Essa fragmentação regional não impediu a continuidade do domínio dos proprietários, que se fortaleceram ainda mais para enfrentar as adversidades. É desse período também as novas invasões dos vikings, húngaros e saracenos. O século X assistiu o desmoronamento da construção carolíngia.

Figura 3.1 | Mapa do Tratado de Verdun (843)

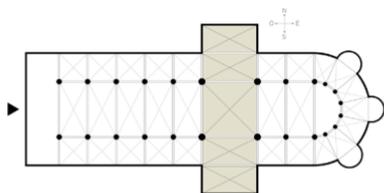


Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado\\_de\\_Verdun](https://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Verdun). Acesso em: 10 jan. 2017.

## O “renascimento” carolíngio

Conforme você viu, não é possível separar o poder político do poder religioso no Império Carolíngio. Portanto, a difusão cultural nesse período foi obra, fundamentalmente, da Igreja Católica. A imposição do ideal romano da disciplina e da organização sobre o individualismo germânico teve como resultado uma severa hierarquia religiosa, a padronização de todas as igrejas privadas e a difusão de escolas religiosas, culminando no denominado Renascimento carolíngio, entre os séculos VIII e IX, marcado pela renovação da cultura escrita, pela consagração do latim como língua oficial, pela uniformização da caligrafia, pelo surgimento da escrita carolíngia (minúscula redonda), pela difusão literária, pelas cópias de textos antigos e pelo desenvolvimento da arquitetura com o surgimento do transepto, das torres e dos portais das Igrejas.

Figura 3.2 | Representação esquemática da planta de uma catedral (o transepto é a área colorida)



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Transepto>. Acesso em: 10 jan. 2017.

A Bíblia, conforme vimos na seção anterior, teve um papel fundamental nesse processo cultural de tentativa de explicação de funcionamento do mundo e de ordenamento moral. É desse período a difusão de escolas palaciais, eclesiásticas (com o ensino clássico reconfigurado) e paroquiais.

“O ‘renascimento’ carolíngio pode ser dividido em duas fases. Na primeira, predominaram os letrados estrangeiros, convidados pela corte para implantar o embrião da rede escolar do império. Como as tradições culturais antigas se achavam concentradas em alguns centros europeus, como a Itália, Irlanda e Inglaterra, daí vieram os primeiros agentes encarregados do movimento. Nesta fase predominou a Escola do Palácio, o núcleo de todos esses talentos. Numa etapa posterior, quando já se tinham criado os próprios intelectuais francos, discípulos dos primeiros mestres, o ‘renascimento’ ganhou maior amplitude. O conhecimento se tornou mais aprofundado e o número de centros culturais multiplicou-se, perdendo a Escola da Corte a sua hegemonia. (MENDONÇA, 1985. p. 86)

Evidentemente, há questionamentos sobre a abrangência e a importância do renascimento carolíngio, restrito a setores das classes dominantes.

De qualquer forma, esse foi um período de intensa produção cultural nos marcos de uma sociedade cristã, mas que nos permite questionar a imagem que os humanistas pintaram no início do período moderno de que a Idade Média teria sido um período de trevas.

Por fim, a tentativa de centralização do Império Carolíngio fracassou diante de uma dinâmica econômico-social que favoreceu a regionalização. Para Mendonça (1985), a pergunta mais importante para compreender esse período não é sobre a sua queda, mas sobre a sua manutenção por mais de um século. Nesse sentido, destaca-se o papel da Igreja e da difusão da cristandade. Mas não houve um fracasso total. A importância do Império expressou-se por inúmeras heranças deixadas para a Europa e para o mundo ocidental: a preservação da cultura clássica, ainda que cristianizada, pela perpetuação do príncipe monárquico e a sagração como fundamento do poder real (até a Revolução Francesa), a geografia da futura Europa, regionalização como fator positivo na agilização da defesa contra as invasões do século IX. Mas a contribuição essencial do Império Carolíngio foi a consolidação feudal.



### Assimile

Sônia Maria de Mendonça, autora do livro *O Mundo Carolíngio* (1985), finaliza suas reflexões nessa obra com um destaque sobre a principal contribuição do Império Carolíngio para a Idade Média, que sintetiza a consolidação do modo de produção feudal:

“A contribuição essencial do período carolíngio, no entanto, foi ter servido de marco para o início da história do feudalismo ocidental. Por um lado, o esforço administrativo e ideológico de ‘recriar’ o antigo sistema imperial acabou por sedimentar as bases do novo. E o novo, sob a capa da centralização política, foi a emergência das mais importantes instituições feudais, em particular, a fusão da vassalagem com o benefício. Por outro, ele foi responsável pelo isolamento definitivo da realeza com relação à população rural, permitindo sua subordinação, de fato, aos proprietários dominiais. O reforço da rede vassálica propiciou o nivelamento das condições de vida dos camponeses, transformando-os numa só massa de dependentes, marginalizados da sociedade guerreira” (p. 89).

### Sem medo de errar

A historiografia tradicional retratou o Império Carolíngio exaltando em Carlos Magno sua capacidade de unificação política e territorial do que seria o desenho futuro da Europa. Por meio de outras fontes historiográficas, vimos que essa centralização foi contraditória. Existiram dois movimentos

distintos durante o Império Carolíngio, a tentativa dos carolíngios e da Igreja Católica de reconstruírem um novo Império Romano em outros termos, enquanto que a dinâmica econômica e social tendia para a regionalização e a fragmentação, com o poder crescente dos proprietários de terras, uma camada intermediária que foi fundamental para o exercício do poder sobre o vasto território carolíngio. A unificação dos interesses políticos, econômicos, sociais e religiosos de duas importantes instituições medievais, a Igreja e o Reino Franco, possibilitaram, durante mais de um século, a tentativa de construção de um novo império que alicerçou as bases da cristandade, do feudalismo e do espaço territorial europeu.

## Avançando na prática

---

# Política e Religião

### Descrição da situação-problema

O professor de História Medieval, em sua aula sobre o Império Carolíngio, analisou como os interesses políticos e religiosos estavam interligados. A partir do Humanismo e, principalmente, com o Iluminismo, essa relação foi questionada, permitindo, posteriormente, o avanço de uma cultura laica e a separação entre Estado e Igreja em relação aos interesses públicos. Diante dessas considerações, o professor lançou uma pergunta para a turma: é possível afirmar, nos dias de hoje, que há uma completa separação entre Estado e Religião? Sendo um aluno dessa turma, como você responderia a essa questão?

### Resolução da situação-problema

O professor pode estimular os alunos a analisarem rapidamente as diversas sociedades pelo mundo afora, buscando identificar países em que essas relações fazem parte de sua estrutura social, como também sociedades que construíram uma cultura mais laica. No Brasil, é possível identificar, ainda que a nossa Constituição indique a laicidade como um elemento fundamental de respeito às diversas religiões, como a religião está presente nas ações políticas do executivo, do legislativo e do judiciário, além de ser um elemento da cultura popular, que projeta, a partir de suas referências religiosas, expectativas de políticas públicas coerentes com seus anseios religiosos. O debate sobre a laicidade pode ser desenvolvido na perspectiva de respeito às diversas religiões, e não como o senso comum, muitas vezes, interpreta de que a laicidade é algo contra a religião. A laicidade, ao contrário,

é a defesa de que todas as religiões e dos que não professam nenhuma devem ser respeitados.

### Faça valer a pena

**1.** O período carolíngio acelerou a hierarquização da sociedade ocidental em todos os seus níveis, generalizando as relações sociais de produção feudal em seus domínios, ainda que por formas diversificadas. A hierarquização social se deu por meio dos grandes proprietários de terras, que reproduziam as relações de vassalagem em todos os níveis sociais. Se antes, com os germânicos, havia uma relação de dependência e fidelidade pessoal com o chefe do bando, a terra passou a ditar as novas relações, ou seja, por meio dela estabeleciam-se os fundamentos\_\_\_\_\_.

Assinale a alternativa que completa corretamente o texto.

- a) das relações de obediência ou de vassalagem.
- b) das relações escravistas, base fundamental do feudalismo.
- c) das relações de trabalho assalariado.
- d) das relações de trabalho coletivo.
- e) das relações sociais comunitárias, por meio das assembleias de guerreiros.

**2.** Durante o Império Carolíngio, ao contrário dos demais setores sociais, a Igreja tendia para a \_\_\_\_\_ de suas estruturas, sendo a única instituição sobrevivente à crise do Império Romano. Diante das perseguições, a Igreja organizou-se de forma semelhante ao \_\_\_\_\_, sendo um Estado dentro do Estado.

Considerando as lacunas acima, assinale a alternativa correta.

- a) descentralização – Império Persa.
- b) fragmentação – judaísmo.
- c) dispersão – Império Bizantino.
- d) centralização – Império Romano.
- e) democratização – coletivismo primitivo.

**3.** O Império Carolíngio, entre os séculos VIII e IX, produziu o “renascimento” carolíngio, momento de renovação cultura medieval, marcado:

- ( ) pela renovação da cultura escrita.
- ( ) pela consagração do latim como língua oficial.
- ( ) pela uniformização da caligrafia, o surgimento da escrita carolíngia (minúscula redonda), pela difusão literária e pelas cópias de textos antigos.
- ( ) pelo desenvolvimento da arquitetura com o surgimento do transepto, das torres e dos portais das Igrejas.
- ( ) pelo antropocentrismo, substituindo o teocentrismo.

Levando em consideração o enunciado, indique V para verdadeiro e F para falso.

- a) V - F - V - F - V.
- b) V - F - F - F - V.
- c) V - V - V - V - F.
- d) F - F - F - F - V.
- e) F - F - V - V - V.

## O feudalismo na Europa Ocidental

### Diálogo aberto

Nesta seção sobre o Feudalismo na Europa Ocidental, você encontrará a consolidação desse modo de produção após um longo processo histórico, em que antigas formas de produção social da vida se fundiram por meio das ações dos antigos povos romanos e germânicos.

Para iniciarmos nossos estudos, imaginemos a seguinte situação: na aula de História Medieval, o professor sugeriu que a turma se dividisse em grupos para debater questões relacionadas à seção. A partir das aulas anteriores e das considerações iniciais sobre o Feudalismo na Europa Ocidental, foi sugerido o seguinte debate: levando em consideração as relações sociais existentes em cada espaço territorial antes das invasões bárbaras, de que maneira elas influenciaram a formação feudal posterior? Como as antigas relações sociais escravistas influenciaram a nova dinâmica feudal da Europa Ocidental? Como os povos germânicos lidaram com as antigas formas de propriedade da terra na Europa Ocidental? Nessas condições, quais foram as características do desenvolvimento feudal? Na Europa Ocidental, havia diferenciações da nova formação social?

Com o intuito de ajudar os alunos na busca pelas respostas a essas questões, estudaremos o processo de consolidação feudal na Europa Ocidental, buscando elementos gerais e particulares que possam ajudar na compreensão de suas características.

### Não pode faltar

#### A consolidação do modo de produção feudal

Você encontrou, no decorrer das seções anteriores, um longo processo histórico de consolidação do sistema feudal, em que a terra e a economia rural fundamentavam as relações sociais entre senhores feudais e servos. Além disso, o modo de produção feudal continuou convivendo com antigas formas de produção, como o escravismo e as formas comunais, por exemplo.

A partir desse percurso anterior, podemos afirmar que as características essenciais do feudalismo ocidental eram, além do que foi citado acima, a superposição de direitos e poderes, as cidades com desenvolvimento autônomo e sua posterior oposição cidade/ campo; o poder relativo do rei diante da estratificação do poder dos setores intermediários (senhores

feudais, nobres, entre outros.); a instabilidade política e territorial constante, uma Igreja Católica autônoma e a falta de aparato burocrático, sendo o poder político essencialmente judicial.

Essas características gerais, apresentadas por Anderson (2000), que ajudam a compreender elementos comuns do feudalismo na Europa Ocidental, não são suficientes para o entendimento das formações históricas concretas, como ele mesmo afirma:

“O modo de produção que acabamos de descrever resumidamente jamais existiu em um estado puro em parte alguma da Europa, como ocorreria mais tarde com o modo de produção capitalista. As formações sociais concretas da Europa medieval eram sempre sistemas complexos, nos quais sobreviviam outros modos de produção entrelaçados com o feudalismo propriamente dito: os escravos, por exemplo, existiram por toda a Idade Média, e os camponeses livres nunca foram totalmente eliminados em lugar algum durante esse período obscurantista. (ANDERSON, 2000, p. 150)

Nesse sentido, a partir dos estudos dos historiadores soviéticos Liublinskaya, Gutnova e Udaltsova (apud ANDERSON, 2000), uma tipologia do feudalismo ocidental é apresentada: na região central, houve uma “síntese equilibrada” entre elementos romanos e germânicos e, no sul da Europa Ocidental (Espanha e Itália), uma decomposição e uma reconstituição dos elementos romanos e germânicos sob o legado da Antiguidade (as cidades). Por fim, no Norte e Leste, regiões de baixa influência romana, predominou uma herança “bárbara” (comunal).



### Exemplificando

O feudalismo clássico, ou sua “síntese equilibrada”, surgiu, mais rapidamente, a partir dos povos francos, consolidado com o Império Carolíngio, influenciando as demais regiões. Foi aí que a servidão e as relações de vassalagem surgiram, enquanto, em outras regiões, sobreviveram, por períodos mais longos, formas comunais de relação com a terra e de produção. Se nessa região clássica a ruralização da econômica predominou, em outras regiões, como na região da atual Itália, as cidades e a vida urbana continuaram a exercer uma relativa importância.

“O mapa do início do feudalismo europeu compreendia três zonas que iam de norte a sul, mais ou menos demarcadas pelas respectivas densidades

em alódios, feudos e cidades” (ANDERSON, 2000, p. 152), demonstrando a diversidade de relações de produção. Vejamos essas diferenças e peculiaridades em algumas regiões.

A região da atual França é o exemplo arquetipo do sistema feudal, desenvolvido durante o Império Carolíngio, que se consolida após sua queda. Diante das guerras que surgiram, posteriormente, em função da disputa entre os herdeiros carolíngios, o campesinato ficou mais exposto às ameaças, acelerando sua dependência aos proprietários de terras e, consolidando as formas de servidão. Além disso, diante do aumento crescente de poder dos senhores feudais, dos nobres, que formavam uma camada intermediária entre os servos e o rei, após a dissolução do Império, esse setor se refugiou em regiões ou nos castelos protegidos dos novos invasores. Esse processo ficou conhecido, de acordo com Le Goff (2007), como encastelamento ou encelulamento. Nesse sentido, a “centralização” monárquica foi mais afetada. Somente com a dinastia dos Capeto, nos séculos XII e XIII, é que houve uma retomada do poder monárquico mais centralizado, mas sempre diante de um forte poder desses setores intermediários. Posteriormente, com o absolutismo, é que a monarquia exercerá seu poder de fato.

Na Inglaterra, historicamente com diminuta presença romana, houve maior influência normanda após as invasões escandinavas do século IX, provocando a necessidade de proteção diante da violência, facilitando a organização de uma estrutura feudal mais centralizada por meio de uma hierarquia que subordinava o campesinato. É nessa região que um primeiro imposto regular surgiu na Europa Ocidental, cobrado pelo rei.

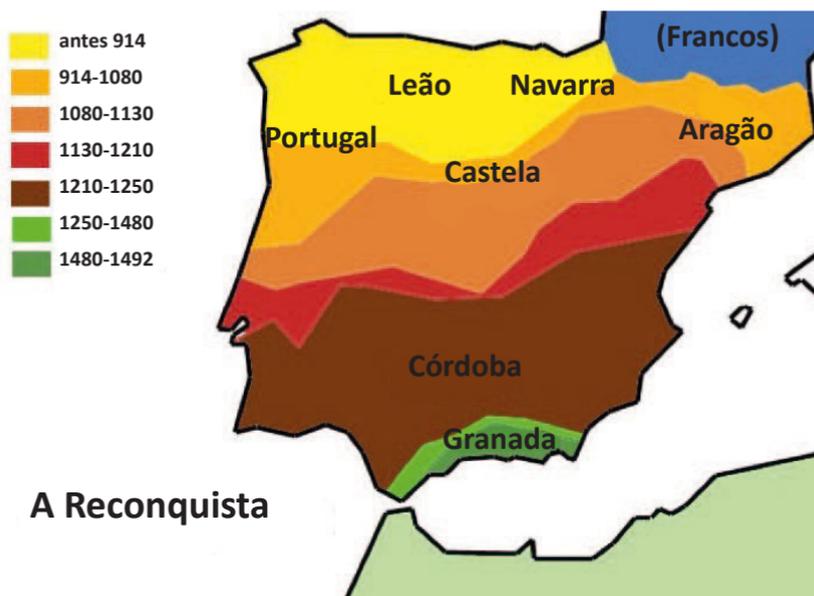
A Alemanha, tendo parte de seu território fora da dominação romana, foi influenciada pelo Império Carolíngio, mantendo as relações comunais do período germânico. Suas relações feudais foram construídas sob ameaça dos magiares e das guerras civis, exigindo centralização política e militar. Em 936, nessa região, surgiu o Sacro Império Romano-Germânico, com Oto I, que retomou o projeto de unificação de um vasto território europeu. Oto II e Oto III (apoiado pelo Papa Silvestre II) consolidam o Império, mas com pouca duração. No século XIII, a região se transformou em um arquipélago de principados.

Ao sul, na região itálica, inicialmente, houve um processo menos feudalizado com a existência de importantes cidades e com uma população camponesa não-dependente. A reconquista bizantina aos ostrogodos ajudou a preservar as tradições clássicas e a vida urbana, favorecendo o desenvolvimento comercial e os financeiros das cidades, locais importantes da rota comercial mediterrânea. Os bispos se tornaram importantes administradores das cidades até o século XI. Nessa região também houve uma mistura de

relações sociais, tendo o latifúndio escravocrata sobrevivido no sul do país até o princípio da Idade Média, as relações comunais na região montanhosa e as relações feudais ao norte.

A Espanha, conquistada inicialmente pelos visigodos, foi, posteriormente, ocupada pelos muçumanos, em 711. Aqui, não houve nenhuma combinação ou síntese de elementos germânicos (os visigodos) com romanos - as estruturas coexistiram paralelamente. O cristianismo caiu antes do surgimento do Império Carolíngio, impedindo a expansão do feudalismo, que só foi implantado por meio da reconquista em algumas regiões espanholas. O controle muçumano sobre a região, eliminando a herança visigoda, provocou um isolamento espanhol das demais regiões europeias, com exceção da Catalunha, que esteve sob domínio carolíngio no século IX. O que existiu nessa região foi uma dualidade de sistemas, com as “terras vazias” – comunais e o trabalho escravo. O processo de reconquista do norte para o sul criou espaços “vazios”, ocupados por camponeses livres; a desestruturação da antiga ordem sem que uma nova fosse instalada; a falta de trabalho e relações de dependência instáveis, que impediram o pleno desenvolvimento do feudalismo. Essa situação foi revertida entre os séculos XI e XIII, com o avanço significativo da reconquista cristã sobre os muçumanos.

Figura 3.3 | Mapa da reconquista da Península Ibérica



Fonte: <https://faceovento.com/2011/09/24/o-isla-do-ocidente-os-muculmanos-na-espanha/>. Acesso em: 9 abr. 2016.

Em Portugal, conquistado, inicialmente, pelos suevos nas invasões “bárbaras” e, posteriormente, dominado pelos visigodos, última região a instalar a monarquia, teve seu processo marcado pela mesma dinâmica espanhola, inclusive com os católicos refugiados ao norte. Em 1249, a região foi libertada do domínio muçumano. Portugal se diferenciava da Espanha pela alta concentração de terra mantida pela monarquia e pela Igreja.

No extremo norte, com os povos escandinavos (Suécia, Noruega e Dinamarca), havia uma singularidade em relação a todo o processo feudal, a começar pela sua estrutura social, que produziu um isolamento do Império Romano, que ficou imune às primeiras invasões “bárbaras”, mantendo, depois de séculos de construção feudal europeia, relações sociais primitivas. Além disso, existia um campesinato armado, um conselho de guerreiros e camponeses, chefes de clãs que formavam uma nobreza, uma capacidade bélica de ataques ligeiros e um sistema monárquico semieletivo, características semelhantes às dos germânicos antes das primeiras invasões. Entre os séculos VIII e XI, os vikings atacaram Inglaterra, Irlanda, Holanda, França, Espanha, Itália e Bizâncio e, além disso, ocuparam a Islândia, a Groelândia e um território na Rússia. Os escandinavos se diferenciavam dos germânicos porque não produziram um movimento migratório; realizaram expedições marítimas com deslocamentos populacionais mais modestos e priorizaram as relações comerciais, ainda que por meio de ocupações e saques. Na estrutura social escandinava, coexistiam relações primitivas e escravistas, o que impediu, inicialmente, o desenvolvimento da servidão em suas terras.

Com o fortalecimento do feudalismo europeu e de seus aparatos políticos e militares, a partir do século XI, houve um enfraquecimento das investidas vikings e, conseqüentemente, do comércio de escravos, o que produziu uma lenta deterioração de suas formas de produção, particularmente dos camponeses, permitindo um lento processo de feudalização (incompleto) e de cristianização, entre os séculos XII e XIII.

Anderson (2000) afirma que, no século XIII, o feudalismo europeu já tinha gerado uma civilização unificada e desenvolvida. O excedente agrícola e as inovações técnicas, como o arado de ferro, os arreios firmes para tração equina, o moinho d'água, o adubo calcário e os três campos para a rotação da sementeira, permitiram um desenvolvimento das forças produtivas feudais, gerando contradições que serão analisadas posteriormente, ao tratarmos da crise feudal. Na mesma direção, Le Goff (2007) avalia os progressos técnicos da agricultura dividindo a Europa em: a Europa da terra, do pão, do vinho e da cidra.

## A formação social e cultural europeia

Le Goff (2007) chama a atenção para outros aspectos importantes para compreendermos a consolidação feudal e a construção da Europa. Voltemos ao processo clássico feudal, mais particularmente à dinâmica de encastelamento que seguiu após a dissolução do Império Carolíngio, para avaliarmos alguns aspectos da formação social e cultural europeia. O encastelamento (ou encelulamento) não se tratava apenas do castelo, mas de outras “três células de base”: o senhorio, a aldeia e a paróquia. O senhorio compreendia:

“[...] as terras, os homens, as rendas, ao mesmo tempo que a exploração das terras e a produção dos camponeses; e também um conjunto de direitos que o senhor exercia em virtude de seu direito sobre o corpo da nobreza feudal. Dado que esta organização existia em praticamente toda a cristandade, os historiadores propuseram que se substituísse a expressão sistema feudal pela de sistema senhorial, e a feudalidade designava uma organização mais restrita onde o senhor está à frente de um feudo que lhe é concedido, como vassalo, pelo seu senhor superior, e o termo tem um caráter estritamente jurídico. (LE GOFF, 2007, p. 78-79)

Os agrupamentos de camponeses e súditos, denominados como aldeias, estavam no interior dos senhorios. As aldeias eram organizadas em torno de dois espaços fundamentais, a igreja e o cemitério, o que o historiador afirma que se tratou de uma das características mais profundas que o medievo deixou como herança, já que o mundo antigo tratava o cadáver com temor e repulsa, enquanto os cristãos trouxeram os mortos para a convivência nas cidades e nas aldeias, integrados à vida social. Isso provocou a invenção, no século XII, do purgatório, um lugar intermediário entre o mundo dos vivos e dos mortos. O dia 2 de novembro, Dia dos Mortos, foi instituído no final do século XI como forma de comemoração e ligação entre os dois mundos. A paróquia, espaço territorial sob responsabilidade de um padre da Igreja Católica, define direitos tanto dos fiéis quanto do padre em receber rendimentos, sendo outra célula importante do processo de regionalização e fragmentação da estrutura social feudal em grande parte da Europa, principalmente nas regiões em que o feudalismo “clássico” vigorou. A Igreja, nesse sentido, torna-se o centro da aldeia (campo) e da paróquia (cidade).

Após o ano 1000, a estrutura hierárquica da sociedade feudal ganha mais nitidez. É desse período que se distingue uma camada superior, a nobreza. Abaixo dela está o cavaleiro, elite de combatente especializado, que promovia os violentos torneios, criticados pela Igreja, que eram condecorados com ritos

de passagens, sob as bênçãos da Igreja. O cavaleiro, consagrado posteriormente na literatura, transformado em mito, recebia a denominada educação cortesã, ou seja, as boas maneiras do comportamento na corte.

Na vida social, encontraremos vários elementos surgidos na Idade Média que cultivamos até os dias de hoje. O matrimônio, naquele momento, adquire novas características. A monogamia é legalizada, ainda que a aristocracia mantivesse a poligamia de fato. É determinada a indissolubilidade do casamento. O casamento se transfere aos poucos da esfera civil para a religiosa, na qual só os padres podem realizá-lo, e a Igreja também reserva para si a decisão de anulação dele. O adultério passa a ser castigado. Somente no século XVI é que o casamento será celebrado no interior da Igreja e não mais diante dela. Até mesmo as formas de amor são inovadas com o surgimento do amor cortês, em que o homem presta homenagem e jura fidelidade à mulher. Até mesmo o beijo na boca amoroso devemos à Idade Média, pois até então o beijo na boca tinha apenas um sentido de expressão de paz e de homenagem.

Na Igreja, também surgem mudanças: o militarismo. Várias ordens surgem como corporações militares, sendo as principais a Ordem dos Templários, a Ordem dos Hospitalares de São João de Jerusalém, a Ordem de Santa Maria dos Teutônicos, a Ordem de São Tomás de Acre, entre outras, que promoverão a conversão dos pagãos e a luta contra os infiéis. As cruzadas, que veremos logo adiante, simbolizaram o início desse processo.

Outra mudança importante na Igreja ocorreu com a reforma gregoriana, que promoveu a separação entre clérigos e leigos. Gregório VII, que exerceu o papado de 1073 a 1085, promoveu a divisão entre leigos e clérigos, entre o poder religioso e o político. Aos religiosos cabiam as responsabilidades com a paróquia, com o batismo de crianças, com a célula familiar, com o matrimônio cristão, com a disciplina sacramental, com a regulação dos costumes pela ameaça de castigos infernais e com as orações pelos defuntos.

Nos séculos XI e XII também ocorreram profundas mudanças nas crenças e práticas religiosas: a salvação surge como resultado de um conflito constante entre a virtude e o vício. A primeira é consagrada pela valentia dos cavaleiros, enquanto o vício é consagrado pelos guerreiros pagãos, pecaminosos, que sofrem a ação do diabo. Com esse espírito belicoso é que Le Goff (2007) destaca que, nesse período, houve uma “difusão do diabo”, que “atinge uma grande popularidade e desperta temores aumentados” (p. 92). Todas as manifestações de sensualidade e de expressão corporal, como o teatro e a dança, foram consideradas diabólicas. Assim também foram tratadas muitas manifestações da cultura popular, que trataremos em uma seção específica.

Destacamos também o surgimento das peregrinações religiosas (Jerusalém, Roma, Santiago de Compostela, entre outras), as quais ganharam cada vez mais conotação mercantil com a venda de diversas relíquias. No século XII, houve o crescimento do culto mariano, a valorização da Virgem Maria, a valorização de um Cristo sofredor, o Cristo da dor, e também uma “Europa do cadáver”, com a proliferação de desenhos e imagens da morte, do sofrimento, do flagelo. As ordens mendicantes aparecem também. Ao mesmo tempo, surge o humanismo cristão, tendo em Santo Anselmo uma referência importante. O homem à imagem de Deus é destacado, abrindo caminho para a defesa da razão e para a escolástica.

Nesse processo contraditório, as perseguições aumentam. A Igreja define os seus hereges: os contestadores, os judeus, os mulçumanos, os sodomitas (homossexuais) e os leprosos (a doença como sinal do pecado). A heresia era compreendida como qualquer ação que alterasse, deturpasse e/ou contrariasse as concepções teológicas consolidadas pela Igreja Católica. A Inquisição é efetivada. As Cruzadas aparecem como possibilidade de conversão dos hereges.

As Cruzadas foram tratadas pelos cristãos como uma retomada dos territórios considerados originais da cristandade. Isso só foi possível por meio da conversão do cristianismo à guerra, abandonando sua antiga postura pacifista. Essa mudança foi justificada pelo resgate da defesa da guerra justa, elaborada por Santo Agostinho, que defendeu o uso da violência diante de uma agressão ou de uma injustiça. A Igreja e os reinos europeus financiaram o audacioso empreendimento militar.

Em 1099, com o massacre de mulçumanos pelos cristãos, Jerusalém é conquistada. Em 1144, com a conquista mulçumana de Edessa, na Palestina, foi empreendida uma segunda Cruzada, fracassada. Em 1187, Saladino, um sultão curdo, retoma Jerusalém. A terceira Cruzada é desferida, também fracassada, assim como as demais, pondo fim às pretensões dos cristãos de conquistarem a Terra Santa.



### Refleta

Le Goff (2007), analisando as cruzadas, lança uma questão que compartilhamos com você para a reflexão: a Cruzada pode ser considerada uma primeira manifestação da colonização europeia?

As Cruzadas, segundo Le Goff (2007), produziram alguns paradoxos: os cristãos, originalmente pacíficos, promoveram a violência, enquanto os mulçumanos, originalmente guerreiros, em suas conquistas territoriais, praticavam a tolerância; o cristianismo promoveu a guerra santa e foi

ameaçado por ela; houve uma tentativa inicial de reunificação com os cristãos do Oriente bizantino, mas as Cruzadas selaram os conflitos; a guerra de libertação da Palestina se transformaram em uma perseguição aos hereges.

As Cruzadas também proporcionaram a construção da unidade da Europa na medida do fracasso da construção da capital da cristandade em Jerusalém.



### Assimile

A consolidação do feudalismo na Europa Ocidental deve ser compreendida por meio de sua diversidade. Muitas vezes, encontramos, nos livros didáticos, uma explicação do funcionamento da ordem feudal que homogeneiza o feudalismo pelo seu modelo clássico, que existiu apenas na região da Gália, atual França, e que se espalhou pelos domínios do Império Carolíngio. Nesse modelo clássico, encontramos um certo equilíbrio entre as heranças romanas e germânicas. Nas demais regiões da Europa Ocidental, esse equilíbrio não existiu, predominando uma ou outra herança, ou também novas relações, como no caso da ocupação mulçumana sobre a Península Ibérica. Se o modelo clássico nos ajuda a compreender alguns elementos feudais comuns, somente com as formações históricas concretas podemos compor uma visão mais precisa dessa diversidade social.

Outro elemento fundamental para compreender esse período foi o papel da Igreja na consolidação de hábitos e costumes, enfim, uma cultura cristã que, em variados aspectos, está presente até os dias atuais.



### Pesquise mais

Para uma melhor compreensão desse período, particularmente sobre os aspectos teológicos, sugerimos que você leia o livro *O nome da rosa*, romance de Umberto Eco, de 1980, e assista ao filme, de 1986, dirigido por Jean-Jacques Annaud, com o mesmo título, baseado no livro. Essas obras permitem uma reflexão sobre a relação da filosofia com a teologia, ou seja, a relação entre fé e razão, importante debate naquele momento histórico.

## Sem medo de errar

As relações sociais existentes em cada espaço territorial antes das invasões bárbaras influenciaram a formação feudal na medida em que a propriedade privada, existente entre os romanos, transformada pelas relações de colonato, e foram modificadas pelos povos germânicos, sem que estes pudessem impor completamente relações que existiam em seus antigos territórios. O resultado disso foi um processo histórico de conflitos, de dualidade de estruturas e de síntese que gerou o modo de produção feudal. O escravismo, por exemplo,

não foi completamente abolido, assim como persistiram relações sociais primitivas em determinadas regiões.

As características gerais do feudalismo, como a superposição de direitos e poderes, as cidades com desenvolvimento autônomo e sua posterior oposição cidade/campo, o poder relativo do rei diante da estratificação do poder dos setores intermediários (senhores feudais, nobres), a instabilidade política e territorial constante, uma Igreja Católica autônoma, a falta de aparato burocrático, sendo que o poder político era essencialmente judicial, estavam presentes por toda a Europa feudal. Isso não impediu que as formações históricas concretas apresentassem variações nessas características, resultado dos processos históricos anteriores. A diversidade também foi a marca das relações sociais de produção feudal, em que a existência do servo e do camponês livre e a vida urbana expressavam isso.

### Faça valer a pena

---

**1.** Anderson (2000), buscando compreender as particularidades do feudalismo na Europa Ocidental, apresenta uma tipologia de suas formações sociais nas diversas regiões.

Analise as afirmações a seguir e, a seguir, assinale a alternativa correta:

- I. Na região central, houve uma “síntese equilibrada” entre elementos romanos e germânicos.
- II. No sul da Europa Ocidental (Espanha e Itália), houve uma decomposição e uma reconstrução dos elementos romanos e germânicos sob o legado da Antiguidade (as cidades).
- III. No norte e leste, regiões de baixa influência romana, predominou uma herança “bárbara” (comunal).
- IV. Na região oeste da Europa, houve a manutenção do escravismo, sendo que o feudalismo não foi desenvolvido.
- V. O escravismo e o feudalismo equilibraram-se como modos de produção durante toda a Idade Média na Europa.

- a) Apenas as afirmativas IV e V estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I e V estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

**2.** A formação do feudalismo em seu modelo clássico apresentou características que permitiram sua consolidação por uma vasta região europeia.

Considerando o texto-base, assinale V para verdadeiro e F para falso para as seguintes afirmativas:

( ) O feudalismo clássico, ou sua “síntese equilibrada”, surgiu mais rapidamente a partir dos povos francos, consolidado com o Império Carolíngio, influenciando as demais regiões.

( ) Foi aí que a servidão e as relações de vassalagem surgiram, enquanto em outras regiões, sobreviveram, por períodos mais longos, formas comunais de relação com a terra e de produção.

( ) Se nessa região clássica a ruralização da econômica predominou, em outras regiões, como na região da atual Itália, as cidades e a vida urbana continuaram a exercer uma relativa importância.

( ) Os povos francos desenvolveram as relações de servidão e de vassalagem na Europa em função da existência dessas mesmas relações em seus antigos territórios.

( ) Os povos francos privilegiaram o comércio e a produção artesanal nos centros urbanos que sobreviveram à queda do Império Romano, abandonando as áreas rurais, destruídas pelas invasões bárbaras.

- a) V – V – F – F – F.
- b) V – F – V – F – V.
- c) F – F – F – V – V.
- d) V – V – V – F – F.
- e) F – F – V – F – V.

**3.** As Cruzadas, ocorridas entre os séculos XI e XIII, foram organizadas pela Igreja Católica e pelos reinos europeus.

Qual foi a principal motivação da primeira Cruzada?

a) O controle das Rotas da Seda, que ligavam o comércio da China com a Europa.

b) A escravização dos povos do Oriente Médio para suprir a necessidade de força de trabalho na Europa.

c) A conquista de Jerusalém, considerada Terra Santa pelos católicos.

d) A expulsão dos judeus e muçumanos do norte da África, local estratégico do comércio no Mar Mediterrâneo.

e) A expulsão dos povos escandinavos da região nórdica, local estratégico e comércio de escravizados.

## Cultura, religiosidade e movimentos populares na Idade Média

### Diálogo aberto

Nas seções anteriores, você estudou a consolidação do feudalismo entre os séculos X e XII, o seu desenvolvimento nas regiões ocidentais e orientais da Europa e suas diferenciadas características.

Nesta seção, você encontrará as condições de vida e de trabalho da população subordinada à servidão e dos camponeses, que formavam um setor social empobrecido material e culturalmente. Como eram suas condições de vida? Em que condições trabalhavam? Como eram suas expressões culturais e religiosas? Como reagiam às mais diversas formas de opressão?

Para compreender essas questões, sugerimos uma situação hipotética: na aula de História Medieval, o professor sugeriu que a turma se dividisse em grupo para a preparação de um trabalho final de semestre sobre cultura, religiosidade e movimentos populares na Idade Média, levando em consideração as seguintes questões: na medida em que o feudalismo foi consolidado, uma nova cultura rural também foi estabelecida. De que forma os servos e camponeses se submeteram às novas relações sociais? Quais são as principais características da vida social e religiosa dessas classes? Quais foram as suas formas de resistência? Como você organizaria essa atividade? As questões aqui levantadas servirão de roteiro para a preparação desse trabalho final, e o conteúdo desta seção será importante para a construção de seus argumentos.

Bons estudos!

### Não pode faltar

---

Nas seções anteriores, você encontrou os processos de consolidação do modo de produção feudal, com suas formações históricas distintas, tanto na região ocidental quanto na região oriental da Europa. Nesta seção, levando em consideração todo o percurso de estudos, você estudará, de forma um pouco mais detalhada, as condições de vida e de trabalho dos setores sociais que produziam toda a riqueza desse modo de produção. Já vimos as condições de opressão que o feudalismo produziu. Veremos também como os servos e camponeses reagiram diante disso e como se organizaram nas condições de vida da Idade Média. Como podemos definir um movimento popular?

“Um movimento popular surge quando as pessoas que vivem dentro de uma determinada organização social manifestam-se, pacificamente ou não, contra os representantes do poder estabelecido. Há vários nomes para designar esse ato: rebelião, insurreição, sublevação, levante, sedição, motim. A história das sociedades humanas conheceu infinitos movimentos dessa natureza. Ao estudá-los, temos oportunidade de refletir sobre os fundamentos das relações de poder e, mais importante que isso, encontramos as condições para compreender formas de resistência por parte das camadas sociais que vivem sob algum tipo de opressão. (MACEDO, 1993, p. 8)

### **As relações de poder na Idade Média**

Nesse sentido, estudar os movimentos populares é, também, estudar as relações de poder. Resgatando brevemente essas relações na transição de Antiguidade para a Idade Média, já vimos que, no Império Romano, elas estavam alicerçadas economicamente no campo, em que uma classe de latifundiários, vivendo nas cidades, centralizando o poder político, explorava o trabalho escravo com o apoio do aparato de Estado, que permitia a sua ampliação, por meio de guerras, saques e anexações. Com a crise do escravismo, as relações de poder instituídas também se enfraqueceram. Isso permitiu, com as invasões dos povos germânicos, uma nova dinâmica de dominação, marcada pela descentralização e pela fragmentação do poder político. Se antes a centralização era a marca fundamental do poder político, no início de Idade Média, a existência de vários reis e chefes locais impôs uma descentralização que, ao longo dos séculos seguintes, foi transferida para os senhores feudais.

A tentativa do Império Carolíngio e da Igreja Católica, no século IX, de reunificarem um vasto império entrou em choque com uma dinâmica econômica que se enraizava regionalmente, ou seja, houve uma tentativa de centralização política que esbarrou nas relações de poder que se fundamentavam no domínio dos senhores feudais. A expansão do Império Carolíngio produzia a necessidade de maior controle sobre as regiões conquistadas, transferindo para autoridades locais, nos condados e nos ducados, a responsabilidade política de dominação local, fortalecendo as nobrezas regionais e, com isso, enfraquecendo o almejado poder político centralizado. Essa contradição foi uma das marcas importantes de toda história da Idade Média até o surgimento do Absolutismo.

Portanto, as relações de poder no feudalismo foram marcadas pela descentralização. As antigas classes possuidoras de terras mais empobrecidas,

colonos e camponeses, com a queda do Império Romano e com a violenta disputa territorial, ao longo do tempo, trocaram a terra pela segurança proporcionada pelas novas famílias aristocráticas que se fortaleciam em um ambiente de produção agrícola com baixo nível de desenvolvimento técnico até oséculo XI.

A Igreja Católica, instituição que sobreviveu à queda do Império Romano, se adequou à nova situação, adquirindo terras e construindo seu poder religioso e político com as novas classes dominantes feudais.

“Dessa forma, entre os séculos IX e XI as relações socioeconômicas no Ocidente apresentavam as características gerais do sistema feudal, ou seja, em troca de prestação de serviço militar, administrativo e apoio político, um nobre ou um representante da Igreja concedia a outro nobre o direito a um bem ou um direito relacionado em geral com uma propriedade rural. Aquele que concedeu – daí em diante chamado de senhor – obtinha do beneficiado – chamado de vassalo – juramento de fidelidade e obediência. Do topo até a base da pirâmide social, as relações ocorriam de ‘homem para homem’, sem a interferência do Estado. O desmembramento do poder tornara-se total. (MACEDO, 2003, p. 11-12)

É nesse processo de relações de poder de nobres, de senhores feudais e da Igreja que camponeses e servos estavam submetidos a variadas formas de opressão e exploração.

### As condições de vida e trabalho no campo

Diante dessas relações de poder, a sociedade medieval era organizada, fundamentalmente, pela tradição e pelo costume, os quais também se transformam, ainda que lentamente. A partir do século XI, com o desenvolvimento técnico e o aumento produtivo do trabalho, a população da Europa cresce cerca de 230%. Veja a imagem a seguir:

Figura 3.4 | Tabela da evolução demográfica

EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DA CRISTANDADE OCIDENTAL										
(em milhões de habitantes)										
Países/anos (segundo fronteiras atuais)	200	400	600	800	1000	1100	1200	1300	1400	1500

EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DA CRISTANDADE OCIDENTAL										
(em milhões de habitantes)										
<b>Itália</b>	7,0	5,0	3,5	4,0	5,0	5,75	7,25	10,0	7,0	10,0
<b>Alemanha</b>	3,5	3,5	3,0	3,25	3,5	4,0	6,0	9,0	6,5	9,0
<b>Holanda</b>	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	0,6	0,8	0,6	0,9
<b>Bélgica e Luxemburgo</b>	0,4	0,3	0,3	0,3	0,4	0,6	0,9	1,25	0,8	1,25
<b>Suíça</b>	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,5	0,8	0,6	0,8
<b>Inglaterra e Gales</b>	0,7	0,8	0,6	0,8	1,5	1,75	2,5	3,75	2,5	3,75
<b>Espanha</b>	5,0	4,5	3,5	3,75	4,0	4,5	5,5	7,5	5,5	6,5
<b>Portugal</b>	0,5	0,5	0,4	0,4	0,6	0,7	0,9	1,25	0,9	1,25
<b>Totais</b>	24,1	20,1	16,3	18,0	22,1	25,85	34,65	50,35	35,4	48,45

Fonte: Colin McEvedy e R. Jones, *Atlas of world population history*. Harmondsworth, Penguin, 1980. (Apud Hilário Franco Jr. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*, São Paulo, Brasiliense, 1986.)

Fonte: Macedo (1993, p. 13).

Diante disso, houve um avanço da exploração de novas terras, da exploração do trabalho servil, que se estende por outras regiões da Europa Ocidental e Oriental, ocupando florestas e pântanos. Além disso, em função do desenvolvimento agrícola em curso, o renascimento urbano, mercantil e cultural avançava, como veremos na próxima seção. A urbanização absorvia o excedente populacional do campo, tanto de setores empobrecidos como pelo ressurgimento do comércio e de uma nova elite, a burguesia mercantil. Ainda assim, 90% da população medieval vivia no campo (MACEDO, 1993). Lembremos que isso estava acontecendo durante as novas ocupações “bárbaras”, pelas Cruzadas, pelos conflitos com os bizantinos e muçumanos, como você viu nas seções anteriores. É nesse contexto que analisaremos as condições dos camponeses e servos.

Mesmo vivendo sob relações de dependência pessoal, de opressão e de intensa exploração econômica, havia uma diversidade de condições de vida camponesa. Em geral, os trabalhadores do campo (servos e camponeses) não possuíam a posse da terra, estavam sob condições de obediência, com obrigações de pagamentos de impostos e de trabalho nas tenências ou mansos – denominações das terras cedidas ao trabalho das famílias submetidas. Camponeses e servos tiveram origens variadas desde a queda do Império Romano. Antigos proprietários de terras, ex-escravos, arrendatários, colonos, entre outros, foram transformados em servos e camponeses. Estes, exercendo maior controle sobre o processo de produção e de apropriação da riqueza, não desapareceram durante o processo de consolidação feudal e da servidão, entre os séculos X e XIII. Os camponeses se diferenciavam dos

servos pela maior autonomia diante da terra e das relações de poder, muitas vezes entregando suas terras para um senhor em troca de proteção e, nessa condição, arrendavam as terras, sem se submeterem às relações de servidão, mas entregando uma parte de sua produção como pagamento. Os servos, além de entregarem parte de sua produção, eram obrigados a trabalharem gratuitamente nas terras do senhor (a corveia) nas mais diversas atividades agrícolas ou não, o que gerou inúmeras revoltas, as quais você encontrará mais adiante.

É nesse processo de consolidação feudal que também é forjada uma cultura popular medieval. Le Goff (2007) afirma que a cristianização, ainda que tenha penetrado profundamente nos rincões da Europa durante o Império Carolíngio, não superou completamente os resquícios culturais e religiosos do paganismo, e uma cultura popular com os traços da Antiguidade provocava fortes reações da Igreja Católica, a qual, por meio dos textos eclesiásticos, condenava as práticas ou “superstições” populares.

“O primeiro grande repertório de ‘superstições’ foi o Decreto de Bucardo, bispo de Worms de 1000 a 1025. Detalha aí as perversões sexuais dos camponeses, as cerimônias para chamar chuva, as tradições concernentes às crianças e à morte [...] A Igreja, a partir do fim do século XII, buscará utilizar o purgatório para fazer uma triagem entre os bons e maus fantasmas. A cultura popular escapa assim em parte de sua destruição pela Igreja nos domínios em que esta não ofereceu produtos culturais tão satisfatórios: a dança, por exemplo; ou ainda as procissões mascaradas. A Igreja conseguiu muitas vezes, mas nem sempre, manter essas práticas fora dela e, no mais das vezes, em volta dela. (LE GOFF, 2007, p. 93-94)



### Refleta

Aquilo que a Igreja não conseguia evitar, ela assumia como uma forma de controle. Já vimos que os milagres atribuídos pelos populares a pessoas mortas foram assumidos pela Igreja Católica como parte de suas tradições e das santificações de figuras importantes. Ao longo do tempo, a Igreja Católica se adaptou às profundas mudanças ocorridas. Você consegue pensar em algumas dessas alterações, incorporadas pela Igreja e que, anteriormente, foram negadas?

Sem acesso ao conhecimento sistematizado, quase que monopolizado pela Igreja, os setores populares na Idade Média absorviam as informações produzidas pelos religiosos das mais diversas formas. As festas populares, as

cantigas, os poemas e os vitrais das igrejas funcionavam como mecanismos de transmissão oral de conhecimentos necessários para o controle das heresias e dos comportamentos. Ao mesmo tempo em que absorviam elementos da cultura dominante, os setores populares também expressavam seus descontentamentos diante das condições de vida opressoras em suas manifestações culturais, como veremos nos festejos e carnavais medievais na próxima seção.

### As revoltas camponesas

Foi diante das duras condições de vida e de trabalho que camponeses e servos forjaram suas relações de solidariedade, seja no trabalho coletivo nas terras comunais ou nos mansos servis, permitindo que um sentimento coletivo fosse o motor das revoltas camponesas durante a Idade Média. Vários autores medievalistas apontam as dificuldades de registros históricos sobre as resistências e revoltas populares nesse período, principalmente por que os escritos existentes são de origem religiosa, setor dominante na época.

Lembrando que as relações entre os senhores e servos/ camponeses estavam marcadas pela tradição, pelo hábito e pelos costumes, pois raramente as leis eram escritas nesse período. O que vinha dessa tradição era relativamente aceito, e o que era imposto fora desse processo era motivo de contestações e revoltas. Em 829, em Tours, na atual França, os camponeses se revoltaram contra o trabalho forçado (a corveia) nas terras do abade de Cormery, sem que o Rei da Aquitânia os atendesse depois das reivindicações. As lutas contra o trabalho forçado eram constantes, mesmo com tentativas de imposição de leis regulamentando essa prática.

Em 996, na Normandia, explodiu a primeira grande revolta camponesa, motivada pela tentativa de ocupação de áreas de reservas senhoriais. O duque Ricardo II ordenou o massacre dos camponeses depois de intensa resistência que se alastrou pela região. “Dois séculos depois, a revolta da Normandia era lembrada nos versos do poeta Wace. Segundo ele, ao se rebelar, os rústicos reclamavam pela liberdade, dizendo: “Somos homens como eles.” (MACEDO, 1993, p. 24)



#### Exemplificando

A revolta camponesa da Normandia em um poema do século XII:

“Juntemo-nos por um juramento,  
Defendamo-nos, a nós e aos nossos bens,  
E venceremos a todos  
E, se quiserem guerrear,  
Teremos para cada cavaleiro  
Trinta ou quarenta camponeses

Preparados para lutar.  
E assim poderemos ir aos bosques,  
Usar a madeira que escolhermos,  
Ter os peixes que quisermos,  
Comer as carnes dos animais.  
Poderemos realizar nossas vontades,  
Nos bosques, nas águas, nos prados.”

(WACE *apud* MACEDO, 1993, p. 24).

As revoltas prosseguiram. No século XII, algumas se transformaram em insurreição, como os levantes nas Ast urias, em 1120; na Picardia, entre 1125 e 1140; em Lyon e Velay, por volta de 1175, regiões francesas. No século XIII, servos se recusaram a pagar impostos na região de Orly, protesto que se estendeu por várias regiões, reunindo cerca de 2.000 revoltosos. Essa revolta foi vitoriosa, sendo que nessa região, por volta de 1263, a servidão foi abolida.

Diante das transforma es em curso com o renascimento urbano, mercantil e cultural e, também, pelo avanço das forças produtivas no campo, um excedente de trabalhadores no campo passou a produzir de uma nova forma, migrando para as cidades e vivendo do trabalho artesanal. A circula o de dinheiro aumentou e as rela es mercantis se intensificaram. Muitas cidades, com uma forma de produ o de riqueza diferenciada do campo, compravam suas cartas de franquias e adquiriam relativa autonomia. No campo, muitos senhores preferiam cada vez mais o dinheiro ao trabalho dos servos, diminuindo as velhas rela es de dependência pessoal tão características do feudalismo.   nesse contexto que os camponeses aumentam suas rela es de solidariedade e de organiza o, inclusive adquirindo suas cartas de franquias, o que fixava os valores pagos de impostos, garantindo aos camponeses uma certa estabilidade e segurança diante dos antigos abusos dos senhores feudais. Aos poucos, na cidade e no campo, o trabalho assalariado se desenvolvia.

Nas cidades medievais, uma nova estratifica o social surgia: trabalhadores urbanos, artesões e pequenos comerciantes, os quais formavam as camadas populares urbanas que também se organizavam em revoltas contra os condes, bispos, arcebispos e reis que mantinham sob seu domínio esses espaços urbanos. Vejamos um caso ocorrido em Colônia, em 1074:

“ Certo dia, quando um mercador estava prestes a sair do barco pelo Rio Reno para vender suas mercadorias, o arcebispo exigiu que o homem desviasse completamente o curso da viagem para levar um bispo até a região de Münster. Temendo prejuízos, pois Münster distava muito do local em que as mercadorias seriam

vendidas, o negociante negou-se a cumprir a ordem. Irritado o arcebispo resolveu puni-lo. O primeiro a se revoltar foi o filho do mercador; depois toda a comunidade entrou em rebelião. A questão, agora, não dizia respeito apenas ao mercador. Os habitantes de Colônia, em sua insurreição, expressavam a repulsa por todas as arbitrariedades cometidas pelo arcebispo. No final, com a ajuda dos vassalos e de outros senhores feudais, Annon conseguiu vencer a resistência da comunidade. Exigiu dos moradores uma multa bastante alta como punição pela desobediência coletiva. (MACEDO, 1993, p. 27)

As revoltas urbanas prosseguiram. Em 1167, em Béziers, sul da França, houve uma revolta para compra de Carta de Franquia. Em 1111, em Coimbra, ocorreu uma revolta vitoriosa pelo direito administrativo. No século XIII, muitas cidades já haviam conquistado relativa independência em relação ao poder senhorial. As cidades e suas relações mercantis tiveram cada vez mais interesses próprios e se opunham à dinâmica feudal.

Essas cidades medievais, com suas cartas de franquias, eram controladas pelos “magnatas”, autoridades locais, geralmente nobres e famílias ricas provenientes do campo. Além deles, houve uma crescente importância dos comerciantes e das guildas/corporações de ofício, que originaram a nascente burguesia comercial. Esses dois setores formavam o governo local, o “patriciado”.

Você encontrará, na próxima unidade, o detalhamento desse processo urbano, das corporações de ofício e o desenvolvimento da burguesia mercantil. O que nos interessa aqui é demonstrar que as revoltas populares atingiam o campo e a cidade. As péssimas condições de vida da população mais pobre na Idade Média eram ainda mais penosas diante da fome e das epidemias, principalmente no século XIV, momento de alastramento da peste negra sobre a Europa, a qual impactou a demografia europeia, que você verá com mais detalhes na próxima unidade. Nos anos de 1315 e 1316, uma onda de fome assolou a Europa, matando milhares de pessoas. Nesses anos foram registrados casos de canibalismo: “[...] na cidade de Estrasburgo, na Alemanha, a fome era tão grande que, segundo os escritores da época, o povo comia crianças e até mesmo os cadáveres de condenados.” (MACEDO, 1993, p. 32)

Diante disso, as revoltas populares adquiriam características de desespero social. Durante o reinado de Carlos VI (1380-1422), a ira popular tomou conta de Paris com saques e mortes dos cobradores de impostos, tendo como consequência uma repressão brutal e multas coletivas. Em Flandres, em 1280, eclodiram dois movimentos populares: os tecelões de Ypres e de Bruges se revoltaram contra a cobrança de impostos. Entre 1296 e 1301, essas

revoltas são retomadas e os setores populares controlaram os governos locais. Somente em 1382 os representantes da monarquia reassumiram o poder.

Em outras localidades urbanas, surgiram insurreições parecidas. Em 1299, operários e artesãos de Gênova derrubaram o governo dos nobres. Em Roma, entre 1348 e 1354, Cola di Rienzo, apoiado pelos populares, derrubou o governo dos nobres e da Igreja. Em 1368, ocorreu revolta e saques dos armazéns em Florença. Em 1378, operários desqualificados, sob liderança de Salvestro de Medicis, se rebelaram, tomando a cidade de Florença. Na Alemanha, as revoltas de artesãos ocorriam desde 1300. A luta pelo espaço nas decisões municipais dava o tom de suas reivindicações, além da organização de associações, de greves e de boicote de trabalho mal remunerado.

Em 1381, a rebelião camponesa da Inglaterra foi considerada a maior revolta rural da Idade Média. O aumento de impostos provocou uma rebelião dos camponeses, que entraram na capital saqueando palácios, casas de nobres e moradores ricos, queimando documentos fiscais e listas de dívidas. Inicialmente, as reivindicações foram atendidas; depois, suspensas. A repressão sobre os camponeses foi violenta, principalmente sobre as suas lideranças. Depois, Ricardo II concedeu anistia aos rebeldes. Com o temor de novas revoltas, os nobres acabaram com a corveia. No fim do século XV, na Inglaterra, praticamente não havia mais servos.



### Assimile

As expressões culturais dos camponeses e servos devem ser encontradas a partir de suas condições de vida e de trabalho. Durante a Alta Idade Média, diante do isolamento provocado pela disputa territorial, houve um relativo isolamento da população europeia nas glebas. O processo de difusão cultural e de conhecimentos era quase que monopolizado pela Igreja Católica. A vida isolada não necessitava de conhecimentos além dos necessários para a produção da vida naquelas condições. A vida de camponeses e servos estava extremamente brutalizada.

Durante esse período, as expressões culturais dos povos romanos e germânicos e suas religiões cristãs e pagãs fundiram-se. A Igreja Católica, na medida em que difundiu a cristandade pela Europa, assumiu cada vez mais o controle sobre a vida social, buscando difundir um padrão de comportamento moral ascético e regrado.

Tudo aquilo que fugia a esse regramento era considerado herético. As expressões culturais que escapavam ao controle da Igreja e que assumiam uma dimensão maior eram assimiladas na tentativa de maior controle sobre suas consequências, por exemplo, os milagres atribuídos a diversas pessoas mortas. A Igreja, que considerava apenas os milagres de Deus e de Cristo, absorveu os outros milagres e passou a atribuí-los a

quem achasse por bem.

Com as mudanças ocorridas com o renascimento urbano, comercial e cultural, uma nova dinâmica cultural aparece nas cidades, produzindo um ambiente diferenciado de vida social.

As condições de opressão dos mais variados setores populares – camponeses, servos, artesãos e pequenos comerciantes – produziram revoltas, levantes e insurreições por toda a Europa na transição da Alta para a Baixa Idade Média.

### Sem medo de errar

O modo de produção feudal na Europa Ocidental se consolidou após séculos de confluências das heranças da Antiguidade e dos povos germânicos, enquanto, na região oriental, o feudalismo foi introduzido após séculos de consolidação dos povos eslavos e de suas relações sociais, baseadas no nomadismo e na economia pastoril. Nas duas regiões, a diversidade de relações foi marcante. No primeiro caso, o feudalismo se consolidou entre os séculos X e XII, no Oriente europeu, no século XII. Camponeses e servos foram submetidos a variadas formas de exploração, sendo que os primeiros tiveram maior autonomia em relação ao trabalho servil, ainda que, muitas vezes, estivessem submetidos às arbitrariedades de senhores, nobres, clero e reis. Os servos foram mais duramente submetidos às relações de exploração e dominação, já que estavam diretamente vinculados à terra do senhor, com todas as obrigações servis.

Nas cidades, a partir das mudanças ocorridas no século XI com o aumento do desenvolvimento técnico no campo, com o aumento demográfico, com o excedente populacional conformando as novas cidades e uma nova dinâmica urbana e comercial, novos setores populares foram submetidos à dinâmica mercantil que se desenvolvia.

Todos esses setores populares reagiram das mais diversas formas à opressão existente, seja pelas suas expressões culturais e religiosas próprias, que muitas vezes contrariavam os setores dominantes, como também pelas revoltas, pelos levantes e pelas insurreições violentas que expressavam uma reação às péssimas condições de vida e de trabalho desses setores.

**1.** O desenvolvimento do modo de produção feudal na Europa Ocidental ocorreu durante os séculos V e X, consolidando-se entre os séculos X e XII.

Diante desse processo, como a sociedade medieval era organizada?

- a) Pelos costumes e pelas tradições, havendo poucas leis.
- b) Pelas Constituições aprovadas nos parlamentos em cada reino.
- c) Pelas decisões na *Ágora*, espaço público de debates e decisões.
- d) Pelas imposições de decretos-leis e pelas medidas provisórias.
- e) Pelas assembleias de guerreiros em cada reino.

**2.** A partir do século XI houve um intenso desenvolvimento técnico no campo e, conseqüentemente, o aumento produtivo do trabalho.

Isso permitiu alterações corretamente indicadas na alternativa:

- a) Diminuição da população das cidades, que migrou para as regiões rurais em busca de trabalho.
- b) Aumento populacional no campo e transformação da agricultura em comunidades rurais autogeridas.
- c) Aumento populacional no campo e nas cidades, permitindo que o feudalismo se desenvolvesse de forma mais harmônica.
- d) Aumento demográfico e um excedente populacional que se deslocou para as cidades para o exercício de novas atividades mercantis.
- e) Diminuição da população no campo com o desenvolvimento técnico do trabalho, sendo que as máquinas substituíram o trabalho de muitos servos.

**3.** As cidades medievais, com suas cartas de franquias, eram controladas pelos “magnatas”, autoridades locais, geralmente nobres, e famílias ricas provenientes do campo. Além deles, houve uma crescente importância dos comerciantes e das guildas/corporações de ofício, que originaram a nascente burguesia comercial.

Esses setores cumpriam funções corretamente indicadas na alternativa:

- a) Estavam submetidos aos interesses dos senhores feudais, que administravam as cidades.
- b) Administravam os governos locais, os “patriciados”.
- c) Organizaram os sistemas democráticos nas cidades medievais.
- d) Introduziram os parlamentos nas cidades medievais, com voto censitário.
- e) Aboliram o poder político medieval e transferiram o poder para as comunas organizadas.

## Referências

---

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Brasiliense, 2000.

FONSECA, Maira Henriqueta. O catarismo e a cruzada contra os albigenses. **Revista de História**, v. 8, n. 17, 1954. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36092/38813>. Acesso em: 10 abr. 2017.

LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2007.

MACEDO, José Rivari. **Movimentos populares na Idade Média**. São Paulo: Moderna, 1993. Coleção Desafios.

MACEDO, José Rivari. O real e o imaginário nos fabliaux medievais. **Revista Tempo** (UFF), v. 9, n. 17, p. 9-32, 2003.

MENDONÇA, Sônia Regina. **O mundo carolíngio**. Coleção Tudo é história. São Paulo: Brasiliense, 1985.



# Unidade 4

---

## A baixa idade média

### Convite ao estudo

Você já parou para pensar ao que “Idade Média” se refere? Não exatamente o período (que faz parte da equação também), mas do que a própria expressão quer dizer: afinal, “Idade Média” é um período do “meio”, mas meio do quê? Esta é a pergunta fundamental desta seção, e veremos como as diferentes correntes interpretativas responderam-na.

Quando você ouve a expressão “Idade Média”, o que lhe vem imediatamente à cabeça? Podemos arriscar dizer que, entre outras coisas: imagens de castelos, reis, guerreiros em armaduras, Igreja cristã. Correto? Pois bem, nesta seção abordaremos muito do que compõe este imaginário sobre o período medieval. Se no material anterior tratamos do fim da Antiguidade e do nascimento de uma Europa ocidental medieval, nesta parte do curso veremos a “maturação” das sociedades medievais nos aspectos que lhes são mais característicos (talvez porque sejam muito diferentes da nossa sociedade contemporânea): as relações de vassalagem e suas correlações com o fenômeno que comumente chamamos de “feudalismo”, a integração plena da Igreja cristã nas sociedades (foi neste período, por exemplo, que se instituiu a consagração do matrimônio), as expedições de guerra em nome da fé, conhecidas como Cruzadas.

Nas unidades anteriores você encontrou o longo e contraditório processo de desenvolvimento do modo de produção feudal, ou seja, estudou os modos de produção Antigo e Germânico, a síntese histórica entre esses modos, as diferentes formas feudais pela Europa Ocidental e Oriental, a importância da Igreja Católica nesse processo e as manifestações culturais e populares na Alta Idade Média.

Agora, veremos como o desenvolvimento feudal produziu suas crises e foi superado por outro modo de produção. A Baixa Idade Média foi marcada pela crise do sistema feudal, pelo renascimento urbano, comercial e cultural, pelo enfraquecimento do poder local e pelo surgimento e fortalecimento do poder monárquico, pela expansão europeia com as cruzadas e outras investidas. É no interior da sociedade feudal que surgiram as novas formas de produção da riqueza que entraram em choque com a sua própria estrutura.

Para que você compreenda esse processo histórico, sugerimos que busque avaliar, nas próximas seções: quais foram essas novas formas de produção de riqueza que surgiram na Alta Idade Média? Por que essas novas formas de produção entraram em choque com o modo de produção feudal? Quais são as classes sociais que representaram essas distintas formas de produção?

Para refletir sobre essas questões, na primeira seção você encontrará as crises econômicas do feudalismo, a fome, as guerras e a peste negra. Na segunda seção, veremos as Cruzadas e o ressurgimento do comércio, das cidades e o desenvolvimento de uma nova cultura urbana, o surgimento da burguesia mercantil, o processo de expulsão dos árabes da Península Ibérica, a crise na Igreja Católica, as novas formas de produção da riqueza e as corporações de Ofício (as guildas). Por fim, na terceira seção, veremos a historiografia medievalista: ou seja, as narrativas que consolidaram esse tema e classificaram o período como uma idade “média”. Afinal, como o período compreendido, a grosso modo, entre os séculos V e XV ganhou este nome?

## A crise feudal

### Diálogo aberto

Nesta unidade, você encontrará os elementos fundamentais da crise do sistema feudal, que durou alguns séculos, sendo superado, por meio de uma longa transição, pelo modo de produção capitalista. Nesta seção, veremos as motivações iniciais dessa crise, tendo o desenvolvimento mercantil como elemento fundamental nesse processo. Além disso, a crise econômica foi acompanhada pela crise social e política, assim como se expressou no interior da Igreja Católica que, junto à monarquia, simbolizaram as estruturas de poder na Idade Média.

Nesse sentido, para compreender esse processo histórico, a partir da situação construída a seguir, como você resolveria o desafio proposto?

João, formado em História recentemente, ingressou na rede municipal de ensino e encontrou um grupo de estudos formado por professores de sua área, um espaço destinado à formação continuada. Ele foi encarregado de colaborar com a preparação de um roteiro de estudos sobre a crise do feudalismo. Após um debate inicial com seus colegas, algumas questões foram levantadas, para que João organizasse uma apresentação: a crise feudal pode ser compreendida por diversos fatores internos ao seu próprio desenvolvimento? De que forma o desenvolvimento mercantil no interior da sociedade feudal e nas relações estabelecidas com outros povos pressionavam a dinâmica feudal? Qual é a relação entre a nova cultura urbana e a crise feudal? Qual é o papel das crises econômicas, das guerras e da peste negra na crise feudal? Qual é a relação entre a crise feudal e a Igreja Católica? Por meio dessas questões, percorreremos os momentos iniciais da Baixa Idade Média.

### Não pode faltar

---

#### Elementos iniciais da crise feudal

Você já estudou, nas seções anteriores, que o feudalismo na Europa Ocidental, em seu modelo “clássico”, surgiu no século X, desenvolveu-se, por variadas formas, no século XI, chegando ao ápice nos séculos XII e XIII, entrando, a partir daí, em crise. Na Europa Oriental, o desfecho feudal foi tardio. Enquanto a servidão entrava em crise no Ocidente, ela iniciava seu desenvolvimento no Leste europeu. Assim, nesse momento, privilegiaremos

o processo histórico de crise feudal na Europa Ocidental.

Entretanto, antes de adentrarmos a crise feudal, é importante avaliar em que condições o feudalismo se encontrava em seu auge. Nesse sentido, a existência de uma interessante polêmica historiográfica acerca do modo de produção feudal ajudará na compreensão deste processo. Maurice Dobb (1900-1976), economista inglês, tratava da estagnação do sistema feudal (*A evolução do capitalismo*, 1989), ou seja, o seu esgotamento como modo de produção da riqueza. Isso gerou um debate entre importantes especialistas no tema. Anderson (2000) afirmou que os estudos mais recentes indicaram uma compreensão contrária a de Dobb, apontando as contribuições de Rodney Hilton (1916-2002), historiador inglês, quem afirmou a vitalidade do sistema feudal em suas inovações técnicas, que houve um considerável nível de desenvolvimento das forças produtivas feudais em comparação com a Antiguidade. A recuperação de florestas e pântanos para o cultivo, o vigoroso aumento populacional da Europa Ocidental e o desenvolvimento urbano e cultural demonstraram isso. Anderson, na mesma trilha de Hilton, afirmou:

“Pelo século XIII, o feudalismo europeu já havia produzido uma civilização unificada e desenvolvida, que registrava um enorme avanço em relação às comunidades rudimentares e fragmentadas da Idade Média. Eram muitos os índices desse avanço. O primeiro e mais fundamental deles foi o grande salto para a frente que produziu o excedente agrícola no feudalismo. Isto porque as novas relações de produção rural haviam permitido um impressionante aumento na produtividade agrícola. (ANDERSON, 2000, p. 177-178)

O arado de ferro, os arreios para tração equina, o moinho de água, o adubo calcário e o sistema de três campos foram inovações tecnológicas que aumentaram a produtividade do trabalho, “mas não devem ser isoladas como fetiches ou com variáveis determinantes da história econômica do período. Na verdade, está bastante claro que a simples existência destas melhorias não era uma garantia para a sua utilização disseminada” (ANDERSON, 2000, p. 178). Na medida em que as relações sociais de produção feudais se consolidaram, essas técnicas foram amplamente utilizadas.

Diante desse processo, os conflitos de classes aumentaram. Os senhores exigiam cada vez mais produtividade dos camponeses e servos, criando, nesse período de desenvolvimento feudal, inúmeras obrigações inexistentes anteriormente, como a corveia, a banalidade e a talha, que você viu nas seções anteriores. Com as inovações técnicas e com as exigências senhoriais, os servos e camponeses tinham todo interesse no aumento da produtividade

de seus trabalhos, já que uma parcela do que produziam eram de sua propriedade. A luta pelo controle das terras férteis também aumentou, gerando uma violenta apropriação de terras por parte dos senhores e da Igreja Católica. Florestas e pântanos foram ocupados e transformados. Esse processo permitiu transformar camponeses em servos, ampliando a servidão feudal nos séculos XII e XIII. As consequências dessas alterações foram:

“A dramática aceleração das forças de produção detonou uma correspondente explosão demográfica. A população total da Europa Ocidental provavelmente foi além do dobro entre 950 e 1348, indo de uns 20 [milhões] de habitantes para 54 [milhões]. Tem sido calculado que a expectativa média de tempo de vida, que seria de uns 25 anos no Império Romano, teria subido para 35 anos pelo século XIII na Inglaterra feudal. Foi em meio a esta sociedade que aumentava que o comércio foi revigorado depois de um longo declínio durante o período obscurantista da Idade Média, e, cada vez mais numerosas, as cidades se espalharam e prosperaram como pontos de interseção para os mercados regionais e centros manufatureiros. (ANDERSON, 2000, p. 185)



### Exemplificando

Veja a evolução demográfica da Europa entre o ano 1000 e 1300, momento de consolidação do feudalismo.

Quadro 4.1 | Crescimento populacional na Europa Ocidental de 1000 a 1300

Ano	Milhões de habitantes
1000	22,1
1100	25,85
1200	34,65
1300	50,35

Fonte: Franco Jr. e Andrade Filho (1993, p. 23).

O autor alerta que essa dinâmica urbana e mercantil não pode ser dissociada desse processo agrário em ascensão. Foi em virtude do desenvolvimento técnico agrário feudal que as cidades medievais se desenvolveram. Excedentes populacionais do campo migraram para as cidades e pressionaram o campo a fornecer alimentos e outros produtos para a manutenção da vida urbana. Dessa forma, a dinâmica mercantil ressurgiu, alimentada, também, pela produção artesanal que se desenvolvia nas corporações de ofício (ou guildas) nessas cidades, que exerciam o monopólio de produtos diversos. Nas

cidades manufatureiras, em Flandres e no norte da Itália, principalmente, uma indústria artesanal têxtil foi impulsionada com a invenção do tear de pedal horizontal. Além disso, o comércio de longa distância e o setor financeiro usurário foram os mais beneficiados pelo desenvolvimento mercantil medieval. O lucro mercantil, nesse momento, vinha da compra mais barata e da venda mais cara entre localidades distantes.

Essa nova dinâmica mercantil produziu um poder político nas cidades, marcado pelo patriciado, em que:

“A coerção extraeconômica de caráter político-militar era da mesma forma utilizada livremente pelas oligarquias patrícias que chegaram a governar as cidades medievais: expedições armadas para reforçar os monopólios, incursões punitivas contra os rivais, campanhas para impor taxas no interior vizinho. O ponto alto desta aplicação de violência política, para uma dominação pela força da produção e do intercâmbio comercial, naturalmente foi alcançado pela anexação de cidades italianas, com ávida sujeição e extorsão de suprimentos e de trabalho dos contados rurais conquistados. (ANDERSON, 2000, p. 187)

A movimentação de recursos monetários permitiu uma enorme lucratividade aos setores urbanos que emprestavam dinheiro a juros escorchantes aos príncipes e nobres que não possuíam recursos suficientes. Foram esses recursos que permitiram uma ampliação do comércio e do desenvolvimento marítimo, transformando as cidades medievais em importantes enclaves financeiros. Flandres e as cidades italianas, por suas proximidades com os mares, tiveram destaque nesse processo. Ao Sul, com a ascensão de Gênova e Veneza, foi estabelecido o controle sobre o comércio no Mar Mediterrâneo por meio das frotas navais e das Cruzadas e, também, sobre a rota marítima que circundava o Atlântico, saindo do Mediterrâneo até o Canal da Mancha.

Essa nova dinâmica mercantil foi possibilitada pela fragmentação de poder existente no feudalismo, que conferia uma relativa autonomia política às cidades, as quais se organizavam em forma de comunas, “[...] uma confederação fundada através de um juramento de lealdade recíproca entre iguais: a *conjuratio*” (ANDERSON, 2000, p. 188). O autor chama a atenção para o estranhamento desse tipo de relação numa sociedade marcada pela desigualdade institucionalizada, ainda que essas comunas estivessem sob controle de uma elite. As comunas ficaram restritas às cidades italianas, Flandres e algumas Ligas, como o Reno. “Em cima desta fundamentação dualista de impressionante progresso agrícola e vitalidade urbana é que foram erigidos os monumentos majestosos da estética e da intelectualidade da Alta Idade

Média – as grandes catedrais e as primeiras universidades” (ANDERSON, 2000, p. 190).

As Cruzadas também estavam estreitamente ligadas a essa dinâmica mercantil, sendo financiadas por essa prosperidade material. Em 1095, no Concílio de Clermont, sob papado de Urbano II, a primeira Cruzada foi convocada, em que os europeus avançaram pelo Mar Báltico, pela Península Ibérica, expulsando os muçumanos de quase toda a região, e ao Levante (norte da África e Oriente Médio) em direção à Terra Santa. Essa expansão inicial permitiu a difusão do feudalismo por regiões mais distantes da Europa Ocidental na medida em que os locais das rotas dos cruzados foram anexados como territórios de senhores regionais que se aventuraram nessa grande marcha, cuja violência foi marcante.

“ Se Godofredo de Bouillon foi um herói da Primeira Cruzada, também foi Tomás de Marle, um pequeno senhor cuja ferocidade refletia perfeitamente a realidade da guerra dos vassalos e dos senhores. O primeiro a escalar as muralhas de Jerusalém, quase voando sobre as lanças de seus homens no afã de conquistar a cidade santa, Tomás de Marle não hesitou em massacrar mulheres e crianças, para depois chorar, não de arrependimento, mas de pura emoção, sobre o sepulcro de Cristo. Enquanto chorava, as ruas da cidade eram literalmente lavadas pelo sangue da população. (REZENDE FILHO, 1995, p. 34)

Você já estudou anteriormente que essa primeira Cruzada foi fracassada, com a derrota dos cristãos pelos muçumanos logo após o curto período da conquista europeia. As demais Cruzadas, que também não conquistaram a Terra Santa, colaboraram para o maior controle territorial e das rotas comerciais no Mar Mediterrâneo, ampliando o feudalismo pelas regiões mais orientais da Europa. A Quarta Cruzada, por exemplo, entre 1202 e 1204, foi direcionada contra o Império Bizantino na tentativa de controle de uma importante rota comercial com o Oriente.

É nesse processo que, entre os séculos XII e XIII, o Sacro Império Romano-Germânico avançou sobre os povos eslavos, passando pela Pomerânia, no Mar Báltico, conquistaram a Prússia, a Livônia, a atual Letônia, chegando até a Rússia, movimento que possibilitou a expansão do feudalismo. Como dissemos no início deste texto, enquanto o feudalismo chegava ao seu auge na Europa Ocidental, na região oriental ele apenas se iniciava.

Hegel (*apud* MARCUSE, 2004, p. 125) afirmou: “O mais alto amadurecimento ou estágio que qualquer coisa pode atingir é aquele no qual começa a

perecer”. Dessa forma, no mesmo momento em que o feudalismo encontrou seu auge, sua decadência se iniciou.

### **A crise feudal**

Anderson (2000) identifica a crise do sistema feudal pelo seu “emperramento”, ou seja, o feudalismo atingiu o seu limite de desenvolvimento na medida em que o desenvolvimento técnico não foi mais capaz de se expandir, as terras disponíveis chegaram em um limite produtivo. A alta produtividade da terra entre os séculos XI e XIII não eram as mesmas a partir de então.

“A derrubada de florestas e as terras desoladas não haviam sido acompanhadas de um cuidado comprável em sua conservação: normalmente havia pouca aplicação de fertilizantes, de maneira que a camada superior do solo muitas vezes era rapidamente exaurida; as enchentes e as tempestades de poeira se tornaram mais frequentes. Além disto, a diversificação da economia feudal europeia junto com o crescimento do comércio internacional havia levado algumas regiões a diminuir a produção de milho, dos cereais, às custas de outros (vinhas, linho, lã ou pecuária), e assim, a um aumento na dependência da importação – e aos perigos correlatos. (ANDERSON, 2000, p. 192)

Dessa forma, o crescimento demográfico encontrado no período anterior foi drasticamente reduzido, ao longo do século XIV, pela fome, pelas pestes e pelas crises econômicas, chegando a uma diminuição da população europeia. Além do campo, outros setores econômicos foram atingidos: a mineração entrou em decadência com o esgotamento da extração de prata de várias minas, afetando a dinâmica monetária e produzindo inflação em várias regiões. Nesse mesmo momento, o comércio de luxo que alimentava a nobreza se contrastava com a fome da população mais pobre, ampliando as desigualdades e os conflitos sociais, os saques e as pilhagens. “[...] a Guerra dos Cem Anos na França – uma combinação sanguinária de guerra civil entre as casas de Valois e de Borgonha e uma luta internacional entre Inglaterra e a França [...] – afundou o país mais rico da Europa numa desordem e miséria sem paralelos” (ANDERSON, 2000, p. 194). Na Inglaterra, com a Guerra das Duas Rosas, assim como na França, a população civil foi a mais afetada, aumentando o grau de sofrimento diante da crise generalizada.

No campo bélico, as novas tecnologias desenvolvidas deram uma nova feição às guerras.

O mais visível desses progressos foi o aparecimento do canhão e da pólvora para canhão; mas as técnicas de cerco aperfeiçoaram-se também, e todas essas mudanças levaram ao lento desaparecimento do castelo forte em proveito de dois tipos de residências nobres na zona rural: o castelo aristocrático, essencialmente residência e lugar de ostentação e prazer; e a fortaleza, frequentemente real ou de príncipes, destinadas a resistir à agressão dos canhões. Ademais, a guerra se diluiu e se profissionalizou. (LE GOFF, 2007, p. 221-222)

As velhas tradições cavaleirescas de fidelidade vassala foram substituídas pela compra de exércitos mercenários. Durante o século XV, em quase todas as regiões os governantes formaram exércitos regulares.

Além disso, com a chegada da peste negra, oriunda da Ásia, em 1347-1348, quase toda a população europeia foi dizimada. “É provável que em nenhuma região tenha sido inferior a um terço da população, e a avaliação mais verossímil vai da metade a dois terços da população da cristandade. A queda demográfica foi de 70% para a Inglaterra, que passou de 7 milhões para 2 milhões de habitantes em 1400” (ANDERSON, 2000, p. 228), o que diminuiu a força de trabalho disponível para o sistema feudal, que já estava em crise.

“A epidemia tornou-se catastrófica, antes de tudo, pelo caráter fulminante da doença. Os homens e as mulheres contaminados pelo bacilo eram derrubados depois de uma curta incubação por um acesso que, depois de 24 a 36 horas, levava na maioria das vezes à morte. A segunda razão desse pânico frente à peste foi a revelação aos ocidentais da potência do contágio. [...] Enfim, a peste era acompanhada de fenômenos fisiológicos e sociais terríveis. Os pestíferos mostravam perturbações nervosas impressionantes, e a incapacidade para as famílias, as comunidades, os poderes públicos em combater o mal lhe dava um caráter diabólico. (LE GOFF, 2007, p. 227-228)

O sentimento de terror tomou conta da Europa, sendo que a ira divina ganhava força explicativa no cotidiano medieval diante das dificuldades de um saber mais especializado sobre a doença. Aos poucos, a aristocracia percebeu que a fuga para regiões mais isoladas era mais eficaz, enquanto que os demais setores agonizavam diante do pavor e da morte. Esse terror permitiu o desenvolvimento de novas características religiosas, em que o macabro era o prenúncio do apocalipse, o triunfo da morte. A representação

do inferno, da dor, da angústia e, principalmente, da morte apareciam nas obras de arte, na literatura e nas manifestações populares.



## Refleta

Figura 4.1 | “A Dança da Morte”, de Hans Holbein



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Dan%C3%A7a\\_macabra](https://pt.wikipedia.org/wiki/Dan%C3%A7a_macabra). Acesso em: 25 fev. 2017.

A dança macabra, representada na figura, ganhou destaque nas manifestações culturais e populares no final da Idade Média, representando a morte como algo muito mais próximo de todos, independentemente da condição social.

“ A dança macabra é notável pelo conjunto de personagens que estão envolvidos e pela forma de sua manifestação. Se, de fato, o cadáver é essencialmente uma imagem individual da morte, a dança macabra é uma representação do conjunto da sociedade, de todas as categorias sociais e políticas que a compõem. Conduzida pelo papa e pelo imperador, ela faz toda a humanidade dançar, do rei ao nobre, ao burguês, ao camponês. Nem as mulheres escapam. [...] A dança macabra reuniu a cultura leiga e a visão clerical. Ela manifesta que a dança é uma diversão perniciososa, e que a sociedade caminha para a sua perdição a dançar, sem mesmo precisar de satanás como mestre de baile. A Europa do macabro é uma Europa do desvario. Assim se introduziu na longa história da Europa o fio vermelho dos anos loucos. (LE GOFF, 2007, p. 231)

Você consegue perceber que, nessa situação, a Igreja Católica, diante de algo inicialmente herético, absorveu uma manifestação cultural e popular, buscando novos significados e reforçando suas crenças?

É nesse ambiente que ocorreu a ruptura da unidade da Igreja Católica, conhecida como o Grande Cisma. Clemente V, papa francês, eleito em 1305, não se mudou para Roma, fixando residência em Avignon, na tentativa de se afastar dos conflitos que ocorriam na capital católica. Isso causou desconforto entre vários setores católicos, que viam o simbolismo de Roma como importante. Gregório XI assume o papado e volta a Roma, onde morre. Urbano VI é eleito, em Roma, tendo sua eleição anulada, e sendo sucedido por Clemente VII, em Avignon. Urbano VI anunciou sua permanência e a Igreja passou a ter dois papas. Essa divisão também representava diferenças entre as variadas nobrezas. Em apoio a Clemente, em Avignon, "estavam a França, Castela, Aragão e a Escócia" (ANDERSON, 2000, p. 243), enquanto que Urbano recebeu apoio da Itália, da Inglaterra, do imperador germânico, dos reinos do Leste e do Norte da Itália.

A sucessão de cada um dos papas prosseguiu: Urbano VI foi sucedido por Bonifácio IX (1389-1404), Inocêncio VII (1404-1406) e Gregório XII (1406-1409); Clemente VII foi sucedido por Bento XIII (1394). Em 1395, a França propôs a retirada dos dois papas, aprovada no Concílio de 1409, que indicou Alexandre V como novo papa, sucedido um ano depois de sua morte por João XXIII. Como os dois papas anteriores não aceitaram, a Igreja aprofundou sua crise com a existência de três papas. Somente em 1417 é que houve uma reconciliação na Igreja Católica com a indicação de Martinho V.

Se as antigas heresias tinham sido suprimidas, nesse período, entre os séculos XIV e XV, novas ameaças surgiram. Os novos hereges eram os wyclifitas e os hussitas. John Wyclif (1328-1384) foi um dos grandes precursores das reformas internas, defendendo os escritos bíblicos, criticando o uso de imagens, das peregrinações, das indulgências e das ordens religiosas. Ele traduziu a Bíblia para o inglês, e seus seguidores foram perseguidos pela Igreja. John Huss (1370-1415), nascido na Boêmia, defendia uma reforma moral na Igreja e a obediência exclusiva às palavras de Deus, sendo excomungado em 1410 e queimado na fogueira em 6 de julho de 1415. Sua morte provocou uma insurreição nacional e a separação com a Igreja oficial. Em seguida, a Igreja e os príncipes alemães organizaram quatro Cruzadas contra os hussitas (1423-1431), provocando violência e terror.

Outro aspecto da violência elevada nesse período foi a perseguição aos judeus e a bruxaria. Os judeus se transformaram em bodes expiatórios das desgraças que ocorreram na Europa, sendo expulsos de vários países tanto por argumentos religiosos como racistas. A bruxaria tomou o lugar das

heresias nas perseguições da Inquisição, permitindo uma feminização da bruxaria, tendo a mulher um papel negativo nas catástrofes que ocorriam por meio das desordens sexuais, em que ela era responsabilizada.

A violência social expressou-se por meio de uma luta de classes que atingiu patamares dramáticos. Os nobres obrigavam os servos a situações ainda mais opressivas e a pagarem a conta da crise, buscando prender os trabalhadores à terra, diminuindo os salários nas cidades e punindo severamente os que se rebelavam com a escravidão. As rebeliões populares explodiram por toda parte, conforme apontamos na seção anterior, e que se seguiram pelo século XIV e XV.

Contraditoriamente, as cidades, que possuíam uma relativa autonomia política em relação à velha dinâmica feudal, não foram tão afetadas pela crise geral do feudalismo, sua dinâmica mercantil prosperou em meio à fuga de servos e camponeses do campo, que buscaram refúgio nos centros urbanos. Isso pressionava os nobres no campo a afrouxarem suas exigências servis, levando, ao longo do tempo, uma parcela dos senhores feudais a trocarem as obrigações servis pela renda em dinheiro, pelo arrendamento da terra, permitindo uma mercantilização no campo. Veja que, antes disso, quase não havia relações mercantis no campo, o que o servo e o camponês produziam era apropriado pelo senhor feudal e outra parcela para o sustento próprio.

A dinâmica mercantil nos centros urbanos se desenvolveu paralelamente à dinâmica mercantil, a qual, lentamente, se desenvolvia no campo, com um aumento do trabalho assalariado. Havia uma retroalimentação entre elas. A atividade pastoril foi um elemento importante para a solução da terra desgastada e para os limites da expansão territorial, permitindo que uma parcela de nobres e senhores feudais encontrassem uma nova e lucrativa atividade econômica. A lã alimentava a artesanal manufatura têxtil nas cidades. Esse processo foi mais precoce e evidente na Inglaterra, mas também ocorreu em outras regiões. Dessa forma, a servidão foi sendo dissolvida em quase toda parte da Europa Ocidental durante o século XV.



### **Assimile**

A compreensão da crise feudal passa pela identificação de suas contradições internas, ou seja, que o pleno desenvolvimento das forças produtivas feudais levou a um esgotamento de suas próprias condições de reprodução, permitindo que novas formas de produção da riqueza se desenvolvessem por meio da dinâmica mercantil que se desenvolvia nas cidades com as corporações de ofício, com as atividades financeiras, com o controle do comércio, pelas novas formas produtivas no campo, com a substituição das relações feudais pelas relações mercantis, tanto na forma de pagamento do trabalho como pelo arrendamento da terra. A

crise feudal dos séculos XIV e XV, como a fome, as guerras e as crises aceleraram o desfecho feudal.



### **Pesquise mais**

Para que você compreenda melhor esse período final da Idade Média, sugerimos um interessante texto sobre o legado de Jan Huss, considerado herege pela Igreja Católica e queimado vivo na fogueira da Inquisição.

AGUIAR, T. B. de. JanHus: um educador e seus legado 600 anos depois. *Revista Tempos Gerais*, n. 6. UFSJ: São João del-Rei, 2015.

## **Sem medo de errar**

### **Sem medo de errar**

Inicialmente, você encontrou os elementos que marcaram o desenvolvimento feudal entre os séculos XI e XIII, os quais permitiram um avanço técnico que aumentou a produtividade do trabalho e das terras cultiváveis na Europa Ocidental, tendo como uma de suas consequências um aumento demográfico, o qual também permitiu que um excedente de força de trabalho migrasse para as cidades e desenvolvesse atividades mercantis. Dessa forma, o desenvolvimento mercantil no interior da sociedade feudal, associado às crises econômicas, as guerras e a peste negra, pressionaram as relações sociais de produção feudais, ou seja, baseadas na vassalagem, que se desestruturaram no final da Idade Média, permitindo que a dinâmica mercantil conquistasse cada vez mais espaço nas relações sociais. Esse processo criou uma nova cultura urbana, com sua relativa autonomia política, possibilitando um salto no desenvolvimento mercantil medieval. As crises penetraram todo o tecido social medieval, alterando formas religiosas com suas crises internas, e permitiram o renascimento urbano, mercantil e cultural, pressionando as velhas estruturas medievais em direção a uma longa transição histórica para a sociedade capitalista.

## **Faça valer a pena**

**1.** O modo de produção feudal entrou em crise entre os séculos XIV e XV, sendo correto afirmar que:

Assinale a alternativa correta:

- a) A crise do sistema feudal, nesse período, foi fundamentalmente na Europa Ocidental.

- b) A crise do sistema feudal ocorreu simultaneamente na Europa Ocidental e Oriental, causada pelos mesmos fatores.
- c) A crise do sistema feudal ocorreu, inicialmente, na Europa Oriental e, em seguida, atingiu o Ocidente.
- d) O sistema feudal não passou por crises, sendo derrubado pela burguesia.
- e) O sistema feudal continuou existindo paralelamente ao capitalismo, sendo preservado em pequenas localidades até o presente momento.

**2.** Entre os séculos XI e XIII houve um aumento considerável da população europeia, sendo que no século XIV caiu drasticamente.

Assinale a alternativa que indica corretamente o principal fator dessa queda demográfica:

- a) As guerras.
- b) A imigração.
- c) O controle da natalidade.
- d) A peste negra.
- e) As drásticas alterações climáticas.

**3.** Durante os séculos XIV e XV, a Igreja Católica viveu outra importante crise interna que abalou suas estruturas de poder entre as variadas nobrezas e reinos europeus.

Essa crise está corretamente indicada na alternativa:

- a) A Reforma Protestante.
- b) A cisma entre católicos romanos e ortodoxos.
- c) A Grande Cisma, com a existência de três papas.
- d) A crise provocada pela perseguição do Império Romano.
- e) A crise provocada pelas divergências na organização das Cruzadas.

## Renascimento urbano, comercial e cultural

### Diálogo aberto

Nesta unidade, você está diante dos elementos fundamentais da crise do sistema feudal, que durou alguns séculos, sendo superado, por meio de uma longa transição, pelo modo de produção capitalista. Nesta seção, veremos o papel das Cruzadas na dinâmica mercantil, o ressurgimento do comércio e das cidades e uma nova cultura, o surgimento da burguesia mercantil e a expulsão dos árabes da Península Ibérica num contexto de importantes transformações que permitiram um acúmulo de riquezas por meio do desenvolvimento mercantil, como a colonização de novos e velhos continentes e a extração de riquezas desses territórios a níveis colossais e o tráfico transatlântico de escravizados, fatores que impulsionaram um novo modo de produção: o capitalismo.

Para uma melhor compreensão desse processo histórico, imaginemos a seguinte situação: Marcela, que participava do grupo de estudos dos professores de História da rede municipal, ficou responsável pelo tema do Renascimento, tendo as seguintes questões a serem preparadas em sua apresentação: com o fortalecimento da ordem feudal, os europeus iniciaram a expulsão dos árabes da Europa, e disputaram o controle sobre Jerusalém e das rotas comerciais no mar Mediterrâneo. Esse processo, entre outros fatores, provocou o ressurgimento urbano, comercial e cultural na Europa. Como isso se relacionou com a crise feudal? Qual é o papel que as cidades e a nova cultura urbana desempenharam nesse novo momento histórico? Como se deu o conflito europeu com os árabes?

Nesta seção, você encontrará os elementos necessários para colaborar com essa atividade sugerida e para compreender um momento histórico importante.

Bons estudos!

### Não pode faltar

#### **Renascimento comercial, urbano e cultural: contexto histórico**

O Renascimento comercial, urbano e cultural transcorreu entre os séculos XI e XIV diante de um contexto histórico marcado, inicialmente, pelo aumento da produtividade agrícola e pelo crescimento demográfico,

permitindo que um excedente populacional se dedicasse a novas formas de produção da riqueza, e o surgimento de uma nova dinâmica social nos centros urbanos que se desenvolviam, tendo Itália e Flandres como destaques. Esse processo foi abalado pelas crises do século XIV: a peste negra, a Guerra dos 100 anos (1346-1450), as revoltas populares e a fome, acelerando a crise do sistema feudal, conforme você estudou na seção anterior.

Essas crises não impediram o fortalecimento do comércio e da burguesia mercantil, que impulsionava o mercado mundial. Ao mesmo tempo em que a burguesia mercantil se fortalecia, houve também um fortalecimento da Monarquia, o enfraquecimento da nobreza, as unificações políticas, a organização burocrática mercantil (casas comerciais) e a formação dos Estados Nacionais.

As alterações em curso provocaram uma nova ordem social ao longo do período renascentista, ou seja, o enfraquecimento das corporações; o fortalecimento das relações mercantis individuais; o florescimento de novas técnicas e novos conhecimentos científicos; e a alteração no sentido do tempo.

Nesse sentido, não podemos falar de Renascimento descolado de uma nova visão de mundo que se desenvolvia, o Humanismo. A visão de mundo feudal estática, hierárquica e dogmática da sociedade (o teocentrismo) foi sendo cada vez mais questionada em favor de uma nova visão de mundo baseada nos estudos humanísticos, na retomada do conhecimento Antigo e na forte crença na capacidade humana de conhecimento e de transformação (antropocentrismo). Era o momento da “crítica cultural, crítica filológica, crítica histórica” (SEVCENKO, 1987, p. 15), que os humanistas promoveram por meio de uma difusão de conhecimentos, um movimento com caráter universal.

Evidentemente, esse movimento não foi tranquilo. A reação da Igreja Católica diante dos que questionavam seus dogmas foi marcada pela violência, por perseguições, torturas e mortes. Sobre os humanistas:

“O respeito à individualidade deles e à originalidade de pensamento nunca foi uma conquista assegurada. A vida sempre lhes foi cheia de perseguições e riscos iminentes: Dante e Maquiavel conheceram o exílio, Campanella e Galileu foram submetidos a prisão e tortura, Thomas Morus foi decapitado por ordem de Henrique VIII, Giordano Bruno e Etienne Dolet foram condenados à fogueira pela Inquisição, Miguel de Servet foi igualmente queimado vivo pelos calvinistas de Genebra, para só mencionarmos o destino trágico de alguns dos mais famosos representantes do humanismo. (SEVCENKO, 1987, p. 16)

Outra característica do Humanismo, nesse período, foi a diversidade de temas e questões resgatadas da Antiguidade. A Academia de Florença promoveu o resgate do platonismo, do belo como manifestação divina e do desenvolvimento técnico da arte. Já a Academia de Pádua, o resgate do aristotelismo, do naturalismo, do realismo e da atitude científica. No campo religioso, por mais que a Igreja Católica buscasse impedir, surgiu o Humanismo cristão, tendo Erasmo de Rotterdam como exemplo importante, além dos questionamentos que levaram à Reforma Protestante. Na esfera política, surgiram os primeiros utopistas: Thomas Morus, Campanella e Francis Bacon, que imaginavam sociedades distintas da velha estrutura social feudal.

Também, nesse período, os europeus recuperaram o controle sobre a Península Ibérica, a qual estava ocupada, desde 711, pelos muçumanos. Em 718, houve uma tentativa de retomada da região com a organização dos reinos de Castela, Aragão, Navarra e Leão. Nas cruzadas, esse processo de reconquista foi retomado. De acordo com Rezende Filho (1995, p. 42), “a expulsão dos mouros da Península Ibérica manteve-se quase em ritmo constante até 1260. Iniciou-se, então, um longo intervalo, que só se encerrou em 1492, com a tomada de Granada. O movimento foi realizado quase que exclusivamente pelas ordens monástico-militares da península”.

### **A arte renascentista**

É na arte que, muitas vezes, o Renascimento ganhou destaque. Se na estrutura social feudal a burguesia não era valorizada, por meio de seu enriquecimento econômico ela buscou sua valorização social a partir de uma nova cultura, e de novos hábitos e comportamentos, financiados pelos mecenas.

“Assim sendo, as grandes famílias que prosperavam com os negócios bancários e comerciais e os novos príncipes e monarcas começam a utilizar uma parte de sua riqueza para a construção de palácios no centro das cidades; igrejas, catedrais e capelas, na entrada das quais colocavam seus brasões e em cujo interior enterravam seus mortos; estátuas gigantes colocadas nas praças e locais públicos com as quais homenageavam seus fundadores e seus heróis. (SEVCENKO, 1987, p. 23-24)

Para entender o significado da arte, é preciso entender como era usada. Peter Burke (1937), historiador inglês, em sua obra *O Renascimento italiano – Cultura e sociedade*, a respeito dos usos das obras de arte no Renascimento, aponta suas diversas finalidades: a obra de arte como finalidade religiosa, como imagem sagrada, com funções mágica (taumatúrgica), devocional (quadros e obras devocionais) e didática (substituição da leitura, propaganda,

defesa de um determinado ponto de vista, etc.); a obra de arte como propaganda política, glorificação (medalhas, estátuas, pinturas), exposição infame, contestação política, retratos favoráveis de indivíduos e famílias; a obra de arte na esfera privada como ostentação das famílias (arquitetura, pintura, poesia, teatro, monumentos funerários); a obra de arte como fonte de prazer, que surge apenas no século XVI, indicou uma mudança na concepção da arte (ainda não se tratava da arte pela arte), marcando uma nova concepção de decoração.

A arte acompanhou o desenvolvimento filosófico, técnico e científico do período, sendo considerada como algo moderno nesse contexto. As inovações técnicas na matemática e na geometria, por exemplo, apareciam no campo artístico das mais diversas formas. A noção de proporção exata, de perspectiva e de profundidade fazia da arte um processo muito mais especializado do que antes. No norte da Itália, berço da arte renascentista, surgiu a arte humanizada com Giotto (1266-1377), a introdução do volume tridimensional, de espaço, de profundidade e da perspectiva intuitiva, incentivando muito mais os sentidos. A invenção da perspectiva matemática com Brunelleschi (1377-1446). Os domínios da matemática, da física e da ótica permitiram uma elitização da arte com o contraste entre arte sofisticada versus arte “primitiva”. É desse período, também, a criação mais individualizada, com valorização do artista e a formação de um mercado de obras de arte.

A apropriação de objetos pelo expansionismo e pelo colonialismo criou um novo mercado, a necessidade de guardá-los, expô-los ou vendê-los. Nessa perspectiva, surgiram os museus, as galerias e as coleções particulares como espaços próprios, distintos e distanciados do público em geral. O público da obra de arte era a camada aristocrática e burguesa, público de iniciados, produtores e consumidores de obras de arte.

A arte renascentista contrastava com a arte medieval, que apresentava um estilo românico, gótico, uma arte estática, recheada de figuras religiosas. Isso não significa que a arte renascentista tenha abandonado a representação

Figura 4.2 | Fachada da Catedral de Tours, grande representante da arquitetura gótica



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Arte\\_g%C3%B3tica](https://pt.wikipedia.org/wiki/Arte_g%C3%B3tica). Acesso em: 15 maio 2017.

religiosa, o que estava longe de acontecer. O que verificamos é que a religiosidade foi tratada sob outra perspectiva estética, com a sua humanização, como vemos, por exemplo, nas obras de Giotto, pintor italiano. Veja o contraste entre a arte gótica medieval (Figura 4.2) e a arte renascentista (Figura 4.3).

Figura 4.3 | Rafael: A Escola de Atenas, 1509- Vaticano



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Renascimento>. Acesso em: 15 maio 2017.

No campo da literatura, destacaram-se: Dante Alighieri (1254-1321), com sua *Divina Comédia*, poema épico, escrito em dialeto toscano, que retrata, por meio da travessia do inferno e do purgatório para o Paraíso, levado por Virgílio e por sua amada, os valores medievais e os prenúncios da sociedade moderna com a humanização dos personagens e do divino; Francesco Petrarca (1304-1374), com *Cancioneiro*, em forma de soneto, refere-se ao seu amor desenganado pela jovem Laura, tendo toda a sua angústia retratada; Giovanni Boccaccio (1313-1375), com *Decameron*, em forma de contos, relata a situação cômica da tragédia cotidiana da humanidade.

Sevcenko (1987) sintetiza o Renascimento italiano na seguinte forma. Nos Trecento (anos 1300), como um período inicial, um pré- renascimento, tendo Petrarca, Dante e Boccaccio (literatura), Cimabue, Duccio e Giotto (arte) como principais representantes. Forte presença de elementos medievais, mas indícios de elementos modernos com a humanização da arte, a inclusão da paisagem e a manutenção de características artesanais. Nos Quattrocento (anos 1400), como um período de grandes realizações do Renascimento, e Florença como o seu centro cultural na Europa, marcado pela dominação dos Médici (1434-1492): Cosme, Pedro e Lourenço, o Magnífico; pela fundação da Academia Platônica de Florença; pelos estudos da língua grega na Universidade de Florença; e pelo grande desenvolvimento da arquitetura,

da escultura e da pintura. Nos Cinquecento (anos 1500), último e principal período do Renascimento italiano, foi o momento de crise econômica; concorrência mercantil com Portugal e Espanha; guerras; e da invasão de Roma, em 1527, por tropas hispano-alemãs. Os papas Júlio II (1503-1513) e Leão X (1513-1521) criaram, na cidade, uma atmosfera de luxo, requinte e sofisticação cultural. A Basílica de São Pedro foi a expressão desse investimento. Os principais destaques desse período foram Leonardo da Vinci, Michelangelo e Rafael (pintura), Maquiavel e Guicciardini (ciência política e história), Giordano Bruno, Campanella, Galileu Galilei, entre outros.

Em outras regiões europeias, o Renascimento também teve importância, principalmente em Flandres (atual Holanda), onde houve uma intensa mercantilização da arte. Destaque para as artes plásticas (pintura), em que houve uma forte busca da perfeição técnica e da reprodução do real. Erasmo de Rotterdam (1466-1536), importante intelectual dessa região, que desferiu uma forte crítica à corrupção e ao autoritarismo da Igreja Católica e à educação religiosa, defendia a ênfase nos estudos literários e estéticos e escreveu a obra *Elogio da loucura*, em que defendeu as paixões, a sabedoria, a felicidade e o prazer. No campo educacional, defendeu o respeito pelo amadurecimento próprio da criança e uma educação lúdica.

Na França, o movimento foi mais restrito, com destaque para o período de Francisco I (1515-1547) e Margarida de Navarra, sua irmã, que promoveram a cultura nacional aristocrática, a construção de palácios e a fundação do Colégio de França. Na Inglaterra, o Renascimento foi tardio (final do século XV), marcado pelo debate religioso, concentrado na música, na literatura e no teatro, com destaque para os Utopistas, para Bacon, para o desenvolvimento do empirismo e do método indutivo. Na Alemanha, o Renascimento também foi tardio (final do século XV e início do XVI), também fortemente marcado pelo debate religioso (Reforma Protestante), por uma cultura diversificada (gravuras), com forte influência de Flandres. Na Espanha, a luta pela expulsão dos muçulmanos (1492), a expansão comercial-marítima e a contrarreforma marcaram o Renascimento espanhol. Portugal, grande potência mercantil do século XVI, teve um Renascimento marcado pela diversidade de influências ibéricas, italianas e flamencas, com destaque para Luís Vaz de Camões (1524- 1580), que compôs *Os Lusíadas*, epopeia das conquistas marítimas portuguesas, e Gil Vicente no teatro.

Cabe ressaltar, também, a rica diversidade cultural muçumana, presente na Península Ibérica desde 711. O contato com os povos bizantinos, persas, indianos e chineses permitiu aos muçumanos uma riqueza cultural diversificada. A isso foi somado o respeito que os muçumanos tiveram com os povos conquistados na Europa, consentindo com a preservação de seus hábitos culturais e de suas crenças, permitindo também aos muçumanos

incorporarem parte da cultura desses povos. Na literatura (Al-Firdausi, Omar Khayyam), nas ciências (Avicena), na história (Ibn-Kaldun) e na filosofia (Avicena, Averrois) produziram inovações importantes. Lembrando que os mulçumanos preservaram obras filosóficas importantes da Antiguidade, como as de Aristóteles e de Platão, influenciando diretamente o Renascimento cultural europeu. Além disso, foram responsáveis pela transmissão de novas técnicas na agricultura, e levaram a bússola, o papel e a pólvora dos chineses para os europeus.

Como você pode notar, não podemos falar apenas de Renascimento, mas de múltiplos renascimentos.

### **O Renascimento e a cultura popular**

“Na cultura popular europeia tradicional, o tipo de cenário mais importante era a festa: festas de família, como os casamentos; festas de comunidade, como a festa do santo padroeiro de uma cidade ou paróquia [...] festas anuais comuns a muitos europeus [...]” (BURKE, 1989, p. 202). As festas populares, no período medieval, eram momentos especiais, de suspensão do trabalho e de intenso consumo de comida e bebida. Era um momento distinto do cotidiano, como desperdício, e havia o uso das melhores vestimentas e a alteração dos hábitos domésticos. Burke afirma que “um sociólogo francês sugeriu que os homens nas sociedades tradicionais ‘vivem da lembrança de uma festa e da expectativa da próxima’” (BURKE, 1989, p. 203). A contagem do tempo também era realizada pelas grandes festas. As festas populares provocavam grandes peregrinações.

Burke (1989, p. 204) afirma que “Discutir festas é necessariamente discutir rituais”, em que, por exemplo, novos papéis são construídos para os heróis por meio dos rituais religiosos e das festas populares. Robin Hood é um exemplo disso, transformado em herói pelos setores populares.

O Carnaval, principalmente no sul da Europa, era a principal festa popular, com variações regionais, era realizado nas cidades, que se transformavam em “teatros sem paredes” (BURKE, 1989, p. 206). A festa, que se iniciava em janeiro, indo até a Quaresma, era marcada pelo uso de máscaras, fantasias, carros alegóricos com mulheres vestidas de homens, homens vestidos de mulheres, por competições, pelas apresentações de peças teatrais, como a luta entre o Carnaval (a alegria) e a Quaresma (a tristeza, a privação).

O Carnaval era o momento em que o “mundo de cabeça para baixo”, na feliz expressão de Burke (1989, p. 210). Qual era o significado popular do Carnaval? Num sentido, a pergunta é desnecessária, referia-se ao feriado, à brincadeira, à ocasião de êxtase e liberação. Noutro sentido, a pergunta desdobra-se no questionamento de suas formas específicas, nos sentidos expressos em cada ritual. Vejamos os três temas principais dessa festa popular: comida,

sexo e violência. A comida marca a origem da própria palavra Carnaval; o sexo refere-se à carne, à carnalidade. Época de atividade sexual intensa, com canções de duplo sentido, com a exibição de símbolos fálicos; a violência também estava presente nas festas, a agressão, a destruição e a profanação apareciam tanto nas apresentações teatrais como ocorriam de fato.

No Carnaval, os rituais apresentavam diversas oposições: Carnaval X Quaresma; Carnaval X cotidiano, em que o mundo aparecia de cabeça para baixo com as inversões das relações cotidianas. Qual é o sentido dessas inversões? Para as classes dominantes: caos, desordem, desgoverno, subversão. Para as classes populares: expressão do descontentamento social com as inversões de papéis, a utopia popular (Cocanha). O Carnaval era a “desordem institucionalizada”, a “válvula de escape para desejos sexuais normalmente reprimidos”, o desejo do rejuvenescimento (BURKE, 1989).



### Refleta

Mesmo com os riscos que o Carnaval apresentava para as classes dominantes, ele foi tolerado. O momento do Carnaval, em que a população virava o mundo de cabeça para baixo, pode ser considerado um processo de controle social, para que a população extravasasse seus descontentamentos, ou ao contrário, um momento de protesto social?

O Carnaval não tinha a mesma importância em toda a Europa, sendo mais forte na região mediterrânea e mais fraco no norte, devido a razões climáticas e à importância de outras festas, que expressavam também o carnavalesco e o “mundo virado de cabeça para baixo”.



### Exemplificando

#### A origem do Carnaval

Possível origem: Grécia, 600 a.C., festa de agradecimento aos deuses pela fertilidade da terra.

Em Roma, durante o Carnaval, as atividades eram suspensas e os escravos tinham liberdade de ação.

Em 590, a Igreja Católica adotou a festa, realizada antes da Quaresma. Quaresma: período de privação.

“Carnislevale” = prazeres da carne ou adeus à carne.

No século XI, com a implantação da Semana Santa, o Carnaval é realizado durante três dias, antes da quarta-feira de cinzas.



### Assimile

Na seção anterior, você encontrou os elementos políticos, econômicos e sociais que transformaram a dinâmica feudal em direção a uma nova forma de produção da vida. Nesta seção, os fatores culturais foram apresentados com mais detalhes. Dessa forma, o Renascimento urbano, comercial e cultural pode ser compreendido pelas suas múltiplas dimensões. O ressurgimento mercantil minou as bases de desenvolvimento feudal, impulsionando novas formas políticas e sociais de organização. As velhas relações sociais de produção entraram em choque com as novas, abrindo um período de conflitos entre a burguesia e as velhas classes dominantes do feudalismo. Durante o período moderno e contemporâneo, a burguesia europeia transformou seu poder econômico em poder político, acelerando as transformações necessárias para atender seus interesses imediatos, destruindo o feudalismo e sua dominação política. A construção de uma visão de mundo humanística aprofundou a crítica e a crise do sistema feudal e de sua visão de mundo teocêntrica. A burguesia transformava a realidade econômica da Europa e impulsionava um pensamento crítico que buscava compreender e desvelar a realidade feudal. O Renascimento e o Humanismo se transformaram em um instrumento de combate aos dogmas da Igreja Católica e sua visão de mundo, questionando também as expressões políticas de dominação baseadas na naturalização do poder. No período seguinte, o Iluminismo, herdeiro do Renascimento e do Humanismo, levará adiante a crítica aos resquícios da sociedade feudal na Europa.



### Pesquise mais

Para uma análise da cultura popular no final da Idade Média, recomendamos a leitura da obra de Peter Burke, importante historiador inglês que se dedica à compreensão das manifestações culturais da humanidade. Nesta obra, ele resgata elementos da cultura popular medieval, avançando para outros períodos históricos. O destaque aqui é para o Carnaval, que apresentamos brevemente no texto, mas que pode ser aprofundado com essa dica de leitura.

BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

Na medida em que a ordem feudal se fortaleceu, com as Cruzadas e com o desenvolvimento mercantil, os europeus retomaram com mais vigor a expulsão dos árabes da Europa, disputando o controle sobre Jerusalém e das rotas comerciais no Mar Mediterrâneo. Esse processo, em meio ao ressurgimento urbano, comercial e cultural na Europa, acelerou a crise feudal. O Renascimento expressou alterações importantes no campo comercial, com a mercantilização da vida social europeia e com o comércio com outras regiões; no campo cultural, pelo qual a burguesia expressou seu modo de vida e buscou uma valorização social por meio da arte, da cultura e da difusão de novos conhecimentos, combatendo os valores medievais, tendo a urbanização sido uma rica expressão desse novo processo.

## Faça valer a pena

---

**1.** O Renascimento europeu, no final da Idade Média, ficou conhecido por alterar importantes espaços da vida social.

Assinale a alternativa que indica corretamente esses espaços.

- a) Industrial, filosófico e moral.
- b) Religioso, moral e financeiro.
- c) Religioso, industrial e tecnológico.
- d) Comercial, urbano e cultural.
- e) Comunicação, tecnologia e industrial.

**2.** O Renascimento foi desenvolvido com maior intensidade em algumas regiões da Europa.

Assinale a alternativa que indica corretamente essas regiões.

- a) Espanha e Inglaterra.
- b) Itália e Flandres.
- c) Itália e Portugal.
- d) Flandres e França.
- e) Espanha e Portugal.

**3.** O Renascimento permitiu o desenvolvimento de uma nova forma de produção, que entraria, posteriormente, em contradição com o modo de produção feudal. Assinale a alternativa que indica corretamente esse processo.

- a) O desenvolvimento mercantil.
- b) O escravismo.
- c) Formas primitivas de produção.
- d) O comunismo.
- e) A servidão.

## A “Idade Média” e os medievalistas

### Diálogo aberto

Caro aluno,

Você já parou para pensar ao que “Idade Média” se refere? Não exatamente o período (que faz parte da equação também), mas o que a própria expressão quer dizer: afinal, “Idade Média” é um período do “meio”, mas meio do quê? Esta é a pergunta fundamental desta seção, e veremos como as diferentes correntes interpretativas responderam-na.

Tendo isso em mente, considere que você seja questionado sobre a relação entre o Iluminismo e a qualificação do período medieval como “Idade das Trevas”. De que maneira a leitura sobre o papel da religião, em especial o da fé cristã, nas sociedades medievais serviu aos intelectuais europeus dos séculos XVII e XVIII na formulação deste adjetivo? Quais os aspectos sublinhados por eles? O que você espera que seus alunos possam absorver desta reflexão?

A seção a seguir tem esta pergunta também como mote, afinal ela lida, em nível mais básico, com o papel da História na sociedade. Mais do que falar de acontecimentos distantes, o discurso que produzimos sobre o passado diz também muito sobre como vemos o mundo no presente, e mesmo o que esperamos para o futuro. Por isso, leia atentamente o material a seguir e bons estudos!

---

### Não pode faltar

---

#### Os pensadores do Renascimento e a criação da “Idade Média”

Ao pensar a história, estamos nos relacionando com o passado, fazendo uso de nosso sistema de valores para compreender aquilo que nos aproxima e nos distancia do que ocorreu. A Idade Média não escapa (ou escapou) dessa prática. Pelo contrário, as ideias sobre o período trazem diferentes sistemas explicativos para os elementos que compõem esse momento histórico, mas sobre o qual, em geral, dá-se o nome de “Idade Média”.



### Assimile

Os especialistas da área de História são conhecidos, formalmente, como **historiadores**. Esse “fazer história” mudou ao longo do tempo, de acordo com as aspirações, os entendimentos e as conjunturas de cada historiador e de cada sociedade. Veremos logo mais um exemplo de como essas diferentes variáveis tiveram impacto no entendimento do que foi e é categorizado como “medieval” ao longo da escrita da história. Por isso, a própria escrita é uma área de estudo em si, chamada de **historiografia**, que visa à análise crítica de como os historiadores produziram o conhecimento histórico.

A reflexão sobre os séculos medievais pode ser traçada aos seus pensadores contemporâneos. É o caso de **Petrarca** (1304-1374), estudioso toscano, que, ao valorizar os feitos culturais e artísticos da Antiguidade, via no momento de sua vida uma decadência e paralisia, um verdadeiro tempo de “escuridão”. Assim, no século XIV, e principalmente no século XV, os intelectuais italianos, crentes de que tinham uma nova “era” diante de si, tentaram definir aquele período que os antecedia: ao ter como referência a cultura greco-romana, o intervalo que os separava da Antiguidade e do presente em que viviam passou a ser chamado de “*medium aevum*”, ou “Idade Média”. Desse modo, “Idade Média” passou a carregar, entre esses humanistas, um sentido pejorativo, ligado ao obscurantismo, aos iletrados e aos não apreciadores da arte.



### Refleta

“Meu destino é viver entre diversas e confusas tempestades. Mas para você talvez, se, como espero e desejo, viver num futuro distante de mim, seguirá um tempo melhor. Este sono de esquecimento não durará para sempre. Quando a escuridão tiver sido dispersada, nossos descendentes poderão surgir novamente em sua anterior forma radiante. (PETRARCA, 1340 *apud* MOMMSEN, 1942, p. 236)

Assim, por volta dos anos 1340, Petrarca finalizou seu poema *África*. O autor acreditava que a história tinha dois períodos: o período clássico, aquele de Homero, Platão, Cícero ou Ovídio, e o período que o seguiu, composto pela “escuridão”, na qual ele próprio vivia. Considerando o que foi apresentado e discutido ao longo do material, você concorda que o período medieval foi uma época de trevas?

## O Iluminismo e a “Idade das Trevas”

No período do Iluminismo, nos séculos XVII e XVIII, o período medieval ainda era visto de modo pejorativo pelos intelectuais europeus ligados ao movimento. Mas a crítica à “Idade Média” ganharia novos contornos. Ao invés de lamentarem aquele momento pela alegada ausência de uma cultura clássica, os iluministas viam o obscurantismo medieval, mormente ligado à experiência religiosa, como a **antítese da ideia de racionalidade** por eles propagada.

De fato, esse aspecto de uniformidade religiosa e domínio eclesiástico sobre os modos de pensar do homem medieval remonta às críticas vindas da Reforma Protestante do século XVI. Na perspectiva dos protestantes, “Idade Média” ganharia um contorno “anticatólico”, isto é, uma vez que a Antiguidade clássica era vista como momento do nascimento do Cristianismo, a Idade Média teria testemunhado sua corrupção dentro da Igreja Católica.

O invólucro religioso do período medieval seria ressaltado a tal ponto pelos iluministas, tais como Voltaire (1694-1778) e Kant (1724-1804), que eles o apelidariam de “Idade da Fé”, em contraposição à “Idade da Razão” na qual viviam. Além disso, os iluministas recuperaram o conceito de tenebrosidade/escurecimento, anteriormente empregado pelos humanistas, e o expandiram: a metáfora original de Petrarca contrapondo luz e trevas, foi vista pelos iluministas como uma clara representação da sua contemporaneidade: esta, iluminada e ilustrada por excelência, contrapunha-se ao obscurantismo religioso da Idade Média, reforçando assim o caráter **antirreligioso** e **anticlerical** do movimento iluminista. Foi nesse momento que Idade Média passaria a significar “**Idade das Trevas**”.



### Exemplificando

O historiador inglês Edward Gibbon (1737-1794) em *História do declínio e queda do Império Romano*, obra monumental em seis volumes composta entre 1776 e 1788, expressou assim seu apreço pelo período medieval:

“Talvez, em vez de juntar-se ao clamor público, um filósofo observe que, no declínio das artes, a artesanaria não pode ser mais valiosa do que a própria obra, e que um novo suprimento de visões e de milagres seria prontamente fornecido pela perícia dos monges e pela credulidade do povo. Deploraria ele com mais razão, portanto, a perda das bibliotecas bizantinas, que foram destruídas ou se dispensaram na confusão geral: consta que cento e vinte mil manuscritos desapareceram então; dez volumes podiam ser

comprados por um único ducado, e o mesmo preço ignominioso, talvez excessivo demais para uma estante de teologia, incluía as obras completas de Aristóteles e de Homero, as mais nobres produções da ciência e da literatura da antiga Grécia. É com prazer que meditamos na circunstância de ter sido uma inestimável porção de nossos tesouros clássicos guardada em segurança na Itália, e de os artífices de uma cidade alemã terem inventado uma arte que zomba das devastações do tempo e da barbárie. (GIBBON, 1989, [s.p.])

E, ao finalizar a obra sobre o fim do Império Romano, reitera: “Descrevi o triunfo da barbárie e da religião” (GIBBON, 1989, [s.p.]).

### **A historiografia medieval nos séculos XIX e XX - I**

O século XIX viu o interesse sobre a Idade Média se desdobrar, ao menos, em dois níveis. O primeiro se deu em razão da consolidação da História como disciplina, isto é, um campo de saber dotado de práticas e diretivas próprias. Nesse quesito, a História Medieval, agora subdisciplina, viu-se imbricada no discurso cientificista sobre a história capitaneado por nomes como o de **Leopold von Ranke** (1795-1886): ela estaria calcada na busca pela verdade a partir dos documentos oficiais, em geral escritos. Isso causou uma verdadeira revolução nos estudos medievais, uma vez que documentos outrora espalhados pela Europa em mosteiros, bibliotecas eclesiásticas, arquivos seculares e outras instituições se viram alvos de escrutínio pelos especialistas, catalogando-os e editando-os. Foi nesse espírito que surgiu, por exemplo, a *Monumenta Germaniae Historica*, uma volumosa coleção de documentos medievais cuidadosamente editados sob a proposta de publicar fontes para o estudo da história da “Alemanha”. Iniciativa que seria copiada por outros países europeus, como a Espanha e a Itália.

Por falar em países, é deles que se deriva outro nível ao qual a História Medieval se viu imbricada no século XIX: o **nacionalismo**.

Os anos 1800 foram marcados, entre outras coisas, pela consolidação das nações ocidentais. O período testemunhou não só as diversas independências pelas Américas (Argentina, Brasil, Canadá e México, por exemplo), mas também o estabelecimento das nações-Estado, como a Alemanha e a Itália. Na esteira desse movimento surgiu a necessidade de pensar em um passado para essas nações. Para isso, a Idade Média teve papel fundamental: ela abrigava a gênese dos povos que, no futuro, viriam a constituir França, Alemanha, Itália, Espanha, entre outros. Georg Waitz (1813-1886), por exemplo, ao

buscar a “Constituição Alemã” (*Deutsche Verfassung*) estabeleceu de maneira direta a ligação entre a Germânia, antiga província romana, e os francos da Alta Idade Média: “*Es sind neue Namen, aber nicht neue Völker*” (em uma tradução livre: “era um novo nome, mas não um novo povo”) (WAITZ, 1882, p. 8 *apud* GEARY, 2006, p. 94).

Os conflitos contemporâneos foram transportados para os debates históricos. Por exemplo, a Guerra Franco-Prussiana, ocorrida entre 1870 e 1871, suscitou na França e na Prússia-Alemanha interpretações diferentes sobre o poder monárquico dos reinos pós-romanos dos séculos VI e VII: foi nesse período que a má reputação dos francos, segundo a qual, após a “queda” do Império Romano e o estabelecimento dos reinos “bárbaros” no Ocidente, o poder público teria sido privatizado nas mãos dos “cruéis” povos germânicos, tomou contorno. Essa tese, cunhada em grande parte pelos estudiosos franceses – como Augustin Thierry (1795-1856) e François Guizot (1787-1874) –, fazia clara referência aos conflitos com os alemães de seu tempo, que emergiam como uma nação expansionista. Ganhava forma a realza “patrimonialista” e “absoluta” que marcou as interpretações acerca da monarquia franca em grande parte até a segunda metade do século XX.



### Exemplificando

Augustin Thierry expressa seu entendimento do passado medieval ao descrever desta maneira o rei merovíngio Chilperico (r. 561-584): “Chilperico era um selvagem, que não acreditava nem em Deus, nem no Diabo, somente preocupado em conquistar as cidades dos reinos de seus irmãos. Ele era um enganador sanguinário” (THIERRY, 1995, p. 70, tradução nossa).

Por outro lado, os historiadores alemães advogavam uma ruptura benéfica em relação à Antiguidade em favor de uma Idade Média “original” e livre de qualquer interferência das tradições imperiais. Essa “germanidade” que se sobreporia ao mundo antigo o transformou de maneira positiva, trazendo o vigor das novas civilizações “germânicas” (burgúndios, lombardos, godos e principalmente francos, isto é, os povos que dariam origem aos alemães) em contrapartida à decadência e corrupção do mundo romano, associado aos franceses. Essas interpretações encontraram ressonância nas representações artísticas oitocentistas sobre o período:

Figura 4.4 | *O batismo de Clóvis*, de François-Louis Dejuinne



Fonte: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/18/Fran%C3%A7ois\\_Louis\\_Dejuinne\\_08265\\_bapt%C3%A0me\\_de\\_Cl%C3%B3vis.JPG?uselang=pt-br](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/18/Fran%C3%A7ois_Louis_Dejuinne_08265_bapt%C3%A0me_de_Cl%C3%B3vis.JPG?uselang=pt-br). Acesso em: 27 out. 2018.

Nessa pintura do pintor francês François-Louis Dejuinne, vemos a representação da coroação de Clóvis (r. 481-511), rei merovíngio. Anacronismos à parte (a armadura de Clóvis, por exemplo, só viria a ser trajada nos séculos posteriores), entende-se aí uma idealização da figura de Clóvis, pintado como homem nobre, forte e vigoroso. Elementos que transmitiriam a seus descendentes francos e, por consequência, segundo o discurso historiográfico vigente, aos homens do século XIX. Essa ideia, chamada de *etnogênese* pelos estudiosos, encontraria seu ápice no discurso nazista, que tinha como um dos pilares a teoria de uma raça pura.



### Refleta

Você já deve ter ouvido a expressão “Terceiro Reich” para se referenciar ao período em que o Partido Nazista governou a Alemanha entre 1933 e 1945, não é?

*Reich* é uma palavra alemã que significa, literalmente, “reino”, embora nem sempre com conotação monárquica. Ela foi usada pelos intelectuais para descrever períodos da história “alemã” de incontestável autoridade e soberania do “povo alemão”. É o que advogava, por exemplo, Arthur Moeller van den Bruck ao escrever, em 1923, o livro *Das Dritte Reich* (“O Terceiro Reich”, em tradução livre).

O “Segundo Reich” é identificado com o Império Germânico que existiu entre 1871, momento da unificação nacional da Alemanha, e 1918, o fim da Primeira Guerra Mundial, na qual os alemães foram derrotados.

Conhecendo essa ligação entre “povo” germânico e história, você consegue imaginar qual teria sido o “Primeiro Reich” e em qual período ele se situa?

## A historiografia medieval nos séculos XIX e XX - II

Os estudos medievais no século XX passaram, ao menos, por duas guinadas significativas. A primeira decorreu do próprio desenvolvimento das reflexões historiográficas, muito bem exemplificadas pela Escola dos Annales. Esse movimento historiográfico, surgido na França no primeiro quarto do século XX, mas que acabaria se ampliando após a Segunda Guerra Mundial, propunha uma revisão dos fundamentos da produção do conhecimento histórico: este não deveria se concentrar apenas nos grandes personagens e eventos, mas também nos sujeitos comuns, tão protagonistas da história quanto as proeminentes figuras políticas ou militares. Além disso, junto à História deveriam figurar outras disciplinas, como a Antropologia, a Sociologia, a Psicanálise ou a Geografia. Não é de se espantar, portanto, que essa nova corrente de se pensar História tenha atraído medievalistas. Limitados, por natureza, na análise histórica (dado que a quantidade de documentos produzidos no período medieval é inferior àquela dos períodos posteriores), não raro esses especialistas inovaram em procedimentos metodológicos, contribuindo para a área historiográfica como um todo. Dois nomes de destaque nesse assunto são os de **Marc Bloch** (1886-1944), a propósito um dos fundadores dos Annales, e **Jacques Le Goff** (1924-2014), cuja produção historiográfica ajudou a popularizar a História Medieval para além das fronteiras acadêmicas.



### Exemplificando

Na abertura de *A sociedade feudal*, Marc Bloch descreve assim sua obra:

“[...] Os nossos estudos conheceram poucas fases tão decisivas como aquele momento em que os ‘Impérios’, dinastias, grandes séculos, cada um colocado sob a invocação de um herói hipônimo, em suma, todos esses velhos moldes oriundos de uma tradição monárquica e oratória, começaram a ceder o lugar a um outro tipo de divisões, baseadas na observação dos fenômenos sociais. (BLOCH, 1998, p. 11)

A outra guinada por qual passaram os estudos medievais, principalmente a partir da segunda metade do século XX, é de ordem documental. Não só as novas perspectivas trazidas pelas inovadoras maneiras de se pensar história contribuíram para isso, acrescentando à lista de objetos de estudo não só os atos, decretos ou legislações reais e eclesiásticas, mas também hagiografias, documentos contábeis, iconografias, entre outros.



### Assimile

**Hagiografia:** trata-se de um gênero textual muito em voga na Idade Média em que se descrevia a vida de um santo em uma função próxima às biografias. Tendo por base o próprio relato bíblico sobre a vida do Cristo, as hagiografias surgiram no século IV, com a *Vida de Santo Antão/Antônio*, escrita por Atanásio de Alexandria (c. 296-373). Desde então, elas proliferaram entre os autores cristãos, sendo a *Legenda Áurea*, obra do bispo genovês Tiago de Voraggine (1228-1298), o grande exemplo desse tipo de narrativa: ela abriga dezenas de *Vidas* de santos e se tornou um verdadeiro “sucesso” bibliográfico no período medieval, contabilizando cerca de 1.100 manuscritos sobreviventes (algo muito raro para documentos produzidos naquele momento). As hagiografias tinham por função não só narrar a vida do santo em si, mas também predicativa, uma vez que serviam como modelo de ação no mundo para os cristãos. Por muito tempo, as hagiografias foram relegadas pelos historiadores como documentos de confiança e, por muitas vezes, abrigarem relatos fantásticos, como a luta de um santo contra o diabo, o aparecimento de anjos ou cabeças decapitadas que falam, os historiadores, que ainda trabalhavam sob a ideia de documentos “oficiais” do século XVIII e XIX, descartavam as hagiografias como fontes de informações relevantes. Na mudança de perspectiva sobre a História ocorrida no século XX, os profissionais da área passaram a ver esses documentos com outros olhos, não se prendendo somente às informações textuais, mas também às intencionalidades, difusão, construção de discurso presentes nas hagiografias, conferindo-lhe um *status* documental tal qual os editos reais.

Mas talvez o principal impacto de ordem documental ocorrido no século XX seja devido à **arqueologia**. Outrora relegada aos estudos da Antiguidade, a arqueologia ganhou espaço nos estudos medievais, principalmente a partir dos anos 1970. A expansão das cidades europeias, aliada ao interesse acadêmico, fez explodir o número de escavações arqueológicas pelo continente, trazendo à tona milhares de objetos datados do período medieval outrora desconhecidos. Toda essa cultura material provou-se, e tem se provado, uma

enorme fonte de conhecimento sobre a Idade Média, servindo não só para contestação de teorias historiográficas anteriores, mas também na formulação de novas interpretações. O tema das “invasões bárbaras” que acometeram o Império Romano nos séculos IV e V, por exemplo, foi totalmente revisto: os traços materiais demonstram que o número de pessoas que teriam adentrado o império é muito menor do que as hordas às quais aludiam os registros textuais. Além disso, a própria composição uniforme desses povos passou a ser questionada, uma vez que objetos e ritos (como os funerários) divergiam enormemente entre um mesmo “povo”.

Com as novas tecnologias informáticas, o potencial arqueológico tem aumentado ainda mais, já que, mesmo a partir de fragmentos (como um pote de cerâmica, a fundação de um mosteiro ou uma inscrição de uma tumba funerária), podem servir à reconstrução digital desses objetos, dando novos entendimentos sobre o período medieval.



### Pesquise mais

Embora não se trate de um conteúdo de história medieval propriamente dito, visite o site ARISE, abreviação de Arqueologia Interativa e Simulações Eletrônicas, um laboratório de pesquisa ligado ao Museu de Arqueologia da Universidade de São Paulo (USP) que trabalha com simulações eletrônicas a partir de dados arqueológicos, contando até mesmo com jogos interativos que reconstruem algumas localidades com base nesses dados:

ARISE. **Arqueologia Interativa e Simulações Eletrônicas**. Disponível em: <http://www.arise.mae.usp.br/>. Acesso em: 27 out. 2018.

Vimos que a expressão “Idade Média” assumiu diversas funções na cultura historiográfica. Decorrente disso, interpretações específicas sobre o período foram produzidas de acordo com esses interesses historiográficos: o de atraso cultural para os humanistas dos séculos XIV, XV e XVI, o de antítese da razão para os iluministas dos séculos XVII e XVIII, como momento germinal para os nacionalistas românticos dos séculos XIX e XX e como uma ideia histórica e historiográfica para os especialistas do pós-Segunda Guerra. Assim, mais do que um período (que também é muito debatido entre os estudiosos da área, afinal quais são os limites dessa “era do meio?”), “Idade Média” passou a significar escolhas, conscientes ou não. Dito isso, qual é sua relação com o passado ao ouvir a expressão “Idade Média”?

Retomando a sua tarefa de escrever sobre a Idade Média, após os estudos foi-lhe possível pensar numa estratégia para a proposta de seu editor sobre a relação entre o Iluminismo e a qualificação do período medieval como “Idade das Trevas”, frisando especialmente o aspecto da religião?

Vimos que a expressão “Idade Média” assumiu diversas funções na cultura historiográfica moderna. No período do Iluminismo, nos séculos XVII e XVIII, o período medieval era visto de modo pejorativo pelos intelectuais europeus ligados ao movimento, isso porque “medieval” seria sinônimo de um obscurantismo, cuja raiz se dava na preponderância da religião cristã nas sociedades medievais. “Idade Média” seria, assim, uma antítese da racionalidade defendida pelos iluministas.

Retomando a dualidade entre luz e trevas proposta por Petrarca no século XIV, os iluministas deram-lhe novos contornos: ela seria uma representação evidente das diferenças entre passado (a Idade Média) e o presente (os anos seiscentos e setecentos). Ressaltando os caracteres antirreligioso e anticlerical do movimento, os iluministas apelidaram a Idade Média de “Idade das Trevas”, justamente pelo alegado obscurantismo irracional ligado à religião defendido por eles, em contraposição à “Era da Razão” e “ilustrada” na qual viviam.

Por isso, mais do que informar ao leitor desses fatos, talvez seja uma boa estratégia apelar a sua sensibilidade, demonstrando como a ideia de “Idade das Trevas” é um construto histórico, não uma realidade em si. Afinal, como um período que viu o surgimento das universidades (a Universidade de Bolonha, a mais antiga da Europa, data do século XI) pode ser visto como um período sem qualquer racionalidade?

## Faça valer a pena

1. “Meu destino é viver entre diversas e confusas tempestades. Mas para você talvez, se, como espero e desejo, viver num futuro distante de mim, seguirá um tempo melhor. Este sono de esquecimento não durará para sempre. Quando a escuridão tiver sido dispersada, nossos descendentes poderão surgir novamente em sua anterior forma radiante. (PETRARCA, 1340 *apud* MOMMSEN, 1942, p. 236)

Assim, por volta dos anos 1340, Petrarca finalizou seu poema *África*. O autor acreditava que a história tinha dois períodos: o período clássico greco-romano e o período que o seguiu, no qual o próprio autor vivia.

Petrarca foi tido como fundador de um movimento crítico ao período medieval. O nome desse movimento entre os especialistas e seu respectivo período são:

- a) Renascimento, séculos XVI e XVII.
- b) Reforma, séculos XI e XII.
- c) Iluminismo, século XVIII.
- d) Humanismo, séculos XIV a XVI.
- e) Nacionalismo, século XIX.

**2.** Figura 4.5 | Mestre de Saint Gilles. *O batismo de Clóvis* (c. 1500). National Gallery of Art, Washington, D.C. (EUA)



Fonte: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/65/Chlodwigs\\_taufe.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/65/Chlodwigs_taufe.jpg). Acesso em: 27 out. 2018.

A figura ilustra o batismo de Clóvis, rei franco da dinastia dos merovíngios. Trata-se de uma representação bem particular, carregada de interpretações sobre o evento e sobre o próprio papel da Idade Média no discurso historiográfico moderno.

Atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmações sobre o papel da Idade Média no discurso historiográfico moderno:

- ( ) Os humanistas nomearam “Idade Média”, pois esse período foi, para eles, um intervalo de estagnação e atraso cultural, entre o período clássico e os séculos XIV, XV e XVI.
- ( ) Os iluministas do anos 1800 nomearam o período medieval como “Idade da Fé” em razão de seu forte caráter religioso, comportamento compartilhado com esse movimento.

- ( ) Os nacionalistas viram na Idade Média as origens fundadoras das nações-Estado europeias que se consolidavam no século XIX.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de verdadeiros e falsos:

- a) V - V - F.
- b) F - V - F.
- c) V - F - V.
- d) F - F - V.
- e) V - F - F.

**3.** “[...] Os nossos estudos conheceram poucas fases tão decisivas como aquele momento em que os ‘Impérios’, dinastias, grandes séculos, cada um colocado sob a invocação de um herói hipônimo, em suma, todos esses velhos moldes oriundos de uma tradição monárquica e oratória, começaram a ceder o lugar a um outro tipo de divisões, baseadas na observação dos fenômenos sociais. (BLOCH, 1998, p. 11)

Considerando o trecho selecionado e seus conhecimentos sobre historiografia medieval, avalie as seguintes afirmações:

- I. A historiografia do século XX, principalmente aquela produzida após a Segunda Guerra Mundial, pouco ou nada inovou em relação aos temas e às reflexões propostos no século XIX.
- II. Uma das características da historiografia medieval do século XX foi a abertura a outras ciências (como a Antropologia e a Sociologia), de modo a complementar as lacunas documentais características do período de estudo.
- III. Marc Bloch e Jacques Le Goff são exemplos de medievalistas novecentistas cuja produção historiográfica ajudou a popularizar a História Medieval para além das fronteiras acadêmicas.
- IV. A arqueologia não promoveu nenhuma mudança significativa nas interpretações historiográficas acerca do período medieval, uma vez que seu principal período de análise é a Antiguidade Clássica.

Assinale a alternativa que apresenta as afirmativas corretas:

- a) Afirmações I e II.
- b) Afirmações II e III.
- c) Afirmações III e IV.
- d) Afirmações I e III.
- e) Afirmações II e IV.

## Referências

---

- BLOCH, M. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 1998.
- BRUNDAGE, J. An Errant Crusader: Stephan of Blois. **Traditio**, v. 16, p. 380-395, 1960.
- CAHEN, C. **Orient et Occident au temps des croisades**. Paris: Aubier, 1983.
- CANTOR, N. **Inventing the Middle Ages: The Lives, Works, and Ideas of the Great Medievalists of the Twentieth Century**. Nova Iorque: William Morrow, 1991.
- CONTAMINE, Ph. *et al.* **L'Europe au Moyen Age**, t. 3. [Adaptado da obra de] Michel de Piazza, *Historia Secula ab anno 1337 ad annum 1361*. Paris: Armand Colin, 1971.
- DUBY, G. **Structures féodales et féodalisme dans l'Occident méditerranéen (Xe-XIIIe siècle)**. Roma: École Française de Rome, 1980.
- DUBY, G. **The three orders, the feudal society imagined**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1980.
- FLORI, J. **Guerra Santa: formação da ideia de cruzada no ocidente cristão**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- GEARY, P. **O mito das nações**. São Paulo: Conrad, 2002.
- GEARY, P. Gabriel Monod, Fustel de Coulanges et les "aventures de Sicaire": la naissance de l'Histoire scientifique au XIXe siècle. In: BARTHÉLEMY, D.; BOUGARD, F.; LE JAN, R. (Eds.). **La vengeance, 400-1200**. Roma: École Française de Rome, 2006, p. 94.
- GIBBON, E. **História do declínio e queda do Império Romano**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GILLI, P. **Cidades e sociedades urbanas na Itália medieval, séculos XII-XIV**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- GORDAN, P. **Two book hunters: the letters of Poggius Bracciolini to Nicolaus de Niccolis**. [Adaptado da obra de] Cincius Romano. Carta a seu mais erudito professor, Francisco de Fiana. New York: Columbia University Press, 1991.
- HEERS, J. **L'Occident aux XIVe et XVe siècles: aspects économiques et sociaux**. Paris: PUF, 1990.
- HEERS, J. **A Idade Média: uma impostura**. Lisboa: ASA, 1994.
- HUIZINGA, J. **O outono da Idade Média: estudo sobre as formas de vida e pensamento dos séculos XIV e XV na França e nos Países Baixos**. São Paulo: CosacNaify, 2010.
- HUNT, L. *et al.* **The Making of the West: peoples and cultures**. Boston/New York: Bedford, 2009.
- LE GOFF, J. **Mercadores e banqueiros na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LE GOFF, J. **Le Moyen Âge et l'argent**. Paris: Perrin, 2010.

LE GOFF, J. **A civilização do Ocidente medieval**. São Paulo: Vozes, 2016.

MIATELLO, A. **Retórica religiosa e cívica na Itália do século XIII**: a composição e os usos das hagiografias mendicantes nas políticas de paz. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MOMMSEN, T. Petrarch's Conception of the 'Dark Ages'. **Speculum**, v. 17, n. 2, p. 226–242, 1942.

ROSELL, F. M. (Ed.). **Liber Feudorum Maior**: cartulario real que conserva en en Archivo de la Corona de Aragón. Barcelona: [s. n.], 1945. t. 2, doc. 583.

ROSENWEIN, B. H. *et al.* **The Making of the West**: peoples and cultures. Boston/New York: Bedford/St. Martin's, 2008.

RUST, L. **Colunas de São Pedro**: a política papal na Idade Média central. São Paulo: Annablume, 2011.

THE HEIDELBERG. **Sachsenspiegel**. Miniatura n. 23 (Lehnrecht, 24, 2). Disponível em: <https://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/cpg164>. Acesso: 7 out. 2018.

THIERRY, A. (1840). **Récits des temps mérovingiens precedes de considerations sur l'histoire de France**. Bruxelas: Éditions Complexe, 1995.

WIKIMEDIA COMMONS. **Carte des croisades**. 1922. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=44358>. Acesso em: 9 jan. 2019.

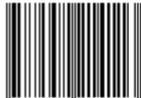
WIKIMEDIA COMMONS. **Christian and muslim playing chess**. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=3674729>. Acesso em: 11 jan. 2019.

WIKIMEDIA COMMONS. **A Escola de Atenas – Vaticano**. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Escola\\_de\\_Atenas\\_-\\_Vaticano\\_2.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Escola_de_Atenas_-_Vaticano_2.jpg). Acesso em: 11 jan. 2019.

WIKIMEDIA COMMONS. **The crucifix**. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:The-crucifix-192%D0%B4%D0%B6%D0%BE%D1%82%D1%82%D0%BE.jpg?use-lang=fr#/media/File:The-crucifix-192%D0%B4%D0%B6%D0%BE%D1%82%D1%82%D0%BE.jpg>. Acesso em: 17 de out. 2018.



ISBN 978-85-522-1411-3



9 788552 214113 >